

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

**ACORDO MEC /USAID - A COMISSÃO DO LIVRO TÉCNICO
E DO LIVRO DIDÁTICO - COLTED
(1966 / 1971)**

**Maria Luiza de Alcântara Krafzik
Orientadora: Edil Vasconcellos de Paiva**

agosto de 2006

**ACORDO MEC /USAID - A COMISSÃO DO LIVRO TÉCNICO E DO
LIVRO DIDÁTICO - COLTED
(1966 / 1971)**

MARIA LUIZA DE ALCÂNTARA KRAFZIK

ORIENTADORA: PROF^a. DR^a. EDIL VASCONCELLOS DE PAIVA

**Dissertação apresentada ao Curso de
Pós-Graduação em Educação da
Universidade do Estado do Rio de
Janeiro, como requisito parcial para
a obtenção do grau de Mestre em
Educação.**

**RIO DE JANEIRO
2006**

KRAFZIK, Maria Luiza de Alcântara

Título: Acordo MEC/ USAID – A Comissão do Livro Técnico e do Livro Didático – COLTED (1966/1971)

151 F.

Dissertação de Mestrado – Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ. Programa de Pós-Graduação em Educação, Rio de Janeiro, 2006

Área de Concentração: Política Pública (Livro Técnico -Didático) e História da Educação.

Orientador(a): Edil Vasconcellos de Paiva

MARIA LUIZA DE ALCÂNTARA KRAFZIK

**ACORDO MEC /USAID - A COMISSÃO DO LIVRO TÉCNICO E DO
LIVRO DIDÁTICO - COLTED
(1966 / 1971)**

Dissertação apresentada à Universidade do Estado do Rio de Janeiro, como exigência parcial para a obtenção do grau de Mestre em Educação.

Aprovada em 29 de agosto de 2006.

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Edil Vasconcellos de Paiva
Orientadora - UERJ

Prof^a. Dr^a. Sonia Maria De Vargas
UCP

Prof^a. Dr^a. Siomara Borba Leite
UERJ

A meu marido Wilson, pelo incentivo, dedicação e carinho em todos esses anos que estamos juntos. Sem ele, tudo seria mais difícil.

A minha filha Sofia Maria, que me abriu um novo horizonte de ternura nunca visto.

A minha professora Edil que me ensinou a pelear com texto.

Agradecimento

É impossível a realização deste trabalho sem a ajuda de algumas pessoas as quais agradeço. Registrar minha gratidão numa lista de nomes é muito pouco perto do carinho que recebi de todos os amigos que compartilharam comigo nesta caminhada.

Aos meus pais por terem me proporcionado chegar até aqui, ultrapassando dificuldades, não medindo esforços para educar os filhos. Muito obrigada, amo vocês!

Ao meu irmão Jorge e minha cunhada Helena que mesmo longe estão presentes em todos os momentos da minha vida com sabedoria e a palavra de Deus.

A minha irmã Helena e meus queridos sobrinhos Dudu, Henrique e Mariana que preenchem a minha vida de alegria.

As minhas “Santas” Ritas que me auxiliaram durante os momentos mais difíceis da minha caminhada, sendo: um pouco mãe, um pouco psicóloga e principalmente, cuidando e amando a minha filha.

A minha orientadora, Edil, a quem tenho o prazer de reconhecer a influência e dedicação ultrapassando os limites profissionais, por ter-me proporcionado a oportunidade de concluir este estudo.

A Prof^a. Ana Maria Magaldi pela atenção e ajuda na leitura do projeto que deu origem a este estudo.

As professoras Siomara e Sônia, que apesar do tempo apertado aceitaram participar da avaliação deste estudo.

Aos professores do curso de pós-graduação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, que enriqueceram a minha vivência profissional.

A Prof^a. Lúcia Guimarães, por ter me apresentado a COLTED.

Aos meus colegas do curso de pós-graduação, que lado a lado me auxiliaram e compartilharam experiências durante o curso.

A minha amiga Márcia Sangiacomo com quem encontrei a cumplicidade e o incentivo, gentilezas prestadas durante a realização deste estudo. De braços abertos me acolheu em sua casa junto a sua família como uma irmã. Foi minha revisora, minha leitora e fotógrafa. Muito obrigada! Tudo seria mais difícil, sem o carinho de vocês: Clarice, Estela, Márcia e Márcio.

A minha amiga Elaine Constant que de mãos dadas me abriu as portas da Academia. Sempre preocupada e participante. Ajudou-me a trilhar o caminho.

A amiga Teresinha que não poupou esforços e competência administrativa para viabilizar minha oportunidade de estudo. Sempre com sorriso aberto. Alegria é a sua marca.

A minha amiga Eunice Baptista, pelos anos de amizade e parceria no banco escolar, na aula e no recreio.

As amigas da Escola Municipal Churchill que motivaram a caminhada. Meu segundo lar.

A Direção (Leila e Teresinha) sempre dedicadas, Coordenação Pedagógica (Sônia Jardim) incentivadora e amiga, professores (Companheiros de luta) e funcionários (carinhosos) da Escola Municipal Visconde de Porto Seguro que me incentivaram e compartilharam de todos os momentos. Sem vocês, tudo ficaria mais difícil.

As diretoras da Escola Municipal Polônia Professora Carmem e Professora Vilma pela compreensão de tantas ausências nos momentos difíceis.

A Coordenadora da 8ª CRE, Profª. Sônia Sperle e a Profª. Rosangela (DRH), pela compreensão e permissão do tempo para que pudesse realizar este sonho.

As bibliotecárias da Universidade Federal do Rio de Janeiro - Campus da Praia Vermelha agradeço a dedicação na busca de dados.

A bibliotecária Lúcia do Colégio de Aplicação – UFRJ, pela gentileza e atenção, disponibilizando livros da COLTED.

A Profª. Lea, que abriu as portas do MEC permitindo que este estudo se desenvolvesse.

A bibliotecária Maria Ângela do Centro de Informações e Biblioteca em Educação (Cibec)-INEP, pela atenção e a viabilização de fontes preciosas para este estudo.

Ao General Propício Alves e ao Prof. Arnaldo Niskier, pela atenção ao contar um pouco da história da COLTED.

A direção da Editora ao Livro Técnico pelas informações prestadas.

Agradeço a todas as pessoas que não estão nesta lista, mais que de uma forma ou de outra contribuíram para a realização deste estudo, sempre com uma dose de carinho.

E principalmente a DEUS, por permitir que passasse por mais uma etapa de minha vida, colocando no meu caminho pessoas tão generosas.

Muito obrigada.

Eu sou da América do Sul
Eu sei vocês não vão saber
Mas agora sou *cowboy*
Sou do ouro, eu sou vocês
Sou do mundo, sou Minas Gerais

Lô Borges, Fernando Brant e Márcio Borges

Resumo

O foco desta investigação é a Comissão do Livro Técnico e do Livro Didático (COLTED), que foi instituída pelo Decreto nº 59.355, em 4 de outubro de 1966. Em 6 de janeiro de 1967, foi firmado o convênio entre o Ministério de Educação e Cultura, o Sindicato Nacional dos Editores de Livros e a Agência Norte Americana para o Desenvolvimento Internacional (MEC/SNEL/USAID), com o objetivo de disponibilizar cerca de 51 milhões de livros aos estudantes, num período de três anos, em todo o território nacional. O programa da COLTED compreendia a distribuição de livros às bibliotecas escolares em seus três níveis de ensino: o primário, o secundário e o superior. No nível secundário, o Programa, atendia às escolas normal, comercial, agrícola, industrial, como também instituições militares, entre outras. A COLTED, além de livros, previa cursos de treinamento para professores e bolsas de estudo, no exterior e no país, para professores e técnicos nas diversas atividades profissionais da indústria editorial. A investigação do Programa de Bibliotecas da COLTED foi realizada tomando como referência o contexto histórico, a partir de estudos sobre a Guerra Fria. Ademais, discute a educação brasileira no período do regime militar. A análise é realizada a partir dos seguintes eixos: dependência dos países subdesenvolvidos, transferência educacional e controle político e ideológico da educação escolar, além da relação com a teoria do “capital humano”. Outro aspecto a ser considerado no estudo se refere ao fato de o programa da COLTED ter sido uma dos responsáveis pelo impulso significativo do mercado editorial brasileiro. A investigação buscou identificar, por meio de documentos e relatos, as posições convergentes e divergentes sobre o Programa. Entende-se relevante estudar acordos em diferentes níveis de ensino na educação brasileira com as agências internacionais, no período em que os norte-americanos estiveram à frente da reformulação do sistema educacional, com a ressonância do setor interno. Supõe-se que esta investigação venha a contribuir para as análises referentes ao desenvolvimento da história do livro técnico e didático na educação brasileira.

Palavras-chave: educação; COLTED; livros técnicos e didáticos.

Abstract

The focus of this investigation is the Commission of the Technical Book and of the Text Book (COLTED), that it was instituted by the Ordinance n° 59.355, on October 4, 1966. On January 6, 1967, the agreement was firm among the Ministry of Education and Culture, the National Union of the Editors of Books and the American North Agency for the International Development (MEC/SNEL/USAID), with the objective of making available about 51 million books to the students, in a period of three years, in the whole national territory. The program of COLTED included the distribution of books to the school libraries in their three teaching levels: the primary, the secondary and the superior. In the secondary level, the Program assisted to the schools normal, commercial, agricultural, industrial, as well as military institutions, among others. COLTED, besides books, foresaw training courses for teachers and scholarships, in the exterior and in the country, for teachers and technicians in the several professional activities of the industry editorial. The investigation of the Program of Libraries of COTED was accomplished taking as reference the historical context, starting from studies on the Cold war. Besides, it discusses the Brazilian education in the period of the military regime. The analysis is accomplished starting from the following axes: dependence of the underdeveloped countries, education transfer and political and ideological control of the school education, besides the relationship with the theory of the “human capital”. Other aspect to be considered in the study refers to the fact of the program of COLTED was one of the responsible for the significant pulse of the market Brazilian editorial. The investigation looked for identifying, through documents and reports, the convergent and divergent positions on the Program. It understands each other relevant to study agreements in different teaching levels in the Brazilian education with the international agencies, in the period in that the North Americans were ahead of the reformulação of the education system, with the resonance of the internal section. It is supposed that this investigation comes to contribute for the analyses regarding the development of the history of the technical and didactic book in the Brazilian education.

Keywords: Education, COLTED, technical and didactic books.

Sumário

Introdução	12
Capítulo I A Guerra Fria, ajuda externa e a Educação no Estado Militar	20
1.1. O mundo no pós-guerra, sob a égide da Guerra Fria	22
1.2 A ajuda externa no contexto latino americano: “América para os americanos”	34
1.3 A Educação brasileira e o Estado Militar	46
Capítulo II Abrindo arquivos, desvendando a COLTED	57
2.1 Os objetivos da COLTED	57
2.2 A Organização do Programa	65
2.3 A COLTED em ação	66
2.4 A Biblioteca COLTED a caminho da Escola.	76
2.5 Semanas de Estudos e Cursos	81
2.5.1 Semanas de Estudo	82
2.5.2 Curso de Treinamento para Instrutores e Professores Primários	91
Capítulo III O Livro nas mãos dos estudantes brasileiros: dificuldades e divergências	95
3.1 Críticas ao Conselho do Livro Técnico e do Livro Didático - Decreto n° 58.653 de 16/06/1966	96
3.2 O Impacto da Implantação	100
3.2.1 Aspectos avaliados no Programa	103
3.3 A COLTED em questão	110
3.4 Impasse SNEL e a COLTED	115
3.5 Alguns depoimentos	116
Considerações Finais	121
Referências bibliográficas	127
Lista de Siglas	132
Anexos	134

Introdução

O objeto deste estudo é o Programa da Comissão do Livro Técnico e do Livro Didático (COLTED). A COLTED foi instituída no Ministério da Educação de Cultura (MEC), pelo Decreto N°59.355 de 04/10/1966 com o propósito de gerir e aplicar recursos destinados ao financiamento e à realização de programas e projetos de expansão do livro escolar e do livro técnico.

Em 06/01/1967 foi firmado o convênio entre o Ministério da Educação e Cultura (MEC), o Sindicato Nacional dos Editores de Livros (SNEL) e a Agência Norte-Americana para o Desenvolvimento Internacional (USAID) ¹ para implantar e executar o Programa da COLTED. Este convênio propunha-se a disponibilizar cerca de 51 milhões de livros aos estudantes brasileiros no período de três anos.

O meu interesse pela COLTED com foco na sua Biblioteca se iniciou, nos anos noventa. Após ter trabalhado na Escola Municipal Churchill como professora regente, por cerca de dez anos, na maioria do tempo em turmas de 4ª série, fui convidada pela Diretora da Escola para assumir a Sala de Leitura². Naquele momento, a escola atendia ao ensino fundamental com turmas da classe de alfabetização (CA) a 4ª série. Hoje, está estruturada em ciclos e funciona com turmas de Educação Infantil, Ciclo Inicial, Intermediário e Final e atende também a 3ª e 4ª séries. Esta escola que pertence a 8ª Coordenadoria de Educação da Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro está localizada na antiga área rural da cidade, atualmente, zona oeste.

¹ “Em 1961, a assistência técnica americana reorganizou-se, visando sua ampliação e coordenação. Foi constituída uma Agência para o Desenvolvimento Internacional (USAID), que deu continuidade às ações do Ponto VI [...]”. PAIVA, Edil Vasconcellos; PAIXÃO, Lea Pinheiro. PABAE (1956-1964) – A americanização do ensino no Brasil? – Niterói: Eduff, 2002, p. 130.

² As Salas de Leitura foram criadas pela Resolução N° 362 de 13/12/1989 da Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro. Esta Resolução dispõe sobre o funcionamento e organização dos Centros Integrados de Educação Pública (CIEP). (Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro, 14/12/1989). A Sala de Leitura tem como finalidade oportunizar ao aluno diferentes meios e linguagens aplicadas a prática educativa, garantindo o seu atendimento e desenvolvendo sua capacidade de ver-julgar-agir, em interação com o mundo. A Sala de Leitura pode ser vista como um pólo irradiador e espaço onde o professor regente do atendimento direto ao aluno, em continuidade às ações desenvolvidas na sala de aula de forma complementar e cooperativa, sempre em articulação com a totalidade de unidades escolares:

Quando fui designada para trabalhar como professora regente de Sala de Leitura da escola Municipal Churchill, pude vivenciar as mudanças que foram, sendo implantadas, no final dos anos oitenta e durante a década de noventa, no currículo³ da Rede Municipal de Educação do Rio de Janeiro e conseqüentemente na concepção de biblioteca escolar. A Sala de Leitura, além de abrigar os livros, passa a ser o espaço, onde são desenvolvidos os projetos de leitura e das diferentes mídias, articulando-os as demais atividades da escola.

Assumi a Sala de Leitura, no momento em que a Biblioteca era objeto de modificações, mas estas se restringiram à parte física da sala. A mudança não passou de uma reforma ligeira, algumas pinceladas de tinta. Para a implantação da Sala de Leitura foi utilizado o mobiliário existente na escola e alocado todo o seu acervo e os recursos audiovisuais, como por exemplo, retro projetor e o projetor de *slide*, herdado da antiga Biblioteca Cecília Meireles, que funcionou na escola durante os anos 70. Pouco a pouco esses materiais e outros recursos remanescentes das bibliotecas escolares, que marcaram o tecnicismo do final dos anos 60 e que atingiu o auge durante a década de 70, foram sendo esquecidos nas gavetas dos arquivos, sobrevivendo apenas na memória e no hábito de alguns professores e, na resistência de outros. Passado algum tempo, livros de literatura infantil, foram chegando timidamente à Sala de Leitura, a televisão e o vídeo cassete só foram disponibilizados, por ocasião da implantação do Núcleo Curricular Básico Multieducação, em 1996.

Ao organizar e examinar os livros em estado relativamente bom, e as estantes com camadas de tinta umas sobre outra, variando de cor de acordo com as administrações que passaram pela escola, percebi que estavam ali, encobertas uma parte da História da Educação Brasileira. Ao arrumar os livros, comecei a observar a sigla, COLTED, registrada atrás das estantes, junto à sigla havia uma faixa verde e amarela desbotada pelo tempo. A mesma sigla, repetia-se no carimbo colocado na contra capa de alguns livros de literatura infantil e outros, dedicados aos professores, livros de metodologia e didática de ensino. As marcas de um passado recente, estavam visíveis em alguns locais da escola: nas salas de aula, na sala dos professores, na secretaria e até na despensa. As estantes que pertenceram a COLTED eram

³ “O Currículo Multieducação foi construído coletivamente pelas equipes das diferentes instâncias que compõem a Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro” [...]. Documento: Multieducação Núcleo Curricular Básico, 1996.

utilizadas nesses ambientes para os mais variados fins. Esses materiais sugeriam pistas de uma história. Assim, entre livros e estantes deu-se o meu primeiro contato com a COLTED e sua biblioteca.

Ao entrar em contato com os vestígios da Biblioteca da COLTED, senti-me motivada a pesquisar sobre o acordo que criou a Comissão do Livro Técnico e do Livro Didático, o primeiro passo, foi questionar sobre a possível importância do material encontrado para a História da Educação Brasileira, a partir do contexto histórico da época. Naquele momento era aluna do curso História da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

A partir da observação do material sobre a COLTED, fui buscar informações entre os professores da escola sobre aqueles livros e estantes. Recordo hoje que ao lançar informalmente a pergunta na sala dos professores a resposta foi imediata entre aqueles colegas que tinham vivido aquela experiência. Ouvi opiniões entusiasmadas e até marcadas por certo saudosismo, nas falas, referindo-se aos livros que muito auxiliavam o trabalho em sala de aula e que remetiam ao mito de uma escola “boa”, “forte”, onde todos estavam comprometidos com a qualidade do ensino.

A Escola Municipal Churchill foi construída com os recursos da Fundação Otávio Mangabeira (FOM) ⁴ em caráter emergencial a fim de atender a demanda daquela região, e visando a execução de uma construção com baixo custo, realizada no menor tempo possível. Para dar conta, deste empreendimento, optou-se por um projeto inovador, uma construção pré-fabricada. A escola foi construída em 14 dias, e com previsão de funcionar durante cinco anos. Ao final deste período, o prédio seria substituído em caráter definitivo, por uma outra escola a ser construída em alvenaria. Porém, contrariando o projeto original, a escola está funcionando até os dias de hoje, apesar do desgaste do tempo, das reformas e adaptações realizadas para atender a demanda e às exigências tecnológicas atuais. A Escola tem atualmente uma média de 300 alunos. A Rede Municipal de Educação do Rio de Janeiro dispõe ainda de trinta e uma das quarenta e duas escolas denominadas Escolas da FOM, que

⁴ A Fundação Otávio Mangabeira (FOM), fundada durante a gestão do Governador Carlos Lacerda (1961/1965), no Estado da Guanabara, tinha como objetivo viabilizar obras sociais, principalmente, através do patrocínio da iniciativa privada, além de recursos Federais e Estaduais. Centro de Referência da Educação Pública da Cidade do Rio de Janeiro (CREP) Disponível / www.rio.rj.gov.br/sme/crep/crep >. Acesso em: 21 dezembro 2004.

funcionam plenamente, a despeito das previsões arquitetônicas e das políticas públicas subseqüentes.

O encontro com os vestígios do que foi a Biblioteca da COLTED, o depoimento dos professores da escola, o tipo de edificação da escola no momento da sua inauguração e o seu próprio nome, levou-me a perceber que estava diante de fontes que contavam parte da história da Educação no Brasil. Posteriormente, tais fontes me remeteram a acordos e convênios internacionais que foram assinados com os americanos, principalmente, após as mudanças políticas decorrentes do Golpe Militar de 1964.

Sobre os acordos entre MEC e a USAID, Romanelli (2003) argumenta que a partir de junho de 1964, já se tem registro de acordo entre o Ministério de Educação e Cultura (MEC) e a *Agency for Internation Development* (AID), embora os chamados “Acordos MEC-USAID” tenham sido assinados e exercitados entre 1966 e 1968, sendo que alguns convênios tiveram vigência até 1971, como exemplo, cita-se convênio em estudo que criou a COLTED. Sobre este período da História da Educação brasileira, Romanelli (2003) observa o papel assumido pela ajuda internacional, através da USAID, e a função mediadora dos órgãos governamentais entre os interesses internos e externos na organização da educação nacional. Os acordos foram disseminados em todos os níveis do sistema educacional brasileiro. Tais acordos com a USAID que podem ser entendidos como uma estratégia do governo para solucionar as exigências impostas pela demanda social de educação, encontra no discurso da crise do sistema educacional brasileiro, a sua justificativa para planejar a educação de acordo com as orientações dos americanos. Para Romanelli (2003) “todos os convênios através dos quais o MEC entregou a reorganização do sistema educacional brasileiro aos técnicos oferecidos pela AID.” [...] “tiveram o efeito de situar o problema educacional brasileiro na estrutura geral de dominação, reorientada desde 1964, e de dar um sentido objetivo e prático a essa estrutura”. (p.197).

Paiva e Paixão (2002) mostram que os acordos com os americanos não se constituem em novidade. A assistência técnica no país para realização do PABAE⁵ foi parte das

⁵ PABAE (Programa de Assistência brasileiro-Americana ao Ensino Elementar, cujo acordo foi assinado em 1956 pelo Ministro da Educação, pelo governador do Estado de Minas Gerais e pelo diretor da United States

atividades promovidas pelo Programa Ponto IV, que concretizou a primeira proposta no Brasil de assistência bilateral dos Estados Unidos para países subdesenvolvidos. “O Programa Ponto IV teve seu nome derivado do quarto ponto do discurso de posse do presidente Truman, em 20 de janeiro de 1949.” (p.58). Neste pronunciamento o presidente dos EUA declarou a intenção de promover a transferência de conhecimento técnico a fim de promover o desenvolvimento econômico de áreas subdesenvolvidas.

No Brasil, o Programa Ponto IV foi, a princípio supervisionado pela Comissão Mista Brasil-EUA, efetivada no governo Dutra, em 1948, com o objetivo de estudar a economia brasileira e traçar recomendações, esta comissão ficou conhecida como Missão Abbink⁶.

Esta política de ajuda aos países considerados economicamente subdesenvolvidos, estava presente nas ações da doutrina Truman, no contexto da Guerra Fria, isto é, quando os países capitalistas e socialistas romperam a aliança que havia sido criada apenas para o combate do fascismo e nazismo e passaram a desenvolver mecanismos, estratégias para impedir o expansionismo soviético, no caso americano, e, em contra partida o mesmo acontecia no lado das Repúblicas Socialistas. Segundo Ianni (1976). “os EUA, com sua extraordinária base econômica buscava a hegemonia no bloco capitalista no pós-guerra e, para isso, investiam na política de ganhar e preservar aliados, tratando de conquistá-los para suas novas convicções e interesses”. (p.5).

Os achados da “escola de isopor”⁷ foram levados por mim para serem apreciados pelos meus professores do curso de graduação em História. Após esse primeiro contato, decidi pesquisar sobre a COLTED em documentos oficiais e jornais da época, o que resultou na minha monografia do curso de bacharelado em História, - O Ensino dos Estudos Sociais a

Operation Mission to Brazil-USOM/B com encerramento previsto para 1961. PAIVA, Edil Vasconcellos; PAIXÃO, Lea Pinheiro. PABAE (1956-1964) – A americanização do ensino no Brasil? – Niterói: Eduff, 2002.

⁶ Sobre a missão Abbinik, consultar P. Malan, R. Bonelli, M.P. Abreu e J.E.C. Perreira, *Política Econômica Externa e Industrialização no Brasil 1939-1952*, INPES, Relatório n°36, Rio de Janeiro, 1977 p.23-33 e apêndice.

⁷A escola foi construída em estrutura pré-fabricada, utilizando placas de isopor nas paredes e estrutura em alumínio. Este estilo arquitetônico foi adotado, devido à necessidade em suprir a população de escolas, num tempo exíguo. A utilização do isopor estava entre os materiais utilizados, causando estranheza nos alunos habituados com as escolas construídas em alvenaria. Até hoje os alunos das escolas vizinhas, construídas em alvenaria, pejorativamente, chamam a Escola Churchill, de escola de isopor”. Essa informação é resultado da minha experiência profissional na escola, somado aos dados obtidos no arquivo do Centro de Referência da Educação Pública da Cidade do Rio de Janeiro (CREP).

partir dos Acordos MEC/USAID (1960 – 1969) - no qual o objeto do estudo foi o ensino de Estudos Sociais, através da Biblioteca da COLTED. Analisei alguns dos títulos aprovados pela Comissão como, por exemplo, o manual do professor “Ensinando Estudos Sociais na Escola Primária”, de autoria de Ralph C. Preston, (1967) distribuído em todo território nacional. Identifiquei no estudo que este livro apresentava elementos distanciados da realidade brasileira.

O foco desta investigação é a Comissão do Livro Técnico e do Livro Didático objeto do acordo entre o MEC, o SNEL e a USAID. O objetivo deste estudo é rastrear a organização e o funcionamento da COLTED, bem como, buscar compreender o alcance de suas metas no período em que o programa foi implantado.

Esta dissertação foi estruturada em três capítulos, nos quais procuro analisar a COLTED, a partir do acordo firmado entre o Ministério da Educação e Cultura - MEC, Sindicato Nacional dos Editores de Livros - SNEL e USAID, considerando para análise os documentos oficiais e outros tipos de fontes, inclusive, o depoimento recentes de pessoas que participaram deste Programa.

Para a realização da pesquisa foram consultados os arquivos da Biblioteca Anísio Teixeira, que pertence a Universidade Federal do Rio de Janeiro, onde foi encontrado o Manual de Instrução Programada, utilizado nos Cursos de Treinamento para Professores, o Manual Básico, “O Livro Didático sua Utilização em Classe”, também destinado a capacitar professores; no setor de periódicos da Biblioteca Nacional estavam os Diários Oficiais da União e Relatórios do MEC referentes ao ano 1967 e o Convênio entre o MEC, o SNEL e a USAID, nestes documentos estavam publicado o decreto de criação da COLTED e Portarias relativas a esta Comissão, no Centro de Informações e Biblioteca em Educação (Cibec) - Inep / MEC, encontrei a maior parte dos documentos sobre a organização, a estrutura e ações do Programa. Este encontro com os documentos localizados no Cibec foi realizado por contato telefônico da sede do MEC no Rio de Janeiro, o e.mail possibilitou o acesso ao arquivo da COLTED em Brasília, que disponibilizou a lista de títulos dos documentos do Programa, e o sistema de entregas por Sedex dos Correios e Telégrafos agilizou o meu contato com estes documentos enviados pelo Cibec. Esta contribuição do INEP, por meio da sua biblioteca, constituiu a base do estudo, forneceu dados substanciais à pesquisa; o contato com algumas

das editoras que participaram do Programa de Livros possibilitou a entrevistar o vice-presidente do SNEL durante a vigência do Convênio e por e.mail fiz contato com um dos coordenadores da II Semana de Estudos promovida pela COLTED. Desses depoimentos vieram impressões cotidianas sobre o desenvolvimento do Programa e da Sala de Leitura da Escola Municipal Churchill veio à motivação para pesquisar a COLTED, por estar diante do mobiliário e livros que restaram da Biblioteca da COLTED e que ainda encontram-se, na Escola Churchill.

No primeiro capítulo a investigação do Programa de Bibliotecas da COLTED, foi interpretado a partir do contexto histórico, com destaque para o panorama mundial representado nas relações de poder que se estabeleceram no mundo, entre os blocos norte-americano e soviético no período em que a Guerra Fria polarizou o mundo controlado pelas superpotências.

Buscou identificar também nas teorias de Carnoy (1974), Altbach (1978) a interpretação para o processo de “transferência educacional”, por meio da ajuda externa, caracterizada na relação de dependência entre países centrais e periféricos. Esta visão é percebida também nos trabalhos de autores nacionais como Cunha (1973) Romanelli (2003) que se dedicaram à análise dos acordos MEC/USAID na Educação brasileira no período do governo militar juntamente com a abordagem crítica da teoria do capital humano analisada no trabalho de Arapiraca (1979).

O projeto político da ditadura militar, presente nos estudos de Cunha e Góes (1985) e Germano, (1993) discutem a educação, neste período, foi abordado sob o eixo do controle político e ideológico sem perde de vista, o foco nas questões determinadas pelo acirramento das relações entre os blocos capitalista e socialista.

No segundo capítulo, são descritas a organização, funcionamento e as principais atividades da Comissão do Livro Técnico e Didático, sendo priorizada a análise dos documentos do MEC, com destaque para os decretos, portarias, atas de reuniões, relatórios entre outros documentos da criação do Programa em 1966 até sua extinção em 1971. Foi considerada, neste capítulo, a avaliação, seleção e distribuição das Bibliotecas-COLTED nas escolas, a organização dos cursos de treinamento de professores, e a presença de equipes

estrangeiras prestando assessoria técnica e de planejamento, cuja as funções são explicitadas nas palavras do membro da AID, Hilliard,⁸ (1966) apud Romanelli (2003).

a AID tem por função não a concepção de uma estratégia da educação, mas sim a de influenciar e facilitar esta estratégia nos setores no quais seus conhecimentos, sua experiência e seus recursos financeiros pode ser uma força construtiva que ajudará a atingir os objetivos visados. Tal estratégia deve ser concebida essencialmente por aqueles que têm o poder de tomar decisões e disponha dos recursos necessários. É então aos dirigentes dos países em vias de desenvolvimento que cabe decidir sobre a estratégia da educação. (p. 210)

Essa foi a forma pela qual a AID atuou no país, visto que os Programas que ela desenvolveu incluíram a assistência financeira e a assessoria técnica junto aos órgãos e instituições educacionais. Embora, essa estratégia das agências internacionais não explicitassem uma ação direta, no planejamento e na organização, a ação estava implícita nos programas de treinamento de pessoas e outras atividade que implicava doutrinação.

O terceiro capítulo consiste na avaliação de alguns itens que suscitaram problemas na implantação e no desenvolvimento do Programa, a partir da abordagem pontos positivos e pontos negativos, de oposições e de dificuldades apontadas na própria documentação do MEC e a partir da perspectiva das entrevistas com representantes de instituições que participaram do Convênio.

Concluindo são apresentadas considerações finais sobre o trabalho.

⁸ John Hilliard, diretor do *Office of Education and Human Resources* da AID entre 1966 e 1973.

Capítulo I

A Guerra Fria, ajuda externa e a Educação no Estado militar.

No presente praticamente todas as nações devem escolher entre formas de vida alternativa. Muito freqüentemente essa escolha não é livre. Uma forma devida baseada na vontade da maioria distingue-se por instituições livres, governo representativo, eleições livres, garantias à liberdade individual, liberdade de expressão e eleição, e ausência de opressão política. Uma segunda forma de vida é baseada na vontade de uma minoria imposta pela força à maioria. Recorrer ao terror e à opressão, a um rádio e uma imprensa controlados, a eleições decididas de antemão e à supressão das liberdades pessoais. Creio que a política dos Estados Unidos deve constituir no apoio aos povos livres que estão resistindo à subjugação por minorias armadas ou pressões externas.⁹

No estudo do convênio que criou a Biblioteca da COLTED, com vigência entre os anos de 1966 a 1971, e que foi parte de um dos muitos acordos entre o Ministério de Educação e Cultura (MEC) e a Agency for International Development (AID), parte-se do pressuposto de que a política educacional não pode ser desvinculada das bases de sustentação sociais do país, tampouco das relações econômicas e/ou da política interna e externa.

Durante as décadas de 1950 e 1960, evidenciou-se, na educação brasileira, um período marcado por acordos e convênios, principalmente com o governo americano. Tais acordos quando firmados na educação em diferentes épocas, atingiram vários níveis do sistema de ensino. Neste estudo, privilegiou-se o período em que os militares assumiram o comando, a partir de 1964, quando as relações entre o Brasil e os Estados Unidos tiveram seus laços estreitados. Mallan destaca que “o período 1945-1964 ressalta o papel crucial que assumiram as relações do Brasil com os EUA no âmbito do subsistema interamericano e no contexto da bipolaridade que marcou o sistema mundial de poder no ‘pós-guerra” (MALLAN, 1977, apud FAUSTO, 1986, p. 105).

O entendimento da política educacional brasileira – em especial da política do livro técnico e do livro didático durante a década de 1960 – pressupõe o conhecimento das relações

⁹ Mensagem do Presidente Truman ao Congresso norte-americano, em 11 de março de 1947. In: ROBERTS, J. M. *Histórias do século XX*. São Paulo: Abril, s.d., v. 5, p. 2320-2321.

de poder entre os blocos norte-americano e soviético frente ao mundo naquele período. Nesse sentido, conhecer melhor algumas dimensões da Guerra Fria, suas motivações e seus equívocos é algo que contribui para a análise dos Acordos MEC/USAID, com foco no acordo que gerou a instituição da COLTED. Este capítulo aborda a Guerra Fria, privilegiando a discussão voltada à origem e às intenções que determinaram os rumos deste conflito, levando o mundo a se manter em estado de iminente perigo de guerra mundial. Em tempos de Guerra Fria, gerações inteiras foram criadas à sombra de batalhas nucleares globais que, acreditava-se firmemente, poderiam estourar a qualquer momento e devastar a humanidade (Hobsbawm, 1995, p. 224).

Para interpretar o panorama mundial da Guerra Fria, buscaram-se principalmente as análises de Halliday (1984), Hobsbawm (1995) e Chomsky (2003), com destaque para os seguintes eixos: a defesa, a intervenção, a segurança nacional e os aspectos ideológicos que conduziram o mundo praticamente por cerca de quarenta anos. Apesar da extensa produção historiográfica dedicada a investigar a Guerra Fria, interpretando-a sob diferentes ângulos, este estudo não tem a pretensão de rastrear tais correntes historiográficas, ou aprofundar as vicissitudes contidas nos acordos e nos tratados que marcaram o cenário das relações internacionais no mundo, no período que compreendeu este conflito. Entretanto, alguns aspectos da Guerra Fria serão examinados, tendo em vista a interpretação dessa guerra segundo a versão ortodoxa norte-americana, em confronto com a ortodoxia soviética, como também o revisionismo do final da década de 1950, que faz crítica às ortodoxias americanas, observando-se, em contraponto, a versão pós-revisionista, na interpretação de Munhoz (2004).

Este capítulo aborda dimensões da ajuda externa no contexto latino-americano, evidenciando a educação brasileira no Estado militar com a proposição de políticas que geraram reformas e resistências.

1.1. O mundo no pós-guerra, sob a égide da Guerra Fria¹⁰

Os 45 anos que vão do lançamento das bombas atômicas, até o fim da União Soviética não formam um período homogêneo único na história do mundo. Este período tem como divisor de águas o início da década de 1970. Porém, a história desse período foi reunida sob um padrão único pela situação internacional peculiar que o dominou até a queda da URSS: “o constante confronto das superpotências que emergiram da Segunda Guerra Mundial na chamada “Guerra Fria” (HOBSBAWM, 1995, p.223)

De acordo com Hobsbawm (1995), a Guerra Fria não foi uma era em que se esqueceu a luta; muito pelo contrário, entre 1948 e 1989, praticamente não houve um ano sequer sem um conflito armado significativo em alguma parte do globo. Apesar disso, os conflitos eram controlados, ou sufocados, pelo receio de que provocassem um confronto aberto entre as superpotências, temendo a deflagração da catástrofe nuclear. Nessa perspectiva, embora a esperada batalha nuclear concretamente não se tenha efetivado, as gerações cresceram sobre a égide do medo de um cataclismo nuclear global.

Pode-se conceber o mundo no pós-guerra como um período conturbado, oscilando entre negociações, diante da possibilidade de uma guerra nuclear e vivenciando algumas guerrilhas espalhadas pelo Terceiro Mundo. Todavia, para uma melhor compreensão do que se convencionou chamar de Guerra Fria, buscou-se um entendimento sobre o conjunto de ações desenvolvidas, nesse período, na análise de Fred Halliday (1984).¹¹

¹⁰ “A expressão Guerra Fria foi empregada, pela primeira vez, em 1947, para denominar a existência de uma guerra não-declarada envolvendo Estados Unidos e União Soviética. Alguns historiadores apontam para uma múltipla origem do termo. Fred Halliday credita o emprego do termo a Dom Juan Manuel, para caracterizar o conflito entre cristãos e muçumanos. [...] David Reynolds, além de indicar a origem apontada por Halliday, também menciona o emprego da expressão por Eduard Bernstein, para se referir à corrida armamentista dos anos 90. Além disso, aponta o emprego do termo por George Orwell, discutindo as implicações do uso da bomba atômica ao se referir a uma paz que não é paz. Por fim, Reynolds considera que a aplicação do termo ao conflito envolvendo Estados Unidos e União Soviética é devida principalmente ao decano do jornalismo norte-americano, Walter Lippmann. Outros autores associam a origem da expressão ao assessor do governo norte-americano Bernard Baruch, que empregou a expressão em uma cerimônia no Industrial College of Armed Forces, em Washington, em junho de 1947, afirmando que a Rússia “*is waging a cools war against us*”. No entanto, ele assegurou, posteriormente, que apenas divulgara a expressão, pois ela havia sido criada por Herbert B. Swope, ainda em 1946. [...] No entanto, foi a repercussão dos artigos de Lippmann a responsável pela universalização do termo Guerra Fria para qualificar os conflitos envolvendo a União Soviética e os Estados Unidos após a conclusão da Segunda Guerra Mundial.” (MUNHOZ, Sidney apud SILVA, Francisco Carlos Teixeira da (org.). *O século sombrio: guerras e revoluções do Século XX* (org.). Rio de Janeiro: Elsevier, 2004, p. 263-264.

¹¹ HALLIDAY apud MUNHOZ (2004).

Halliday (1984) divide o período pós-1945 em quatro fases: a primeira é a da Guerra Fria propriamente dita (1946-1953), a segunda fase se caracteriza por um período de antagonismos oscilatórios (1953-1969), a terceira é conceituada como a *detenté* (1969-1979) e a quarta e última fase, considerada como a segunda Guerra Fria (a partir de 1979). A partir da contribuição Halliday (1984), é possível propor a inserção do objeto deste estudo, a COLTED (1966 a 1971), na segunda fase, por ter vigorado, via de regra, sob a marca dos antagonismos oscilatórios (1953-1969), na primeira Guerra Fria.

Halliday (1984) apud Munhoz (2004) ao analisar a primeira Guerra Fria, mostra que esta se encerra com a morte de Stalin e a eleição de Eisenhower. O período seguinte foi marcado por tentativas de aproximação entre a URSS e os EUA, quase sempre quebrada por conflitos como, por exemplo, a invasão da Hungria por tropas do Pacto de Varsóvia (1956), a Revolução Cubana (1959), a derrubada do U-2 (avião espião norte-americano) sobre território soviético ou ainda a tentativa de invasão norte-americana da Baía dos Porcos e a crise dos mísseis. O autor amplia sua análise e considera que a primeira Guerra Fria apresenta seis características marcantes: a expansão militar, a intensificação da propaganda, a ausência de negociações entre os Estados Unidos e a União Soviética, o conflito entre capitalismo e comunismo manifestando-se no Terceiro Mundo por meio de situações revolucionárias, o fortalecimento dos sistemas de controle internos, a repressão aos opositores e, finalmente, os conflitos no interior dos blocos que eram subordinados ao conflito principal (p. 268).

Em tempos de Guerra Fria, o discurso girava em torno da crença da catástrofe nuclear: bastaria que uma das superpotências apertasse um “botão” e o mundo acabaria em cinzas. Entretanto, essa retórica pessimista somente foi concretizada na ficção, à exceção de agosto de 1945, quando as cidades de Hiroxima e de Nagasaki praticamente sucumbiram com as explosões das bombas de urânio.¹² Nesse momento, os Estados Unidos tiveram a

¹² A decisão de usar a bomba atômica contra o Japão não se baseou apenas em cálculos militares. De fato as opiniões menos procuradas ou totalmente ignoradas foram as daqueles que estavam mais próximos dos problemas relativos ao asseguramento de uma derrota japonesa [...]. O Almirante Leahy, Presidente da Junta dos Chefes de Estado-Maior, considerava, dois meses antes de Hiroxima, que os japoneses já haviam sido “completamente derrotados” pelo bloqueio marítimo e pelo bombardeio convencional, e estavam prontos para capitular. [...] A decisão de usar a bomba atômica fora tomada num nível mais alto, no nível político: não a fim de derrotar o Japão com o desperdício mínimo de vidas americanas, mas a fim de obrigar o Japão a capitular antes que houvesse tempo de efetuar-se a iminente invasão soviética da Manchúria. Se se pudesse obter uma rendição imediata, o controle do Japão no mundo do pós-guerra e a influência predominante no Pacífico e na Ásia Oriental pertenceriam unicamente aos Estados Unidos, desimpedidos de reivindicações soviéticas. A rendição súbita do Japão, além disso, realçaria o imenso poder atômico agora à disposição americana.

oportunidade de demonstrar todo o seu poderio bélico, advertindo o mundo acerca desse poder de fogo e de suas terríveis conseqüências. Os ataques às cidades japonesas não só colocaram um ponto final na Segunda Guerra, de acordo com os norte-americanos e seus aliados, mas este desastre também pode ser considerado como um marco do início da Guerra Fria.

A explosão atômica em Hiroshima passou, então, a representar o início de uma série de questões, que desencadearam uma relação de conflito entre os Estados Unidos e a URSS. Tal relação oscilou entre um estado de tensão extrema e algumas demonstrações pontuais de equilíbrio por parte das superpotências, que se incumbiram de “governar” o mundo com base na ameaça nuclear (Hobsbawm, 1995, pp. 223-226).

Assim que a URSS adquiriu armas nucleares – quatro anos depois de Hiroxima no caso da bomba atômica (1949), nove meses depois dos EUA no caso da bomba de hidrogênio (1953) –, as duas potências claramente abandonaram a guerra como instrumento de política, pois isso equivalia a um pacto suicida. Não está muito claro se chegaram a considerar seriamente a possibilidade de uma ação nuclear contra terceiros – EUA na Coréia em 1951, para salvar os franceses no Vietnã em 1954; a URSS contra a China e 1969 –, mas de todo o modo as armas não foram usadas. Contudo, ambos usaram a ameaça nuclear [...]. (HOBSBAWM, 1995, p. 227)

A Segunda Grande Guerra ainda não cessara fogo quando as práticas de intervenção e, de certa forma, de expansão que caracterizaram a Guerra Fria já se manifestavam por meio das negociações nem sempre muito cordiais, praticadas pelos líderes mundiais: Stalin, Churchill e Roosevelt em Yalta (região soviética da Criméia) e Potsdam (um castelo nos arredores de Berlim). Os grandes do mundo já davam os primeiros passos em prol do futuro da humanidade. A Conferência de Yalta, em fevereiro de 1945, parece ter sido a última reunião em que os Estados Unidos, a Rússia e a Grã-Bretanha tiveram a oportunidade de decidir juntos a preparação do pós-guerra (CARVALHO, 1978, p. 229).

Sobre a pauta das conversações na Conferência de Yalta, em fevereiro de 1945, segundo a interpretação de Bagguley (1969), a divisão da Europa em esferas de influência adquiriu uma legitimidade que a ação unilateral de diversas potências não havia conferido. O

reconhecimento, por um lado, do predomínio soviético no Leste e no Sudeste europeus e, por outro, da Inglaterra e dos Estados Unidos no Mediterrâneo, e da Europa Ocidental no Pacífico, foi fruto de realizações militares entre outros tipos de empenho relacionados a tradições e política externa.

A Conferência tratava essencialmente de questões militares, como a estratégia que visava ao combate da ofensiva final contra a Alemanha, mas, para atingir esse objetivo, foi necessária a participação das forças soviéticas ao lado dos Estados Unidos não só contra a Alemanha, como também contra os japoneses, no Pacífico. Entretanto, as negociações em Yalta apontavam também para outras orientações, como a idéia de criar um organismo internacional com autoridade para servir de árbitro nas disputas, que doravante seriam muito solicitadas.

A idéia foi concretizada na instituição da Organização das Nações Unidas (ONU), após a assembléia de fundação em junho de 1945. Contudo, as questões relativas à nova ordem mundial que se estabelecia à medida que a concreta derrota do Eixo se aproximava necessariamente não implicavam entendimento entre os líderes; ao contrário, os impasses quanto às fronteiras da Alemanha e da Polônia foram palco de divergências. Apesar da cordialidade nas negociações em Yalta, os interesses geopolíticos conflitantes entre os líderes do mundo não deixaram de existir. As possíveis concessões que porventura surgiam refletiam a balança das forças existentes e o progresso já realizado em busca de soluções aceitáveis. Assim, “os acordos assinados em Yalta representavam as maiores concessões que os aliados ocidentais podiam obter” (Bagguley, 1969, p. 133).

De acordo com Bagguley (1969), a geopolítica, a princípio estabelecida com o término da Segunda Grande Guerra, de certa forma já havia se antecipado a esse fim, entre os anos de 1943 a 1945, quando linhas demarcatórias foram traçadas na Europa. É possível considerar que os acontecimentos de Yalta e Potsdam contribuíram para a geopolítica européia, a partir da inclusão dos soviéticos na aliança que derrotou o nazifascismo.

Embora a participação da URSS tenha sido de fundamental relevo para a vitória da composição entre os Aliados, o reconhecimento não se traduziu propriamente em um relacionamento de irmandade entre russos e americanos. Pelo menos por parte dos Estados

Unidos, no tocante ao momento da partilha, do prestígio e da liderança política, essa situação foi conturbada, pois, “mesmo antes da morte de Roosevelt (12 de abril de 1945), as relações soviético-ocidentais começaram a esfacelar” (Bagguley, 1969, p. 137).

Segundo Munhoz (2004), “a guerra na Europa havia terminado e os Estados Unidos já haviam testado com sucesso a bomba atômica [...] Em Potsdam, os Estados Unidos adotaram uma postura intransigente, forçando os soviéticos a diversos recuos” (p. 272). Desse modo, entre acordos e desacordos, as superpotências foram tecendo um clima de hostilidade que ajudou a construir o cenário da Guerra Fria, basicamente a partir da confrontação de forças.

Observa-se que, tanto em Yalta quanto em Potsdam, os resultados não foram tão satisfatórios e conclusivos. Muito pelo contrário: as negociações foram marcadas por divergências, e os acordos, rompidos por ambas as partes. As potências capitalistas passaram ao enfrentamento com a URSS, a fim de reverter as decisões tomadas. Munhoz (2004) mostra “que a intensificação dos conflitos se deveu à tentativa norte-americana de consolidar sua hegemonia global, impondo recuos à influência soviética na Europa” (p. 272). Assim, “é possível afirmar que, desde a posse de Truman, acelerou-se o enfrentamento dos Estados Unidos com a União Soviética” (p. 272).

Segundo Gaddis (1987),¹³ o abismo existente entre os EUA e a URSS não se configurava em surpresa, uma vez que os soviéticos representavam a antítese dos princípios políticos e ideológicos essenciais para os norte-americanos. A revolução bolchevique proporcionou ao país um inimigo global – não por causa do poderio russo, que era insignificante, mas pelo desafio ideológico “à própria sobrevivência da ordem capitalista” (Chomsky, 2003, p. 56).

Em 1946, na Universidade Fulton, após o pronunciamento do ex-primeiro ministro britânico acirraram-se as divergências entre o bloco ocidental e o bloco oriental, ficando rapidamente mais expostas as relações entre as duas potências. Tais relações começaram a se

¹³ GADDIS apud CHOMSKY (2003).

deteriorar quando Churchill alertou o mundo sobre as “verdadeiras” intenções soviéticas. Segundo o ex-líder britânico:

Uma sombra desceu sobre o cenário, até bem pouco iluminado pela vitória aliada. Ninguém sabe o que a Rússia Soviética e sua organização comunista internacional pretendem fazer no futuro imediato. [...]

De Stettin, no Báltico, até Trieste, no Adriático, uma cortina de ferro foi baixada através do continente europeu. Atrás dela estão as capitais dos antigos estados da Europa Central e Oriental. [...]

Os Partidos Comunistas, que eram muito pequenos em todos esses estados orientais da Europa, foram colocados em destaque e desfrutam de um poderio muito superior à sua proporção numérica, e buscam obter, em toda parte, o controle totalitário.¹⁴

Borges (2003) e Fenelon (1983) concordam que a Guerra Fria, de certo modo, é de difícil conceituação, seja como diplomacia internacional, no clima de tensão presente entre as grandes superpotências, seja nas sucessivas intervenções militares em nome da paz. Nesse período, “existe um estado de beligerância, mas também de não-beligerância. A Guerra Fria seria, então, o hiato entre esses dois estados” (BORGES, 2003, p. 35). Esse estado de guerra surgiu em nome da nova ordem mundial, a partir de uma reorganização política que modificou a geopolítica da Europa ao final da Segunda Grande Guerra, quando o continente europeu convivia com os rastros de destruição e dor deixados pela guerra.

Segundo Borges (2003), em síntese, a Guerra Fria pode ser definida como um antagonismo de ideologias e de interesses políticos e econômicos em que não se aplicam as características convencionais de guerra. Nesse sentido, a Guerra Fria “não é paz, mas também não é a guerra na sua forma clássica” (p. 35-36).

Hobsbawn (1995) em sua análise acerca da peculiaridade da Guerra Fria, afirma que, em termos objetivos, essa guerra consistiu-se basicamente pela não-existência de um perigo iminente, apesar da retórica apocalíptica de ambos os lados, EUA e URSS, sobretudo dos americanos. Segundo o autor:

¹⁴ CHURCHILL, Winston. Discurso na Universidade de Fulton, no Missouri, em 05/03/1946. In: MORRAY, J. P. *Origens da Guerra Fria*. Rio de Janeiro: Zahar, 1961, pp.64-66.

Os governos das duas superpotências aceitaram a distribuição global de forças, no fim da Segunda Grande Guerra, que equivalia a um equilíbrio de poder desigual, mas não contestado em sua essência. A URSS controlava uma parte do globo, ou sobre ela exercia predominante influência – a zona ocupada pelo Exército Vermelho e/ou outras Forças Armadas comunistas no término da guerra – e não tentava ampliá-la com o uso de força militar. Os EUA exerciam controle e predominância sobre o resto do mundo capitalista, além do hemisfério norte e oceanos [...]. Em troca, não intervinha na zona aceita de hegemonia soviética. (HOBBSAWM, 1995, p. 224)

De acordo com essa organização do mundo por áreas de influência, o território europeu apresentava sinais de controle, mas a situação nas demais áreas do mundo ainda se mostrava indefinida. A exceção era o Japão, onde os Estados Unidos haviam marcado presença, exercendo um tipo de ocupação unilateral que excluía não só a URSS, como também qualquer outro Estado co-beligerante.

Em linhas gerais, a situação delineada ao final da Segunda Guerra estava sujeita a conflitos, principalmente na Ásia, que experimentava o fim dos antigos impérios coloniais e, portanto, certa indefinição quanto às áreas de influência na futura orientação dos novos Estados pós-coloniais. A condição de instabilidade, sem dúvida, favorecia terminantemente a possibilidade de conflito nesse continente, acirrando a rivalidade entre as superpotências. A Ásia, durante toda a Guerra Fria, foi a maior zona de conflito e competição entre os EUA e a URSS, onde, de fato, o conflito armado irrompeu (HOBBSAWM, 1995, p. 225).

Nos primeiros anos da Guerra Fria, segundo versão oficial, analisada por Chomsky (2003), tratava-se realmente de um confronto entre as duas superpotências (URSS e EUA), com base na tese da defesa, ou seja, um lado tentava defender-se do outro. Essa versão da Guerra Fria foi difundida por meio de intensa propaganda, veiculada tanto por parte dos americanos como pelos soviéticos. De certa forma, essa versão não era totalmente falsa. Mas o que convém ressaltar sobre tal tese é a incipiente discussão acerca dos interesses que sustentavam esse tipo de propaganda, que, a princípio, tinha como objetivo principal conquistar o apoio de todos os países ou grupos, e, conseqüentemente, o posicionamento dos mesmos de um lado, ou do outro.

Pode-se, então, considerar que todo esse acirramento entre as superpotências requer “examinar os contornos, o caráter, as forças e motivações propulsoras e os efeitos principais do sistema mundial bipolar” (CHOMSKY, 2003, p. 36).

Para Chomsky (2003) há duas maneiras de abordar a questão da Guerra Fria.

Uma delas consiste na interpretação da versão convencional, que encontrou respaldo no entendimento da Guerra Fria enquanto um confronto entre duas superpotências. Tal versão, embora apresente limitações, disseminou-se mundo afora com a sua retórica, em nome da defesa do princípio de justiça internacional e liberdade. Observam-se, nesse princípio, orientações que tiveram origem na mensagem do Presidente Truman e que se acham incorporadas à Carta das Nações Unidas.

A outra versão foi construída com base no processo histórico, cuja análise depende de uma investigação que ultrapassa o limite estreito da lógica aparente, sugerindo ser realizada à luz dos fatores que estão subentendidos, de modo a ultrapassar a explicação dos constructos ideológicos predominantes.

Segundo a compreensão convencional, a Guerra Fria foi o confronto entre duas superpotências. Com vistas a buscar um entendimento para esse conflito, surgiram variantes que foram incorporadas à interpretação original no decorrer de praticamente quatro décadas. Entre elas, encontra-se a versão ortodoxa da Guerra Fria, que predominou de forma esmagadora. Essa versão “sustenta que o elemento propulsor da Guerra Fria foi a virulenta agressividade soviética, que os Estados Unidos procuraram refrear” (CHOMSKY, 2003, p. 23). Nessa perspectiva, a versão ortodoxa enfatiza o conflito, o ponto de vista da defesa e da liberdade. Assim, de acordo com essa corrente, os norte-americanos precisavam defender-se da ameaça do “pesadelo” soviético.

Em seguida, surgiu uma variante crítica à versão acima explicitada, com o propósito de atenuar a ortodoxia. Tal versão consistia no reconhecimento de quanto a percepção da ameaça soviética fora exagerada.

Uma outra versão à ortodoxa aponta para a necessidade de uma análise mais minuciosa, com a observação da complexidade da questão, visando extrapolar o contexto maniqueísta expresso pela rivalidade entre os EUA e a URSS. Segundo, Chomsky (2003) essa desavença, em conformidade com os parâmetros ortodoxos, configurou-se na luta entre pesadelo *versus* liberdade.

No entanto, a despeito das variantes, as doutrinas essenciais que nortearam a política norte-americana giraram em torno da contenção e da intimidação, tendo como maior objetivo afastar qualquer tipo de interferência soviética sobre as áreas de influência norte-americana.

Essa versão ortodoxa é resumida em termos claros e expressamente reconhecida como o documento norte-americano fundamental da Guerra Fria, o NSC 68,¹⁵ datado de abril de 1950, redigido pouco antes da Guerra da Coreia. Esse documento trazia em seu bojo o anúncio de que a “Guerra Fria é, na verdade, uma guerra real, na qual está em jogo a sobrevivência do mundo livre” (CHOMSKY, 2003, p. 24).

Ainda segundo Chomsky (Ibidem), o memorando merece atenção por evidenciar a precocidade da visão convencional, em sua versão mais ortodoxa, como também pelas informações pertinentes às realidades históricas, por vezes encobertas pelo aparato ideológico. O documento também se refere à ameaça de que a própria existência, por si só, da URSS, de acordo com os representantes da extrema direita, constituía uma agressão aos EUA e, de certa forma, oferecia ameaça à segurança dos americanos e à sobrevivência do mundo capitalista.

A prática de intervenção por parte dos EUA em outras áreas do globo vinha acontecendo desde 1917, em nome da legítima defesa¹⁶ contra a ameaça soviética – “inclusive

¹⁵ Trata-se de um memorando do Conselho de Segurança Nacional (National Security Council – NSC). Tais memorandos foram documentos do nível mais alto do planejamento governamental norte-americano. *Foreign Relations of the United States (FRUS)*, 1950, v.I, p. 234-292, com divulgação em 1975.

¹⁶ De acordo com Chomsky (2003), a Guerra Fria pode ser entendida pela quase obstinada necessidade norte-americana de salvaguardar os princípios da defesa da liberdade e da livre-iniciativa. Esses princípios e as ações, de certa forma, já haviam sido experimentados com sucesso pelos EUA em outros períodos de sua história, anteriores à Guerra Fria, haja vista as ações que desencadearam as práticas intervencionistas, cuja verdadeira motivação da guerra reside no expansionismo, seja na Flórida do século XIX, seja, contemporaneamente, no Panamá, em dezembro de 1989. De acordo com a tese da legítima defesa, o “inimigo” pode ser o índio, o espanhol, os bolcheviques, o terrorismo ou ainda o narcotráfico. Para o autor, os EUA, periodicamente, estão constituindo um inimigo. (CHOMSKY, Noam. *Contendo a democracia*. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Record, 2003, p. 53.)

a intervenção na própria Rússia, logo depois da revolução bolchevique” (CHOMSKY, 2003, p. 52). Tal prática resvalou por todo o mundo ocidental: ao menor indício de “perigo vermelho”, os Estados Unidos lançavam mão dessa estratégia, com o objetivo de aniquilar as pretensões soviéticas.

Não obstante, vale ressaltar a posição confortável dos americanos se a Guerra Fria for definida somente como um confronto entre duas superpotências. O entendimento desse confronto, a despeito de qualquer outro tipo de envolvimento ou questionamento, além da rivalidade em si, leva ao favorecimento da seguinte dedução: uma vez que a definição da Guerra Fria for construída nessa base, logo, com base na retirada da URSS do conflito, a guerra se encerrou e, obviamente, o lado norte-americano foi o vitorioso. Segundo análise de Chomsky (2003), tal definição da Guerra Fria não reside na rivalidade entre as superpotências, mas na forma como a era da Guerra Fria pode ser interpretada.

De acordo com a segunda versão, também analisada por Chomsky (2003), o entendimento da era da Guerra Fria requer ir além dos acontecimentos efetivos, revendo os registros documentais, a fim de estabelecer até que ponto a política foi determinada por características específicas da era Guerra Fria, ou ainda se houve adaptação a novas condições e demandas institucionais. Isto implica esclarecer os constructos ideológicos predominantes e suas funções, inclusive a própria compreensão convencional da Guerra Fria.

Ao considerar certos aspectos, situações e eventos típicos da Guerra Fria e suas motivações subjacentes, comparando-os à prática antes e depois dela, outras indagações foram suscitadas, gerando a construção de análises mais complexas, menos dualistas. Desse modo, a Guerra Fria enquanto processo histórico pode aproximar-se da pretensa realidade, ganhando projeção e credibilidade, ao contrário da compreensão convencional de que, embora real, “constitui apenas uma fração da verdade” (CHOMSKY, 2003, p. 36).

Hertzberg (1989)¹⁷ argumenta que a causa fundamental da Guerra Fria se encontra na ambição totalitária soviética. No âmbito interno, a URSS estabeleceu um “Estado onipotente, onividente e onisciente que atenderia a todas as necessidades humanas e, por conseguinte,

¹⁷ HERTZBERG apud CHOMSKY (2003).

obliteraria e tornaria desnecessária qualquer instituição humana rival” (p. 30). Tais condições internas presentes no Estado soviético favoreciam a autoconfiança e a certeza do êxito final, pois, à medida que o processo histórico fosse se desenrolando, o tempo se encarregaria de testemunhar o triunfo do socialismo sobre o capitalismo.

Para os soviéticos, a incumbência de mostrar ao mundo quem estava realmente certo seria uma meta obstinada. Tal determinação levou a uma verdadeira cruzada em prol do socialismo. Essa cruzada manifestou-se efetivamente por meio do apoio dos soviéticos aos movimentos nacionais de libertação, todas as vezes que estes reunissem forças para enfrentar o governo capitalista de seu país. Ao menor indício de descontentamento, refletido na oposição ao modelo capitalista, imediatamente lá estavam os soviéticos. Dessa forma, segundo a “onipotência” da URSS, a partir da disseminação do socialismo, os demais sistemas políticos e sociais, por serem considerados inferiores, estavam fadados a desaparecer. Diante da lógica soviética, os norte-americanos não hesitaram em se defender de tamanha ameaça, uma vez que, para uma organização social e política baseada em uma ideologia universal, seria intolerável conviver com a pretensão totalitária soviética.

Para o entendimento da situação de tensão que se consolidou no mundo após a Segunda Grande Guerra, Hobsbawm (1995) identificou três aspectos significativos que contribuíram para modificar o panorama internacional. O primeiro diz respeito às rivalidades e conflitos existentes em âmbito mundial antes da Segunda Guerra, ou seja, a Guerra Fria eliminou ou mesmo camuflou rivalidades e conflitos anteriores à Segunda Guerra que moldavam a política mundial antes de sua eclosão.

A nova ordem mundial pode estar intimamente relacionada ao desaparecimento dos impérios e, com eles, as antigas rivalidades foram se dissipando, ou então acabaram, porque as grandes potências já não detinham mais esse *status* de potência, uma vez que haviam sido relegadas à segunda ou terceira divisões da política internacional. As relações entre essas potências não eram mais autônomas, ou ainda tais potências estavam apenas interessadas nas questões locais.

No segundo aspecto, apontado por Hobsbawm (1995) no que diz respeito ao estado em que se encontrava a situação internacional, a geopolítica praticamente permaneceu

“congelada” no que se refere ao longo tempo em que a Alemanha conviveu com a divisão de seu território, efetivada no Muro de Berlim, entre outras modificações no mapa da Europa, provocada por anexação e/ou separação de territórios.

É certo que o desenvolvimento das políticas internas do Estado não “congelou” da mesma forma, à exceção daqueles Estados onde a aliança com a superpotência dominante já apresentava sinais de mudança. Mas, de certa forma, a Guerra Fria parecia manter o mundo dentro de um clima estático.

O terceiro e último aspecto observado pelo autor refere-se à quantidade assombrosa de armas distribuídas pelo globo. Essa ação resultava de quarenta anos de competição entre os Estados industriais e, na tentativa de conquistar aliados, a Guerra Fria armou o mundo. Tendo em vista o discurso apocalíptico de que a guerra poderia estourar a qualquer instante, supõe-se que todos deveriam estar prevenidos. Todo mundo exportava armas, distribuídas em várias partes do globo, atendendo a guerras consideradas de “baixa intensidade”, verificadas nas guerrilhas, no terrorismo, além dos grandes conflitos ocasionais que caracterizaram todos esses anos em estado de guerra (HOBSBAWM, 1995, p. 250).

Diante do arsenal promovido pelas grandes potências, há de se considerar que a tese da defesa foi concretizada, mas, segundo Chomsky (2003), a questão não reside na veracidade da versão ortodoxa, pois ela não se caracteriza pela falta de realidade, como já citado neste estudo. O importante a ser considerado nessa versão é a precária discussão sobre a natureza dos interesses que sustentavam esse tipo de propaganda,¹⁸ produzida por diferentes meios de comunicação. Por intermédio dessa tática, os URSS e os EUA poderiam obter não só o apoio

¹⁸ A propaganda se manifestou por meio de diferentes veículos: desde um simples panfleto aos megaempreendimentos cinematográficos, eles serviram na divulgação não só do medo, mas principalmente para fundamentar os discursos ideológicos, presentes em ambos os lados. O cinema possibilitou mais do que um divertimento passageiro. No caso específico da Guerra Fria, os primeiros filmes dedicados à discussão de seus acontecimentos são praticamente contemporâneos a seu próprio desenrolar. Nessa perspectiva, o cinema emprestou à Guerra Fria veracidade, por meio de recursos de narrativa somado à inserção de documentários, estabelecendo relação com a História, a fim de garantir a credibilidade dos espectadores e a construção de autenticidade. (SOUZA, Antonio Cícero Cassiano. *Cinema e política: o anticomunismo nos filmes sobre a guerra fria (1948-1969)*. Dissertação (Doutorado em História) – UFF, Niterói, 2002.

Na tela do cinema, filmes consagrados sobre a “Terceira Guerra Mundial” mostravam os possíveis horrores da provável guerra nuclear, como também provocaram momentos de descontração com as peripécias dos agentes secretos que fizeram fama no cinema ou comédias que muitas vezes realçavam o humor negro, tal como o filme *Doutor Fantástico – Doutor Strangelove*, EUA, 1964, Direção de Stanley Kubrick – comédia de humor negro sobre militar norte-americano que ordena o bombardeio nuclear da União Soviética. (JUNIOR, José Augusto Dias e ROUBICEK, Rafael. *Guerra Fria: a era do medo*. 2 ed. São Paulo: Ática, 2003, p. 48.)

de grupos “rebeldes”, governantes, de países ou da população em geral, como ela também servia de justificativa para a prática intervencionista nos países que buscavam sua independência, tais como os países da Ásia e da África. Esse tipo de ação das superpotências, sem dúvida, foi uma das marcas do que se convencionou chamar de Guerra Fria. Portanto, ao término da Segunda Grande Guerra, o rastilho de pólvora parece ter-se espalhado pelo mundo, nas guerras regionais, nas revoluções e nos golpes militares do Terceiro Mundo.

A Guerra Fria influenciou profundamente a vida do cidadão comum, nas mais diversas regiões do planeta, mesmo que ele não percebesse seus efeitos no cotidiano. Dessa forma, os países que passavam por processos revolucionários foram, entre todos, os mais diretamente atingidos pelos efeitos da guerra, uma vez que, de uma forma ou de outra, os confrontos internos possuíam relações associadas ao confronto global entre as superpotências. O cidadão comum poderia não ver e, na maioria das vezes, não perceber sua existência, nem compreender o que seria esse conflito. “Contudo, o observador arguto perceberá a existência de vínculos entre as políticas públicas desses países e as diretrizes emanadas dos blocos de poder a que estavam ligados” (MUNHOZ, 2004, p. 275).

1.2 A ajuda externa no contexto latino americano: “América para os americanos”

Na época do Acordo para a COLTED, a ajuda externa não se constituía em novidade. Desde os séculos XVIII e XIX, essa prática já era exercida pelos europeus. Entre as formas de ajuda mais utilizadas, encontrava-se a transferência de crédito, dinheiro ou assistência de um país para outro. Segundo Wendzel (1980), essa ajuda se caracterizou por ser um importante instrumento econômico, e vem sendo utilizada como técnica de política até os dias atuais.

Os países europeus concediam ajuda econômica aos países considerados “atrasados”, como meio de assegurar as bases coloniais. Essa prática acontecia com regularidade e tinha como meio o oferecimento de subsídios em equipamentos diversos e/ou em dinheiro, servindo como elementos reguladores das alianças militares.

Na Primeira Guerra Mundial, os Estados Unidos concederam vultosos empréstimos a cerca de vinte países. Entretanto, foi somente após a Segunda Grande Guerra que a ajuda estrangeira, principalmente advinda dos EUA, foi sendo disseminada de forma mais

abrangente e sistemática. Nesse momento, a ajuda ampliou seus objetivos e suas áreas de atuação, não se limitando a servir apenas como um instrumento de manutenção do sistema colonial. Isto porque, a partir do advento da Guerra Fria, a ajuda¹⁹ proveniente dos EUA passa a ser também utilizada como instrumento “inibidor” das pretensões de ocupação soviéticas no continente europeu.

Entende-se que essa estratégia estava em conexão com a política de contenção praticada pelos Estados Unidos. Pode-se afirmar que a ajuda externa, após a Segunda Guerra, caracterizou-se por um período de fertilidade, compreendido entre as décadas de 1950 e 1960. Os programas de assistência abrangeram uma série de áreas, atuando em diferentes níveis. Nesse momento, a ajuda dos americanos representava mais do que o dobro da ajuda oferecida pelos demais países. Esses programas de ajuda custaram aos cofres norte-americanos cerca de mais cinco bilhões de dólares (WENDZEL, 1980, p. 171). Esse autor classifica os programas de ajuda externa em três categorias.

A primeira categoria de ajuda refere-se à assistência ao desenvolvimento e os recursos são proporcionados sob o fundamento de que a ajuda contribui significativamente para o desenvolvimento econômico. Neste caso, os programas de assistência poderão envolver empréstimos em dinheiro, com vistas a um rápido desenvolvimento, ou concessão de crédito, como empréstimos a longo prazo. Este último procedimento foi amplamente adotado pelos Estados Unidos durante os anos 50 e 60.

¹⁹ O Plano Marshall pode ser considerado, dentre outros, o mais conhecido e expressivo programa de ajuda econômica implementado após a Segunda Grande Guerra. A importância atribuída a este Plano, esta em função da sua dimensão tanto no que se refere a sua abrangência, devido ao número de países atendidos e conseqüentemente pelo montante de recursos econômicos aplicados. O Plano Marshall atendeu parte significativa dos países da Europa. Segundo Hobsbawm (1995) “o Plano Marshall, um projeto maciço para recuperação européia, foi lançado em junho de 1947. [...] assumiu mais a forma de verbas que de empréstimo.” (p. 237). No estado em que a Europa se encontrava um empréstimo com prazos determinados e juros de mercado, seria inviável pelo menos para a maioria dos países recém saídos da guerra. O Plano pode ser entendido não só como uma ajuda econômica importante para uma Europa e um Japão ávidos por dólares americanos, mas na ótica dos americanos, o Plano transcendeu a questão econômica, uma vez que uma Europa restaurada representava parte da aliança militar anti-soviética, o que não deixa de ser um complemento lógico do Plano Marshall, a fim de neutralizar a URSS e sua área de influência. “Obviamente a URSS e os governos sob sua influência recusaram-se a aceitar a ajuda do Plano Marshall, percebida como uma invasão econômica que os conduziria a perda do poder (a abertura da economia reforçaria as enfraquecidas burguesias do leste europeu). A Doutrina Truman e o Plano Marshall materializaram a partilha da Europa, lançando as bases para a formação dos blocos políticos-militares.” Vizenini, Paulo Fagundes In: Silva, Francisco Carlos Teixeira da, *O século sombrio: guerras e revoluções do Século XX*/ Silva (coordenador) Rio de Janeiro: Elsevier, 2004, p. 196.

A segunda categoria – e não menos importante – sintetiza o tipo mais característico de intervenção: a assistência militar. A ajuda não se restringe somente à concessão de dinheiro e de material bélico; faz parte também do programa de assistência a ajuda aos programas de apoio à defesa. Tal programa de assistência militar, desenvolvido no pós-guerra, representou grande parte da ajuda, dentro da política de contenção, durante os anos 50, e estendeu-se até o início dos anos 60. Quando esse programa declinou, os programas de ajuda se voltaram para o setor econômico, considerado, àquela época, de fundamental importância para o desenvolvimento das nações. Entretanto, a partir de 1973, o programa de assistência militar ganhou fôlego, sendo retomado no cenário da guerra entre árabes e israelenses.

A terceira categoria consiste na assistência técnica e na transferência de conhecimentos e capacitação de um país para outro. Esse tipo de ajuda, se comparado com os demais tipos, possui custo relativamente baixo. Os programas de assistência possibilitam aos países doadores a solução de questões muitas vezes consideradas complexas para quem recebe a ajuda. Esse auxílio se circunscreve praticamente aos setores agrícolas, de saúde e educação, entre outras atividades, no sentido de erradicar problemas ou fomentar soluções práticas. Nesta categoria de ajuda, enquadra-se aquela concretizada para a COLTED.

Sobre a transferência educacional, Martin Carnoy (1974) observa na “ajuda” a submissão dos povos dos países periféricos em relação aos países centrais. Esse autor destaca a dinâmica “injusta” presente na relação, em que o mais forte obtém vantagens sobre o mais fraco, reforçando a visão maniqueísta presente entre povos colonizados e povos colonizadores.

Nesse sentido, Carnoy (1974) rejeita a possibilidade de que a assistência técnica estrangeira possa contribuir para o desenvolvimento e a autonomia dos países periféricos, uma vez que as necessidades do sistema econômico são prioritariamente atendidas em detrimento de outras motivações inerentes ao sistema educacional, como, por exemplo, a formação do cidadão a partir de uma ordem político-cultural.

Para Arapiraca (1979) a legitimação da influência econômica dos Estados Unidos sobre a América Latina foi patenteada em dois movimentos conhecidos. O primeiro se deu

com a Doutrina Monroe,²⁰ assumida na prática pelo Presidente Theodoro Roosevelt, que reivindicava para os Estados Unidos o poder de polícia em toda jurisdição do continente latino. Essa política ficou conhecida pelo lema “América para os americanos” (p. 124). O segundo movimento da política externa norte-americana teve início efetivamente em 1961, com a Aliança para o Progresso, denominada política da “Boa Vizinhança”. O autor faz referência às declarações do embaixador Viron P. Vaky, Secretário de Estado Assistente para Assuntos Interamericanos, acerca dessa política, dentre as quais se destacam:

A América Latina, como um todo, é considerada como um elemento muito relevante na estratégia global dos EUA, tanto como aliado internacional quanto como reserva estratégica decisiva de gente e capacidade produtiva [...]. A América Latina continua um importante mercado para exportação, ao quais os EUA vendem maquinaria, bens de consumo e produtos químicos tanto quanto vende a todo Mercado Comum Europeu, e mais do que ao Japão. (ARAPIRACA, 1979, p. 142-143)

Na vigência dessas políticas, observam-se vários momentos que oscilam entre a intervenção com enfrentamento militar nos países latino-americanos e a ajuda, principalmente com a transferência técnica e educacional. Apesar das diferenças extrínsecas e resguardado o tempo histórico, percebe-se, entre as diferentes políticas (do tacão do *Big Stick* à política da Boa Vizinhança), a continuidade da hegemonia econômica dos EUA sobre a América Latina. Segundo Arapiraca (1979), a política de “boa vizinhança e da ajuda está longe de constituir um gesto unilateral de filantropia” (p.143).

No estudo acerca da ajuda dos EUA, por meio dos acordos MEC/USAID, com foco no convênio MEC/SNEL/USAID-1967,²¹ após as recomendações da Aliança para o Progresso, Bandeira (1978), Arapiraca (1979), Dreifuss (1981), Germano (2005), entre outros, compartilham da posição de que as intenções norte-americanas quanto ao programa de ajuda na América Latina ganharam motivação extra a partir da concretização da Revolução Cubana (1959). Segundo Germano (2005)

²⁰ Mesmo antes da explicitação da Doutrina Monroe em 1822, os Estados Unidos já aplicavam a intervenção armada na América Latina; a primeira nação a ser invadida foi o México em 1806. O presidente James Monroe procurava se resguardar de possíveis ataques da *Santa Aliança*, para proteger pretensos interesses contrariados da Espanha em relação às suas colônias na América Latina. Ele partia do pressuposto de que “a América tem hemisférios para si mesma”. Essa política marcou as relações internacionais dos EUA com a América Latina até a década de 1960, quando vivemos sob o tacão do *Big Stick* (ARAPIRACA, 1979, p. 139).

²¹ Em 6 de janeiro de 1967, foi firmado o Acordo entre o Ministério da Educação e Cultura (MEC), Sindicato Nacional dos Editores de Livros (SNEL) e a Agência Norte-Americana para Desenvolvimento Internacional (USAID), com o objetivo de tornar disponível cerca de 51 milhões de livros aos estudantes brasileiros.

No nível externo, a revolução socialista de Cuba afetou o poder e o prestígio dos Estados Unidos no Continente e concorreu decisivamente para o desenvolvimento de uma ofensiva anticomunista na América Latina, que fez ressurgir os valores da Guerra Fria. Na verdade, a experiência cubana fascinou os oprimidos de vários países e os Estados Unidos empenharam-se em evitar o surgimento de algo semelhante em outro ponto das Américas. Em consequência, foi criado um programa de “cooperação” econômico denominado “Aliança para o Progresso”; os exércitos continentais foram conclamados a travar uma propagada luta anti-subversiva e, em alguns casos, ocorreu uma intervenção inequívoca dos Estados Unidos em favor das forças antidemocráticas e golpistas como se verificou no Brasil, em São Domingos e no Chile. (GERMANO, 2005 p.50-51)

A partir da década de 1940, o Brasil foi contemplado com a ajuda externa, por meio de programas de assistência técnica e transferência educacional, mas essa ajuda não consistiu apenas de uma ação norte-americana na América Latina. Segundo Romanelli (2003) durante o período de 1930 a 1964, as relações políticas e econômicas nacionais se caracterizaram por certo equilíbrio no modelo getuliano, de tendência populista, e o modelo de expansão da indústria. Nesse contexto, o Estado assumiu papel fundamental na implantação da indústria básica e da infra-estrutura necessárias. Desse modo, tal posição do Estado garantia, de forma razoável, a manutenção do apoio da classe empresarial e das forças armadas. Pode-se dizer que, em alguns momentos, até mesmo tolerava o nacionalismo exacerbado dessa política. No entanto, “a penetração mais intensa do capital internacional foi fator de rompimento daquele equilíbrio e Vargas perdeu o apoio do empresariado e das Forças Armadas” (p. 193).

Sob tal perspectiva, as boas relações presentes na política da Boa Vizinhança, com a participação do país na guerra, favoreceram a aproximação do processo de flexibilização da economia, com a presença do capital estrangeiro. Daí em diante, a internacionalização da economia nacional não cessou mais. Registra-se, porém, que não havia mais lugar para uma política de massas baseada no nacionalismo extremado. O governo Kubitschek, de certa forma, deu continuidade à política de massas, embora, por outro lado, tenha acelerado a expansão industrial.

Em 14 de julho de 1955²² foi firmado o compromisso entre o Brasil e os Estados Unidos para que as duas nações estreitassem as relações culturais. Ou seja, por intermédio da cultura, deu-se o primeiro passo, certificando a presença americana em diversos setores da

²² BRASIL, Ministério da Educação e Cultura – Acordos, Contratos, convênios; Brasília: Serviço de Documentação do MEC, 1967, p.55.

educação brasileira. Os convênios firmados entre os dois países estabeleciam a abertura do intercâmbio cultural e da ajuda econômica e técnica para o desenvolvimento de projetos culturais e, mais tarde, de programas de educação formal. Num primeiro momento, destacam-se: o incentivo pela aprendizagem da língua dos respectivos países, a criação de bibliotecas, publicações, cursos, filmes, enfim, todas as atividades que conduzissem ao desenvolvimento da cultura norte-americana no Brasil e vice-versa. Para a execução dos convênios, foram nomeados representantes com plenos poderes nos respectivos países, visando ao apoio recíproco e à coordenação do intercâmbio cultural. Em 1955, o primeiro representante brasileiro nos Estados Unidos foi o Embaixador Extraordinário Maurício Nabuco; o Secretário de Estado Dean Acheson foi nomeado para representar os Estados Unidos no Brasil.

A partir de 1964, os acordos MEC/USAID, segundo Romanelli (2003), cobriram todo o espectro do sistema de ensino brasileiro, não ficando restrito a uma determinada área ou setor da educação nacional. Também nessa época, os programas de ajuda externa viriam a intervir nos ensinos primário, médio e superior em suas diversas modalidades, articulando também o funcionamento administrativo, o planejamento e o treinamento de pessoal, bem como os ramos acadêmico e profissional.

A abrangência²³ dos acordos entre USAID e MEC, segundo Romanelli, evidenciou a importância atribuída à educação pelo setor externo “na integração e no posicionamento das sociedades periféricas, no contexto geral do capitalismo internacional” (p. 213).

Embora os Acordos MEC/USAID tenham sido firmados durante o regime militar, a partir de 1964, no período anterior à ditadura, o Brasil já contava com a ajuda da Aliança para o Progresso e da USAID no cenário da educação nacional, por meio de acordos concernentes a programas de assistência técnica e transferência educacional, como, por exemplo, o PABAE²⁴ no contexto mineiro. No estudo realizado por Paiva e Paixão (2002) sobre a implantação no Instituto de Educação em Belo Horizonte do PABAE, com vigência entre os

²³ Consultar Otaíza Romanelli, em seu estudo acerca da História da Educação Nacional. Nesse trabalho, a autora analisa e divulga uma lista de 12 acordos suas ementas no período de 1964 a 1968. Alguns acordos com vigência até 1971, inclusive os Acordos MEC/USAID, a exemplo do objeto que deu origem a este estudo: a COLTED (MEC/SNEL/USAID-1967).

²⁴ O Programa de Assistência Brasileiro-Americana ao Ensino Elementar – PABAE
Para saber mais sobre este programa de assistência ao ensino Primário, consultar: PABAE (1956-1964) – Americanização do ensino elementar no Brasil?/ Edil Vasconcellos de Paiva. Lea Pinheiro Paixão – Niterói , 2002.

anos de 1956 a 1964, as autoras puderam verificar dois momentos na administração da assistência técnica:

O primeiro foi o Ponto IV, que se prolongou até o final da década de 1950, e era administrado pela International Cooperation Administration (ICA). O segundo, com início em 1961, foi o período da Aliança para o Progresso, cujas diretrizes de assistência técnica foram implantadas pela United States Agency for International Development (USAID). (p. 57)

Arapiraca (1979), ao examinar os Acordos MEC-USAID, situa as bases para a efetivação da política inspirada pela Aliança para o Progresso na Reunião Extraordinária do Conselho Interamericano Econômico e Social em nível ministerial, realizada em agosto de 1961, na cidade de Punta Del Este. Nessa reunião, o Conselho constatou que os baixos níveis de educação nos países latino-americanos eram, simultaneamente, resultado e causa da situação econômica e social. Entendeu que, para reverter tal quadro, que se tornara um “circulo vicioso” (p. 194), seria necessário o estabelecimento de um Plano Decenal de Metas, no qual aconselhava a adoção das diretrizes da Aliança para o Progresso no campo da educação, a serem alcançadas no prazo de dez anos.

Dentre outras metas, destacam-se: política de fomento ao ensino no campo das ciências e da pesquisa científica e tecnológica, intensificação do intercâmbio de estudantes e professores, desenvolvimento de bibliotecas públicas e escolares, recomendações que objetivavam a formação e o desenvolvimento docente, além de metas para reformar e expandir o ensino superior.

Outra reunião, em continuidade, a de Punta Del Leste (1961), a de Santiago do Chile (1962) ocorreu em Bogotá, em 1963, a fim de avaliar as decisões e propor correções acerca do desempenho do Plano Decenal de Educação da Aliança para o Progresso.

De acordo com Arapiraca (1979), a intensificação dos programas de ajuda bilateral entre a USAID e o MEC só se concretizou efetivamente com o golpe militar de 1964. Nessa perspectiva, o Relatório Pearson evidencia o quanto as possibilidades entre os dois países (EUA e Brasil) foram intensificadas.

Depois da mudança de governo em abril de 1964, e o estabelecimento da política interna mais coerente, a ajuda ao Brasil tomou um caráter contínuo e desenvolvimentista. Os empréstimos da Agência Internacional dos Estados Unidos (USAID) se tornaram mais flexíveis e de mais rápido desembolso. A orientação recente da ajuda foi no sentido de amparo às despesas crescentes de educação [...].²⁵

A partir de 1964, a reformulação do sistema de ensino brasileiro contou com a influência e a participação efetiva dos acordos MEC/USAID, devido à necessidade de adequar o sistema ao modelo desenvolvimentista que se intensificava no país, entre outras motivações. Desse modo, segundo Romanelli (2003), destaca-se “o papel assumido pela ajuda internacional através da USAID e a função mediadora dos órgãos governamentais, entre os interesses externos e os internos na reorganização da educação brasileira” (p. 196).

Essa reorganização do sistema educacional, em um primeiro momento, consistiu em equacionar a questão da demanda da educação, buscando soluções para a expansão do ensino. A instituição do salário-educação foi uma das soluções encontradas para atender a essa necessidade de expansão.

Tais medidas, contudo, não foram suficientes para reverter a crise do sistema educacional, e essa situação acabou por justificar a presença de ajuda externa. Essa crise já vinha de longa data e, segundo Romanelli (2003), “ela foi o resultado da aceleração do ritmo de crescimento da demanda efetiva da educação” (p. 205). O crescimento a que a autora se refere resulta da conjugação da implantação da indústria de base nos anos 50, somada à deterioração dos mecanismos de ascensão da classe média, a qual, à época, passava por mudanças provocadas pela quantidade e pela variedade de novos empregos proporcionados pela industrialização.

Cunha (1973)²⁶ examinou as mudanças no modelo de ascensão da classe média como um dos fatores que contribuíram para a demanda da educação. A ascensão da classe média baseava-se na poupança, na abertura de uma pequena empresa ou ainda no exercício de alguma atividade profissional. Essas atividades já não mais se traduziam em *status*, e

²⁵ Relatório Pearson, p. 276-278, apud Arapiraca, 1979, p. 206.

²⁶ CUNHA (1973) apud ROMANELLI (2003).

tornavam-se um canal cada vez mais estreito de ascensão, decorrente do processo de concentração de capital, renda e mercado.

O acesso e a conquista de hierarquia ocupacional voltavam-se tanto para o setor privado quanto para o setor público, que se ampliavam a partir da implantação das empresas multinacionais e estatais. O Estado, na condição de promotor da expansão econômica, também detinha o mecanismo de concentração de capitais e a administração de órgãos de planejamento, além de suas próprias empresas de infra-estrutura nas áreas de comunicações, transporte e energia, entre outras. Isso acabou por promover o aumento do quadro profissional e o surgimento de novas exigências de qualificação, em função das próprias atividades emergentes. Essas exigências pressionaram o sistema educacional.

A solução imposta ao sistema de educação, em atendimento ao modelo econômico então vigente, revelou-se incapaz diante da polarização dos interesses sociais e econômicos e do próprio sistema educacional. As estratégias tiveram um efeito apenas de “remediar” a crise do sistema, que se estabeleceu, sobretudo, a partir de 1950, consolidando-se com o regime militar. Desse modo, buscaram-se cooperação financeira e assistência técnica por meio da AID, o que, no caso específico da educação, resultou na série de acordos MEC/USAID. O aspecto mais relevante dos acordos consistiu deles se valerem da crise existente no sistema educacional para justificar a necessidade de cooperação. Segundo Romanelli, (2003) a crise servia de justificativa para a intervenção “mas não passava de um pretexto para “assegurar ao setor externo oportunidade para propor uma organização do ensino capaz de antecipar-se, refletindo-a, à fase posterior do desenvolvimento econômico”. (p.209). Vale ressaltar que os programas de cooperação encontraram no setor interno as condições ideais para a viabilização dos mesmos.

Arapiraca (1979) contextualiza o momento econômico em que os acordos MEC/USAID foram assinados segundo a lógica da educação pragmática e da profissionalização que viria a ser implantada durante o governo militar, quando “a mística do capital humano passa a se constituir no passaporte da ascensão social” (p.152). A partir dessa lógica, ganha o mais apto, minimizando o poder de barganha presente na classe, reifica-se o indivíduo.

Vale ressaltar o posicionamento do Ministro de Educação Paulo de Tarso (1963) e de demais membros do governo Goulart, acerca dos programas de assistência técnica americana, via Aliança para o Progresso, examinado no trabalho de Paiva e Paixão (2002). O pronunciamento do Ministro, na III Reunião Interamericana realizada em Bogotá, lembrado pelas autoras, esclarece que

a Aliança para o Progresso é cada vez mais amparada pelos grupos conservadores e anti-reformistas e cada vez mais impopular entre os que participam da transformação social: operários, camponeses, profissionais e estudantes. Assim, tocamos numa das contradições radicais do sistema que surgiu em Punta Del Este. Como realizar uma revolução social ao lado das forças da contra-revolução [...] (p.140)

A partir de 1964, os programas americanos foram intensificados, e não sofreram resistência, pelo menos por parte dos representantes do governo. Quando grupos contrários aos programas de ajuda externa se manifestavam, eram reprimidos. Segundo Cunha (1985), a repressão se abateu sobre a educação brasileira, chegando a um nível intolerável: não faltaram interventores nas universidades e em outros órgãos da educação e da cultura censurando e reprimindo.

A repressão foi a primeira medida tomada pelo governo imposto pelo golpe de 1964. Repressão a tudo e a todos considerados suspeitos de práticas ou mesmo idéias subversivas. A mera acusação de que uma pessoa, um programa educativo ou um livro tivesse inspiração “comunista” era suficiente para demissão, suspensão ou repressão. (p. 36)

Góes (1985) analisa a presença dos americanos na educação nacional por meio dos acordos MEC/USAID e o encaminhamento dado à ajuda externa nos governos que antecederam a Revolução de 1964 e após o golpe militar. Nesse sentido, esse autor considera que:

1964 é o oposto de 1958, mas, a bem da verdade, diga-se que a interferência norte-americana nas coisas da educação nacional, camuflada de “assistência técnica”, já vinha de longe e não era um fenômeno exclusivamente brasileiro. Esses interesses se manifestaram desde a guerra fria e cresceram no final dos governos Dutra e JK. Todavia, foi no governo Castelo Branco que a desnacionalização do campo educacional tomou formas nunca vistas. Os acordos MEC/USAID cobriram todo o espectro da educação nacional, isto é, o ensino primário, médio e superior [...]. (p. 33)

Romanelli (2003) aponta que é possível identificar no tipo de atuação que a maioria das agências internacionais do mundo capitalista vinha exercendo sobre as sociedades periféricas, além de aspectos ideológicos e objetivos, uma forma de atuação semelhante nos países do Terceiro Mundo. As agências internacionais ao oferecerem aos países periféricos um tipo de tratamento padronizado, mostram-se incapazes de perceber a complexidade histórica e cultural processadas no interior daquelas sociedades. É nesse sentido que a autora afirma que a ajuda prestada por todas essas agências estão pautadas por um determinado conceito de subdesenvolvimento.

definido de forma insuficiente, parcial, na maioria dos casos partindo de pressupostos que o consideram como uma fase anterior ao desenvolvimento, estando, portanto, os países nele imersos apenas em “atraso” em relação aos países desenvolvidos. Como “causa” ou “fatores” do subdesenvolvimento elementos como: a presença ou a predominância política de grupos sociais oligárquicos e tradicionais na estrutura de poder; a predominância do setor agrário-exportador sobre o industrial; os aspectos de transição de uma sociedade, tida como tradicional, para uma sociedade moderna, como fenômeno que se dá naturalmente. (Romanelli, 2003, p.198)

No estudo de Cardoso e Faletto (1975) citado por Romanelli (2003) os autores identificam o posicionamento das agências internacionais ao compararem o tradicional com o subdesenvolvido e conseqüentemente o moderno com o desenvolvido. Assim sendo, ao partirem desta premissa a ajuda e cooperação oriundas dos organismos internacionais para os países periféricos passam a ser uma espécie de veículo para que estes países alcancem o tão sonhando desenvolvimento, admitindo que o desenvolvimento seja apenas uma questão de tempo para os países do Terceiro Mundo. Neste sentido, a comparação é praticamente inevitável, o paradigma a ser seguido passa pelas sociedades do centro do mundo capitalista, partindo do pressuposto que o desenvolvimento só se dá a partir da “intervenção”, ou seja, da ajuda importada dos países centrais. Segundo esses autores, as agências na maioria das vezes conseguem relacionar fatores históricos com o subdesenvolvimento. Para as agências internacionais “a mera seqüência cronológica dos fatos, que marcaram a evolução das atuais sociedades subdesenvolvidas, fornece as bases científicas para as interpretações do subdesenvolvimento” (p. 198). Partindo desta compreensão de subdesenvolvimento, a posição adotada pelas agências prestadoras de ajuda, para equacionar as questões referentes ao subdesenvolvimento, consiste em tratar o problema por um viés predominante técnico, daí a necessidade de investir na ação planejada com o objetivo de atingir o desenvolvimento

desejado. Para a execução dos objetivos, as agências passaram a investir em educação, uma vez em que esta área é a responsável pela produção de recursos humanos que vão atuar na busca do desenvolvimento desejável. E com base, também, na teoria do subdesenvolvimento, as agências internacionais estabeleceram uma série de acordos e convênios nos países periféricos, como um meio de viabilizar programas de ajuda relacionados na sua grande maioria às ações na área técnica. A teoria de dependência assinala que “há uma série de fatos e situações que aparecem conjuntamente e em um momento dado e que podem ser interpretados a partir da compreensão das conexões entre fatores internos e externos” (p.195). Porém, estas conexões se expressam como um modo particular de relações sociais no âmbito interno. Assim sendo, o foco da análise da teoria da dependência deve considerar essas manifestações ocorridas no interior das sociedades. A interpretação da teoria de dependência impõe a necessidade de compreender que o desenvolvimento nas sociedades periféricas faz parte de uma complexa estrutura social que transcende as análises que privilegiam demasiadamente o econômico e/ou em contrapartida, restringe essa interpretação ao mecanismo maniqueísta do interno submetido ao externo. Na verdade, essa teoria não oferece apenas uma interpretação parcial, ela também oferece, consciente ou inconscientemente, uma explicação distorcida da realidade e/ou até mesmo tendenciosa. Durante um período, as interpretações sobre a dependência entre países centrais e periféricos foram marcadas por certa “determinação mecânica e imediata do interno pelo externo” (p.194).

Ainda sobre a análise de Cardoso e Faletto (1975) ao interpretarem o caso brasileiro, verificaram que a mudança ocorrida no setor interno, quer no que concerne à economia, quer no que concerne à ordem política, assumiu vital importância durante o processo de reorientação dos rumos tomados pelo desenvolvimento do país após 1964. O antigo esquema de dominação, marcado pelas relações entre nacionalismo e populismo, entra em crise. A redefinição do jogo político e das funções do Estado foi determinada, em parte, pela intensificação do empresariado industrial a partir da evolução e da própria modernização, dos interesses do setor empresarial e, sem dúvida, pelo fortalecimento das forças armadas. Desde modo, não cabe mais privilegiar uma análise estritamente econômica em detrimento de outros fatores igualmente relevantes na construção daquela sociedade, como também não se deve restringir a interpretação da relação centro-periferia à crença de um setor interno como um instrumento colocado à mercê do setor externo. (p.195)

1.3 A Educação brasileira e o Estado Militar

A tomada do poder em 1964 não foi um simples golpe latino-americano, nem mais um pronunciamento, e sim uma articulação política de profundas raízes internas e externas, vinculada a interesses econômicos sólidos e com respaldos sociais expressivos. Não foi coisa de amadores. Tanto é assim que, passados os primeiros momentos de perplexidade, o novo Estado emergiu do figurino do IPES²⁷ com objetivos programados, metas estabelecidas e, naturalmente, com homens que se apossaram do poder.²⁸

Antes de examinar o acordo sobre o livro técnico e didático na educação brasileira, no período do governo militar, é importante apontar alguns fatores nos âmbitos interno e externo que favoreceram e/ou se opuseram à deflagração da ditadura militar. Assim, para este estudo, privilegiou-se o enfoque desses fatores, por acreditar que podem revelar as motivações que desembocaram na brusca e duradoura presença dos militares na direção efetiva do Brasil, determinando os rumos da educação nacional.

O estudo do período da ditadura militar no Brasil, instaurada em 1964, estendendo-se até os anos de 80, com sucessivos governos militares,²⁹ pressupõe o exame de alguns fatores que se estabeleceram no hiato entre o fim da Segunda Guerra e o golpe militar. Tais fatores acabaram por favorecer uma conjugação complexa de condições e ações que resultaram na deflagração do golpe.

²⁷ O Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES).

²⁸ GÓES, 1985, p. 32.

²⁹ Quanto à presença dos militares à frente do governo brasileiro, “muito embora, queiram delimitar a entrada do militar no processo político a partir de 1964, a história tem demonstrado que, em todos os momentos de crise institucional, as Forças Armadas apresentam-se como atores políticos atuantes. Assim foi, em 1889, com a proclamação da república, mediante um golpe articulado por Deodoro da Fonseca, Floriano Peixoto [...] e assim continuou sendo, em 1930, com a derrubada da República oligárquica, que permitiu a instauração da ditadura do estado novo e a deposição de Getúlio Vargas em 1945. Mas foram também os militares que participaram do processo de estabelecer a posse de Juscelino Kubitschek em 1955, abortando um golpe preparado por setores das forças armadas.” (ROUQUÉ, 1984, p. 327).

Há autores (COMBLIN, 1978, p.152, e TREVISAN, 1985, p. 11) que remetem a questão militar do Brasil ainda ao Império, pois o Exército, principalmente, jamais ficou alheio à política. “Certos fatos históricos demonstram o papel dos militares no período imperial [...]. Contudo, anteriormente a 1964, os militares desempenhavam um papel arbitral-tutelar, ou seja, intervinham, restabeleciam a ordem institucional e depois retornavam aos quartéis. Entretanto, após 64, sob a égide da Doutrina de Segurança Nacional, os militares intervêm no processo político, sem, contudo, transferi-lo aos civis. FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, v. 4.

Segundo Reis (2002), o rumo assumido pelo projeto nacional-estadista na América Latina, após a Segunda Grande Guerra, pode ser considerado um dos fatores que contribuíram para os acontecimentos de 1964: “Em virtude da maior presença política e econômica dos EUA, e do pouco peso exercido pela URSS, das opções definidas pela maior parte das elites brasileiras dominantes e de certas tradições culturais” (p.16), os projetos nacional-estadistas tenderam a perder o fôlego, apesar das resistências representadas por significativos movimentos em toda a América. No caso brasileiro, o varguismo e o trabalhismo foram exemplos dessa resistência. Mas o sonhado desenvolvimento autônomo baseado em um projeto nacional-estadista esbarrou na intensiva presença dos americanos na economia e na política das nações da América Latina por razões óbvias, a URSS, não se fazia presente.

No caso brasileiro, a política externa independente de Jânio Quadros, em 1961, não deslanchou, conduzindo ao descontentamento dos setores industriais, tradicionalmente habituados à facilidade do crédito, entre outras esferas que se julgavam prejudicadas com esta política. Segundo Reis (2002) “a política externa independente irritava os setores conservadores sem angariar os apoios das esquerdas, desprezadas por Jânio. Quanto aos trabalhadores, frente à inflação crescente, recebiam promessas de austeridade [...]” (p. 20). Desse modo, devido à fragilidade dos projetos autonomistas, que se constituíram basicamente na crença de que seria possível realizar uma política independente, os projetos e reformas foram implantados vagamente e não conseguiram se consolidar.

O período em que os militares estiveram à frente do controle do país, após a vitória do movimento que derrubou o Presidente João Goulart (1961 a 1964), calou as vozes daqueles que saudavam um “projeto nacional-estadista que o líder trabalhista encarnava e encerrou a experiência republicana iniciada com o final do Estado-Novo, em 1945” (REIS, 2002, p. 11-12).

No Brasil, inicia-se, então, um longo período, no qual o poder foi tomado pelos militares e civis, “numa bem orquestrada política de desestabilização que envolveu empresas nacionais e transnacionais, o governo americano e setores das forças armadas originários da Escola Superior de Guerra (ESG)” (ALVES, 1984, p. 24).³⁰

³⁰ ALVES apud BORGES, 2003, p. 20.

No entanto, segundo Reis (2002), o governo, com feições ditatoriais, reatualizou e exacerbou as tradições e a cultura nacional-estadista. O Estado assume uma postura que, de certa forma, remete à fórmula vivenciada na segunda metade dos anos 50, com base nos capitais privados nacionais e estrangeiros, quando se formou uma aliança de interesses e de recursos e de incentivo maciço às empresas estatais. Nessa fase, “o país, comparado a um imenso canteiro de obras, foi tomado por incontida euforia desenvolvimentista” (p. 56).

Tal política foi disseminada com maior veemência a partir dos anos 70, no governo Médici, quando a propaganda ufanista se espalhou país a fora, registrada em *slogans* otimistas como: “Pra frente Brasil”, “Ninguém mais segura este país”, ou ainda o célebre “Brasil, ame-o ou deixe-o”. Esse tipo de propaganda eternizou-se pelo tom da repressão instaurada, refletindo os “anos de chumbo” que caracterizou a ditadura militar.

De acordo com Borges (2003), os analistas políticos, consensualmente, dividem a ditadura militar (1964) em três fases:

A primeira inicia-se com o golpe militar, estendendo-se até a publicação do Ato Institucional nº 5. Este Ato pode ser considerado como um divisor de “águas” do período ditatorial. O primeiro momento da ditadura, anterior a ele, foi caracterizado pela disputa intramilitar, quando os dirigentes centralizavam as discussões em torno da continuidade ou não da transitoriedade da intervenção. Nesse momento, observou-se que os mandatários da Revolução considerados “duros” – que defendiam a continuidade – venceram a disputa, dando prosseguimento ao processo revolucionário.

O A.I.5 foi publicado em dezembro de 1968, no governo Costa e Silva, quando, em linhas gerais, consolidou-se o Estado de Segurança Nacional.³¹ A partir desse ato, o Executivo passou a concentrar plenos poderes; o Presidente da República praticamente suprimia o Congresso e os demais poderes. Esse período, configurou-se também, pela instituição do sistema, um órgão informal que agrupava os generais do alto comando militar:

³¹ “Dentre os diversos papéis exercidos pelo aparelho militar, o que mais sobressaiu foi o aparelho repressivo, organizado e implementado pelo Serviço Nacional de Informações (SNI), com base no corpo teórico da Doutrina de Segurança. O próprio general Golbery o chamava de monstro, em virtude do seu crescimento desmesurado e de suas ações terroristas” (BORGES, 2003, p.23).

“Ao sistema, cabia a tarefa de, em última instância, decidir sobre as questões políticas, tanto de política interna quanto de política externa” (BORGES, 2003, p. 21).

A segunda fase compreendeu o período entre a instituição do A.I.5 até a sua revogação no governo Geisel. Esta fase foi marcada pela rede de informações, pela tortura a presos políticos, principalmente no governo Médici (1969-1974).

A terceira fase tem início com o projeto de liberalização da política no governo Geisel (1974-1978), por meio da revogação do A.I.5. Esta fase encerra-se no governo do último presidente militar, João Figueiredo. Esse governo conduziu o processo de abertura política, com medidas de abrandamento da censura: “Com o desaparecimento do A.I.5, o papel das forças armadas no processo político adquire um novo perfil, isto é, devolver a direção do Estado aos civis, desde que em bases confiáveis” (BORGES, 2003, p. 23).

Quanto à repressão, segundo Fico (1997), todas as manifestações de resistência e, principalmente, a luta armada, foram reprimidas pela ditadura desde o primeiro momento – e não depois de 1968 – por meio da tortura e da prisão. As decisões referentes à cassação e à censura daqueles indivíduos ou instituições que subverteriam a ordem estabelecida foram respaldadas em Atos Institucionais, especialmente o A.I.5. Para Cunha (1985), esse Ato Institucional e o Decreto-Lei n° 477, de fevereiro de 1966, acentuaram ainda mais a repressão política.

O Decreto n° 477/66 representou a expressão mais acabada da repressão política e ideológica à universidade brasileira: “Professores e estudantes foram expulsos das instituições onde lecionavam ou estudavam” (CUNHA, 1985, p. 37). A denúncia e as comissões de investigação foram instrumentos de coerção nas mãos daqueles que detinham o poder.

Segundo Góes (1985) os militares lançaram mão de novos mecanismos, a fim de controlar o sistema educacional. Os intelectuais comprometidos com as reformas, não atendiam aos interesses do novo regime, afinado com os interesses do capital. Na verdade, tais intelectuais foram banidos não só do sistema educacional brasileiro, como até mesmo do país. Dessa forma, era preciso buscar novos meios através de técnicas que facilitassem a divulgação da ideologia dominante. “Não precisou procurar muito. A mão estava a sua fonte

de poder: a Aliança para o Progresso. A USAID, agência confiável, desincumbiu-se da missão.” (p.32).

A política educacional do Estado Militar, desde o início do regime (1964) até o apogeu do autoritarismo (1974), foi examinada por Germano (2005), que levou em conta o papel assumido pelo Estado, com base no aspecto ditatorial, no crescimento econômico e nos interesses do capital se sobrepondo às necessidades de trabalho. Segundo esse autor, cabe a seguinte indagação: “Até que ponto o regime cumpriu, igualmente, uma de suas funções tradicionalmente atribuídas ao Estado capitalista e que diz respeito à escolarização/qualificação da força de trabalho potencial e ativa?” (p. 104). Não obstante, o autor torna a indagar como o Estado encarou, do ponto de vista político e ideológico, esse conjunto de aparelhos de hegemonia,³² constituído pelas escolas e universidades.

Dentro dessa perspectiva, Germano (2005) analisa que a reforma do ensino no governo militar caracterizou-se como “manobras pelo alto”, ou seja, as reformas³³ começaram

³² Germano (2005), em seu estudo “Estado Militar e Educação no Brasil”, adotou o sentido do termo “hegemonia” utilizado por Gramsci. “Em Gramsci, hegemonia não é entendida apenas, como Lênin, como direção política, mas também como direção moral, cultural, ideológica [...]” (GRUPPI, 1978, p. 11 apud GERMANO, 2005, p. 20). Para Gramsci, a sociedade civil é uma esfera da superestrutura, em que são formuladas e circulam a cultura, a ideologia, enfim, as relações de direção política e ideológica, de hegemonia, de uma classe social com relação às outras, mas também como “lugar” em que todas as classes organizadas expressam a defesa de seus interesses. Gramsci conferiu à teoria da hegemonia um significado muito mais amplo: “Na verdade, Gramsci estendeu a noção de hegemonia a partir de sua aplicação original, das perspectivas da classe operária em uma revolução burguesa contra uma ordem feudal, para os mecanismos de dominação da burguesia sobre a classe operária em uma sociedade capitalista estabilizada” (ANDERSON, 1986, apud GERMANO, 2005, p. 20).

³³ Sobre a ação do governo após 1964, em relação à educação nacional, destacam-se alguns decretos-leis examinados por Romanelli (2003): a instituição do salário-educação pela Lei nº 4.440, de 27/10/1964, para a expansão do ensino primário, por meio da contribuição das empresas. Nesse momento, o governo transforma o Estado em um órgão captador de recursos. Em 1965, pelo Decreto-Lei nº 55.551, de 12/01, o Governo estendeu a obrigação de contribuição para o salário-educação a todos os empregadores públicos e privados. O Decreto-Lei nº 53, de 18/11/ 1966, determinou que fossem feitas na Universidade mudanças de organização, a fim de evitar desperdício de recursos. A preocupação com o estabelecimento de um princípio de economia e produtividade, bem próprio da mentalidade empresarial, pode ser verificada no primeiro artigo dessa lei. Em 1967, o Decreto-Lei nº 252, de 28/02, deu continuidade à reestruturação do ensino superior, determinando que cada unidade universitária seja estruturada em unidades menores, chamadas departamentos, que deveriam reunir disciplinas afins. A Lei nº 5.537, de 21/11/1968, que criou o Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação, complementado pelo Decreto-Lei nº 872, de 15 de setembro de 1969. O Decreto nº 63.341, de 1º de outubro de 1968, estabelece os critérios para a expansão do ensino superior. O Decreto-Lei nº 405, de 31 de dezembro de 1968, fixou normas para o incremento de matrículas em estabelecimentos de ensino superior. A Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, instituiu os princípios para a organização e o funcionamento do ensino superior e sua articulação com o ensino médio. A Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971, fixou as diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus. O Decreto nº 68.908, de 13/07/1971, dispôs sobre o vestibular classificatório. Ainda segundo a autora, não é difícil identificar as propostas de Rudolph Acton, referentes principalmente ao ensino superior. Segundo Romanelli (2003), em 1967, “o MEC já havia promovido a publicação de seu livro *Rumos à*

pelo ensino superior (1968) e, mais adiante, foi a vez dos ensinos primário e médio (1971). Germano entende essas reformas como fragmentos de uma “revolução passiva”, uma vez que foi negada, à sociedade civil, participação no processo. De acordo com Vieira (1984), tais reformas objetivavam “desmobilizar eventuais movimentos neste campo” (p. 104).

As reformas, muito embora possam parecer contraditórias, tinham o objetivo de atender a uma demanda efetiva e a uma carência real de segmentos da sociedade excluída dos privilégios concedidos pelo “centro do poder”. Em decorrência dessa exclusão, o regime político define “um dos seus projetos de equalização social, produz um discurso de valorização da educação e transforma a política educacional numa estratégia de hegemonia, num veículo para obtenção de consenso” (p. 104). Contudo, há de se considerar que toda ação do governo no sentido de angariar legitimidade e apoio, e obter consenso, não se dá de forma hegemônica. As forças sociais se defrontam em busca de seus interesses.

Nesse sentido, a repressão abateu-se sobre a educação em geral. As universidades e os movimentos de cultura popular foram duramente atingidos. Como exemplo, cita-se a intervenção realizada na Universidade de Brasília (UnB)³⁴ em 1964 e 1965. Essa prática aconteceu, repetidas vezes, em outras universidades do país.

Segundo a análise de Germano (2005), o Estado Militar, apesar de seu discurso a favor da educação escolar, esbarrou em alguns impedimentos característicos do sistema educacional.

reformulação estrutural da universidade, servindo-se dele para propagar a doutrina do novo modelo de Universidade”. Além disso, quatro meses antes do Decreto-Lei nº 252, de 28/02/1967, havia sido assinado o primeiro acordo MEC-USAID, com vistas à modernização do ensino superior, e não é difícil identificar no conteúdo dos Decretos-Leis nºs 53 e 252 a proposição americana (ROMANELLI, Otaíza Oliveira. *História da educação no Brasil* (1930/1973). 28 ed. Petrópolis: Vozes, 2003, p. 217-225 e 226).

³⁴ Na direção do sistema educacional, os defensores do ensino público e gratuito foram sendo substituídos pela aliança dos que lutavam pela hegemonia da escola particular subsidiada pelo Estado, com os militares empenhados na repressão às atividades por eles julgadas subversivas. [...] Anísio Teixeira, além de ter sido demitido da reitoria da Universidade de Brasília, já em abril de 1964 não teve seu mandato renovado no Conselho de Educação, de onde saiu em princípios de 1968, com o silêncio cúmplice de seus colegas. Durmeval Trigueiros, outro ativo combatente pelo ensino público e gratuito, foi também retirado daquele Conselho, além de ser compulsoriamente aposentado do cargo de professor na Universidade Federal do Rio de Janeiro. Enquanto isso, os conselheiros que concordavam com as novas orientações da política educacional tinham seus mandatos sucessivamente renovados. (CUNHA, Luís Antonio e GÓES, Moacyr de. *O golpe na educação*. Rio de Janeiro: Zahar, 1985, p. 37.) Sobre a intervenção na UnB, realizada em 09/04/1964, vale citar o trabalho de NETO, Francisco José da S. “Ditadura e Sociedade: Intervenções Pedagógicas, Resistências e Conciliação”. In: MAGALDI, Ana Maria, ALVES, Claudia e GONDRA, José (orgs.). *Educação no Brasil: história e cultura*. Bragança Paulista: EDUSP, 2003, p. 543-559.

O primeiro está relacionado a um impedimento de ordem material: a escassez de verbas para a educação pública. De acordo com Germano, esse empecilho deveu-se à forma como os recursos eram aplicados pelo Estado. Os setores vinculados à acumulação de capital eram priorizados em detrimento da educação. Nesse caso, ao que tudo indica, a prioridade real do Estado consistia na prática da acumulação. A fim de solucionar essa carência na educação, as ações do Estado apontavam para a privatização do ensino.

O segundo obstáculo que se impôs ao Estado Militar diz respeito à dimensão político-ideológico do ensino. O Estado não poderia prescindir do controle ideológico do sistema educacional e, para tanto, utilizou-se da repressão a professores e alunos que não se enquadravam nas diretrizes daquele regime, “visando à eliminação do exercício da crítica social e política, para obter a adesão de segmentos sociais cada vez mais amplos para o seu projeto de dominação” (p. 105).

A terceira barreira, ainda segundo Germano (2005), referiu-se à inserção no sistema educacional de uma política da educação pautada, do ponto de vista teórico, na economia da educação de cunho liberal, responsável pela formação do capital humano.

Cabe destacar, no estudo de Germano (2005), o desenvolvimento da política educacional, situando-a em torno dos seguintes eixos:

- 1) Controle político e ideológico da educação escolar, em todos os níveis. Tal controle, no entanto, não ocorre de forma linear, porém, é estabelecido conforme a correlação de forças existentes nas diferentes conjunturas históricas da época. Em decorrência, o Estado Militar e ditatorial não consegue exercer o controle total e completo da educação. A perda de controle acontece, sobretudo, em conjunturas em que as forças oposicionistas conseguem ampliar o seu espaço de atuação política. Daí os elementos de “restauração” e de “renovação” contidos nas reformas educacionais; a passagem da centralização das decisões e do planejamento, com base no saber da tecnocracia, aos apelos “participacionistas, das classes subalternas”.
- 2) Estabelecimento de uma relação direta e mediata, segundo a “teoria do capital humano”, entre educação e produção capitalista o que aparece de forma mais evidente na reforma do ensino do 2º grau, através da pretensa profissionalização.
- 3) Incentivo à pesquisa vinculada à acumulação de capital.

4) Descomprometimento com o financiamento da educação pública e gratuita, negando, na prática, o discurso de valorização da educação escolar e concorrendo decisivamente para a corrupção e privatização do ensino, transformado em negócios rendoso e subsidiado pelo Estado. Dessa forma, o sistema educacional desqualifica a escola pública de 1º e 2º graus, sobretudo. (p. 105-106).

Segundo Fávero (2003), o ano de 1966 foi marcado por um clima de protestos. O movimento estudantil enfrentou sérias questões, tais como:

a Lei Suplicy, que suprimia o debate político dos problemas nacionais, nas universidades; os Acordos MEC/USAID, que desde 1964, já marcavam presença na educação brasileira, com destaque para o acordo de 25 de outubro de 1965, relativo ao ensino superior, o problema das anuidades e o Relatório Acton.³⁵ (p. 575)

Para Germano (2005), o Relatório Acton (1966) consistia, a princípio, na “necessidade de disciplinar a vida acadêmica, coibindo o protesto, reforçando a hierarquia e a autoridade [...]” (p. 117). As orientações do Relatório priorizavam ainda a importância de racionalizar a universidade, organizando-a em moldes empresariais, visando à privatização do ensino.

Pode-se afirmar, também segundo Germano (2005), que a política educacional resulta da correlação de forças presentes em determinado contexto histórico. Especificamente no período da ditadura militar (1964), ela foi uma expressão da dominação da burguesia, viabilizada pela ação política militarizada. Nesse sentido, a política aplicada à educação durante a ditadura contou com os elementos de restauração e de renovação em todo o espectro da educação brasileira ao longo das reformas educacionais.

Em decorrência das reformas na legislação e de acordos com os americanos em praticamente todos os setores da educação nacional, alguns protestos emergiram de diversos setores da sociedade. Entretanto, verificou-se que a maior parte dos registros sobre indignação e protestos apontou para as manifestações que ecoaram da representação estudantil, por meio da União Nacional dos Estudantes (UNE), em relação à definição do modelo implantado na universidade. Não obstante, acredita-se que a insatisfação não ficou restrita à universidade.

³⁵ RUDOLPH, Acton. *Rumos à reformulação estrutural da universidade brasileira*. Rio de Janeiro: MEC, 1966.

Diante da dimensão das reformas efetuadas, supõe-se que outras categorias também se tenham posicionado contra as reformas, nos níveis primário e secundário.

Segundo o Relatório Meira Matos³⁶ e o Relatório do Grupo de Trabalho da Reforma Universitária, “ficou demonstrado que a redefinição da política educacional brasileira incluía, desde a sua origem, uma preocupação pela reformulação do modelo de educação primária e média” (ROMANELLI, 2003, p. 233).

Os acordos MEC/USAID atingiram todo o sistema educacional brasileiro e houve muita oposição e crítica a essa política educacional. Acredita-se que tais formas de resistência, de menor visibilidade, foram manifestadas ao revelar as divergências entre alguns setores da sociedade e as diretrizes do governo, que programou mudanças nos ensinos secundário e primário. Sob tal perspectiva, a COLTED, assim como a EPEM e o PREMEN,³⁷ esses dois últimos analisados por Arapiraca (1979), foram alvo de críticas e outros tipos de resistências, devido à insatisfação com os acordos MEC/USAID. Não obstante, Germano (2005) observa que

³⁶ No final de 1967, o governo criou a Comissão Meira Matos, com a finalidade de fazer um levantamento geral da crise e intervir nas universidades. O que essa comissão veio a propor coincidia exatamente com as propostas dos autores dos Acordos MEC – USAID e, de certa forma, o mesmo aconteceu com o Grupo de Trabalho da Reforma Universitária. Embora com algumas divergências, essas duas comissões, sobretudo a primeira, definiram a política educacional nos termos dos acordos. Essa definição, no entanto, só ocorreu quando as reformas já não podiam mais ser adiadas, porque o sistema de poder não tinha mais condições, nem podia utilizar-se da crise, quando a situação econômica já se achava sob controle e em condições de retomar a expansão e quando todo o sistema educacional já se achava amarrado pelos acordos (ROMANELLI, 2003, p. 215 e 216).

³⁷ Em 1965, as autoridades federais responsáveis pelo planejamento da educação brasileira chegavam à conclusão de que um dos fatores imperativos de seu desenvolvimento era a ausência de treinamento de autoridades estaduais de educação, no preparo e na execução de planos estaduais de ensino. Houve a formação de uma equipe, integrada por funcionários do Ministério da Educação devidamente treinados para orientar e assessorar, em caráter permanente, os estados no setor do planejamento do ensino secundário: Equipe de Planejamento do Ensino Médio (EPEM). O Programa de Expansão e Melhoria do Ensino Médio (PREMEN) é um organismo administrativo criado pelo Decreto Presidencial de nº 63.914, de 26/12/1968, para incentivar e implementar o desenvolvimento quantitativo, a transformação estrutural e o aperfeiçoamento do ensino médio; e com base no planejamento da EPEM, construir, instalar e equipar Escolas Polivalentes, as quais associam a educação geral à sondagem vocacional. Começou a funcionar em 1 fevereiro de 1970, em quatro estados: Minas Gerais, Bahia, Rio Grande do Sul e Espírito Santo. ARAPIRACA, José Oliveira. *A USAID e a Educação no Brasil*. 275f. Dissertação (Mestrado em Educação), Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1979, pp. 155-156 e 186.

não é sensato pensar – conforme a regra corrente no movimento estudantil da época e presente em textos de muitos analistas da política educacional brasileira – que a reforma universitária de 1968 tenha se traduzido numa incorporação pura e simples das recomendações de Acton e numa imposição da USAID através dos seus grupos de assessores que trabalham junto ao MEC. É preciso relativizar a influência de tais assessores, tendo em vista o movimento interno em favor da modernização da universidade existente desde fins da década de 40. Nas palavras de Luiz Antonio Cunha (1988:22), a concepção de universidade calcada nos modelos norte-americano não foi imposta pela USAID, com a convivência da burocracia da ditadura, mas, antes de tudo, foi buscada, desde fins da década de 40, por administradores educacionais, professores e estudantes, principalmente aqueles como um imperativo da modernização e, até mesmo, da democratização do ensino superior em nosso país. (GERMANO, 2005 p. 117)

Desse modo, Cunha (1988)³⁸ salienta que, quando os americanos aqui chegaram, encontraram um “terreno arado e adubado para semear suas idéias” (p. 117). Pode-se considerar que a reforma da universidade em 1968 tem suas raízes no aparelho do Estado, em que instituições militares e até mesmo a sociedade civil (representada pela UNE) reivindicavam sua modernização. Entretanto, é no contexto político instituído com os militares, a partir de 1964, que as agências internacionais passam a atuar livremente. Uma série de programas em diferentes áreas se estabeleceu com a ajuda externa, ao contrário do governo anterior, em que as agências norte-americanas não eram tão bem-vindas³⁹.

Neste estudo, não cabe aprofundar a reforma da universidade. Entretanto, fez-se necessário abordar sua reformulação, segundo as orientações propostas pelo Relatório Acton, como também a oposição da UNE (1968), devido à necessidade de encontrar subsídios nas análises de Cunha (1983), Góes (1985), Fávero (1994), Romanelli (2003) e Germano (2005), entre outros autores empenhados nas questões da educação brasileira, por meio de reformas e resistências no período do Regime Militar.

³⁸ CUNHA apud GERMANO (2005).

³⁹ Vale destacar a posição de Quadros e Goulart (1961) por ocasião da Reunião dos chanceleres do continente americano em Punta Del Este, quando o primeiro já expressava sua desconfiança acerca dos resultados positivos da conferência. Nessa reunião, foi assinada uma carta-compromisso – “Aliança para o Progresso”. Nela, Goulart se posiciona contrariamente aos planos da Aliança. “Goulart constitui-se claramente em obstáculos aos planos da Aliança. Membros de seu governo, aliados aos setores do movimento estudantil, da burocracia federal, da esquerda e da direita nacionalista, se uniram na crítica aberta aos “interesses imperialistas americanos” que orientavam a Aliança.” PABAAE (1956-1964) – Americanização do ensino elementar no Brasil?/ Edil Vasconcellos de Paiva. Lea Pinheiro Paixão – Niterói, 2002. p. 131.

A presença norte-americana já vinha de longa data e ganhou notoriedade depois da Segunda Grande Guerra. Registram-se o número expressivo de acordos firmados entre o MEC e a USAID, a presença de peritos americanos que se instalaram no Ministério da Educação, além do treinamento de outros tantos milhares de brasileiros técnicos de nível superior nos Estados Unidos: “Entre anos de 1963-1970, somente a USAID-Nordeste enviou cerca de 1.200 bolsistas para os Estados Unidos, entre os quais 20% obtiveram graus de pós-graduação em universidades norte-americanas.” Esses dados “não nos autorizam a identificar a política educacional pós-1964 e, no seu interior, a reforma universitária de 1968 como uma *exclusiva* decorrência de determinações externas” (GERMANO, 2005, p. 126.)

Neste capítulo, procurou-se contextualizar o momento histórico em que os Acordos MEC/USAID foram assinados, no Ministério da Educação e Cultura (1966-1971), levando em conta a bipolarização do mundo sob a égide da Guerra Fria. Apontaram-se algumas interpretações acerca das versões dessa guerra. Sob a perspectiva da Guerra Fria, observou-se a ajuda externa para a América Latina, com destaque para a Aliança para o Progresso e para a USAID, por meio da assistência técnica, com a implantação de mudanças significativas na educação brasileira, na época em que foi instaurada a ditadura militar no país.

No próximo capítulo, o foco do estudo gira em torno da Comissão do Livro Técnico e do Livro Didático (COLTED), que resultou do Acordo MEC-SNEL-USAID, buscando-se descrever e analisar os documentos referentes à criação e à atuação dessa Comissão que tinha como meta principal distribuição de livros técnicos e didáticos aos alunos em todo território nacional.

Capítulo II

Abrindo arquivos, desvendando a COLTED.

*A educação e a cultura não se fazem sem o livro!*⁴⁰

O foco deste capítulo é o estudo da COLTED – Comissão do Livro Técnico e do Livro Didático entre os anos de 1966-1971, instituída pelo MEC em 04/10/1966, pelo Decreto nº 59.355, no governo do Presidente Castelo Branco. Esta Comissão foi criada para coordenar e executar as atividades desse Ministério, relacionadas com o aperfeiçoamento do livro técnico e didático. O Ministro da Educação e Cultura Tarso Dutra, desenvolveu um Programa de dimensão nacional, cujo objetivo maior era a distribuição de livros a todos os estudantes nos três níveis de ensino (primário, secundário e superior). E para que fosse viabilizado esse projeto ambicioso, o MEC firmou um convênio com o Sindicato Nacional dos Editores de Livros (SNEL) e com a USAID. A COLTED iniciou suas atividades na sua sede localizada na capital, do extinto Estado da Guanabara, no ano seguinte a sua instituição.

Este capítulo trata dos objetivos, da organização, do plano de atividades, da semana de estudo e suas comissões, do treinamento para professores e da avaliação do Programa da COLTED. Em síntese, o capítulo mostra as diretrizes e o desenvolvimento da política do livro técnico e do livro didático na educação brasileira, no contexto do governo militar.

2.1 Os objetivos da COLTED

Em 1959, quando se realizou em Genebra a XXII Conferência Internacional de Instrução Pública com o propósito de estabelecer recomendações concernentes à elaboração, escolha e utilização de livro-texto, os representantes dos 57 países presentes foram unânimes em reconhecer a importância do livro e de outros materiais de ensino para professores e alunos nas atividades escolares. Pode-se localizar nesta Conferência, o embrião, do que mais tarde desencadearia o acordo entre o MEC, o Sindicato Nacional de Editores de Livros (SNEL)

⁴⁰ BRASIL, Ministério da Educação e Cultura – COLTED, Relatório da Primeira Comissão de Estudos Título Novos, 1967, p.2.

e a USAID. As recomendações desta Conferência constam do manual encaminhando aos professores no Curso de Treinamento promovido pela COLTED. Tais recomendações destacavam a responsabilidade do Estado de fornecer aos seus cidadãos, além da escola e do professor, também os livros e outros materiais didáticos necessários ao desenvolvimento do currículo dos alunos. Supõe-se que as recomendações da Conferência foram absorvidas pelo MEC justificando a adoção de políticas em favor do livro técnico e didático, e a necessidade do sistema de ensino atingir maior eficiência, nos seus resultados.

As orientações sugeridas na Conferência de Genebra (1959) também, sinalizaram para a importância de um Estado provedor de recursos em prol da educação reconhecendo as dificuldades que os países em desenvolvimento, tinham para dar conta, da empreitada de fornecer aos estudantes um número expressivo de recursos, humanos e materiais.

Tal programa apresenta, entretanto, enormes dificuldades de ordem administrativa, técnica e financeira, principalmente para as nações em estágio de desenvolvimento, obrigadas a enfrentar as sérias conseqüências de uma verdadeira explosão demográfica e escolar. As exigências de maior escolaridade crescem a cada dia por parte de uma população que aumenta na base de índices sempre mais elevados.

Prover recursos suficientes para atender à crescente necessidade de mais e melhor educação constitui verdadeiramente uma tarefa gigantesca. (Brasil, Ministério da Educação e Cultura, COLTED - O Livro Didático sua Utilização em Classe, Rio de Janeiro, 1969, p.17).

O convênio para a COLTED foi firmado no governo Castelo Branco.

No período desse governo foram promovidas ações com o propósito de justificar o significativo investimento em prol do livro apoiadas na crença no livro técnico e didático, enquanto um instrumento básico, principalmente, para o aperfeiçoamento do desempenho do ensino primário. Foi identificada a necessidade de investir-se na produção de livros, considerando a demanda da população estudantil em todo o território nacional, cumprindo a empreitada de levar o livro, até mesmo às localidades mais distantes dos grandes centros, “considerando que a produção e a distribuição do livro técnico e do livro didático interessam, sobretudo, aos poderes públicos pela importância de sua influência na política de educação e de desenvolvimento econômico e social do país.” (Exposição de Motivos ao Art.1º, Diário Oficial dos Estados Unidos do Brasil, 05/10/1966, p.11 468).

O MEC assumiu as responsabilidades de coordenar a distribuição de livros técnicos e didáticos, por meio da COLTED de modo a aperfeiçoar o sistema educacional e beneficiar o maior número possível de estudantes, nos três níveis de ensino.

De acordo com o pronunciamento do Presidente da COLTED, Edson Franco (1969), na educação, está a matriz do desenvolvimento. “Um país não é rico, auto-suficiente e respeitado, unicamente porque dispõe de reservas naturais expressivas”⁴¹. Segundo, este discurso as riquezas naturais só têm valor, quando exploradas em benefício da coletividade. E para a execução desta tarefa se faz necessário, o elemento humano capacitado. Para Franco, tal capacitação acontece, por meio, da educação, e o livro tem influência decisiva nesse processo.

País com livros em quantidade para atender ao maior número possível de estudantes, em todos os níveis, é país que pode aspirar com tranqüila certeza a uma posição de destaque entre as nações mais adiantadas. O Brasil pode alimentar essa esperança, que alicerçará o seu futuro, breve futuro, de nação grandiosa em todos os sentidos.

Vasto programa, destinado a suprir as necessidades de livros da população escolar brasileira, começa a entrar em ação com a instituição da COLTED. [...] (BRASIL, Ministério da Educação e Cultura, PLACER, Xavier. *Como Organizar sua Biblioteca*, COLTED, Rio de Janeiro, 1969).

O Presidente da COLTED, Edson Franco (1969) declarava ainda que,

a COLTED não é uma instituição a mais para fazer o que já vem sendo feito por outras tantas. Seu objetivo, por demais importante, reside em constituir e fazer bibliotecas nas Escolas com um disponível de publicações que permita alteração de mentalidade pelo uso dos livros escolares e de recreação. Por outro lado, visa a concorrer à expansão da indústria do livro pelas grandes tiragens de obras técnicas, didáticas e recreativas. (EDSON FRANCO. In: BRASIL, Ministério da Educação e Cultura, PLACER, Xavier. *Como Organizar sua Biblioteca*, COLTED, Rio de Janeiro, 1969).

O texto acima foi selecionado, dentre outros, por explicitar o objetivo da COLTED nas palavras de seu presidente. O Programa da COLTED buscava como já foi visto atender a demanda imposta pelas necessidades educacionais da crescente população escolar do Brasil,

⁴¹ Declaração do Secretário-Geral do MEC, e também Presidente nato da COLTED, Edson Franco, em mensagem aos professores usuários da Biblioteca COLTED, no prefácio do livro *Como Organizar sua Biblioteca*, COLTED. Brasil, Ministério da Educação e Cultura, PLACER, Xavier. *Como Organizar sua Biblioteca*, COLTED, Rio de Janeiro, 1969.

por meio da substancial distribuição gratuita de livros às escolas de nível primário e médio, e também disponibilizando livros em número cada vez maior e a baixo custo aos estudantes de nível superior.

Edson Franco, em seu depoimento aos professores atribuiu ao Programa da COLTED um diferencial que o distinguia das políticas em prol do livro didático, efetivadas nos governos anteriores⁴².

O mérito atribuído ao Programa da COLTED consistia na sua meta de levar o livro técnico e didático em uma quantidade expressiva, através da sua Biblioteca, para ser distribuído em todo o território nacional, de modo a atender aos diferentes níveis do ensino, nas escolas e outras instituições. A COLTED, segundo os seus idealizadores, consagra-se como uma política ambiciosa de dimensão abrangente até então não instituída no país.

Para a execução dos objetivos da COLTED foi necessário investir na expansão do tímido mercado editorial brasileiro, que até a implantação do Programa possuía uma tiragem de livros inexpressiva se comparada a outros países. Para a viabilização desta meta foi firmado, como já referido, o convênio em 06/01/1967, entre o MEC, o Sindicato Nacional de Editores de Livros e a USAID/Brasil.

O Manual de Instrução Programada-COLTED, destinado aos professores Primários, que continha um pequeno texto informativo com o título “Os brasileiros devem ler mais”,

⁴² Segundo Freitag (1993) pode-se afirmar que o livro didático não tem uma história própria no Brasil. Sua história não passa de uma seqüência de decretos, leis e medidas governamentais que se sucedem, a partir de 1930, de forma aparentemente desordenada, e sem a correção ou a crítica de outros setores da sociedade. Remontam a 1937 as primeiras iniciativas desenvolvidas pelo Estado Novo para assegurar a divulgação e distribuição de obras de interesse educacional e cultural, criando-se o Instituto Nacional do Livro (INL), órgão subordinado ao MEC. A primeira iniciativa de ação do Estado em definir uma política acerca do livro didático, segundo dados do MEC, remonta a criação da Comissão Nacional do Livro Didático (CNLD) criada pelo Decreto-lei N°. 1006 de 30/12/1938, instituída no governo do presidente Getúlio Vargas. Este ato tinha por objetivo a avaliação dos livros didáticos que seriam utilizados nas escolas brasileiras. A CNLD também criou condições para produção, importação e utilização do livro didático no país. Em 29/03/ 1939 o Decreto-lei N° 1177 regulamentou a organização e o funcionamento da CNLD. Esta Comissão também tinha o controle sobre a produção e circulação do livro didático. Em 1945, o Decreto-Lei N° 8460 redimensionou as funções da CNLD, sobre o processo de autorização para doação e uso do livro didático. Em 1947 o Ministro Mariani solicitou um parecer jurídico a respeito da legalidade ou não da CNLD. Esta Comissão persistiu com plenos poderes. Em 1966, foi criada a Comissão do Livro Técnico e do Livro Didático - COLTED, objeto deste estudo. A COLTED foi extinta em 1971. O Decreto-lei N°. 68728 de 08/06/71 criou o Programa do Livro Didático (PLID). FREITAG, Bárbara, Valéria Rodrigues Motta, Wanderley Ferreira da Costa. *O Livro Didático em Questão*, 2ª edição – São Paulo: Cortez, 1993, pp. 12, 13,14 e15.

apresentou dados alarmantes sobre os índices de leitores brasileiros. O texto faz uma referência enfática à obra *La révolution du livre* (Paris, UNESCO, 1965).

Enquanto em países como os Estados Unidos da América do Norte, a União Soviética, a Grã-Bretanha, o Japão, e China Continental ou a República Federal da Alemanha o número de livros lançados anualmente varia de vinte mil a oitenta mil novos títulos, no Brasil esse número não chega a atingir quatro mil. Enquanto os Estados Unidos e o Canadá consomem 57 por cento da produção de papel para impressão de livros, jornais e revistas, a percentagem desse consumo, para toda a América Latina, não chega a três por cento.

Os especialistas da UNESCO verificaram também que, em traduções de livros, o Brasil figura no grupo de países que menos publicam traduções. Finalmente, enquanto no Brasil são raras as edições de livros superiores a cinco mil ou dez mil exemplares, nos Estados Unidos da América do Norte os editores de livros em brochuras fazem edições sempre superiores a cem mil exemplares.

Os brasileiros precisam ler muito mais do que lêem presentemente. Para tanto, é necessário que formem o hábito de ler durante a infância, quando se encontram na escola primária.

Esta é uma contribuição fundamental que o Brasil reclama dos professores primários: fazer com que a criança leia fazer com que a criança goste de ler. (Manual de Instrução Programada da COLTED Como *Utilizar o Livro Didático*, vol1, 1969 p.168).

Observou-se que os documentos que explicitam as orientações aos professores tinham a preocupação de expor um diagnóstico da situação de carência de livros, bem como da falta de leitura dos brasileiros.

O estudo, promovido pela UNESCO, motivava a implantação de políticas que proporcionassem o aumento da circulação de livros e conseqüentemente de leitores. Os dados apresentados pela UNESCO acabaram também por estimular e promover acordos entre as agências internacionais e os países periféricos. Assim, acordos como os estabelecidos entre o MEC e a USAID poderiam viabilizar programas com a dimensão em que se deu a COLTED. Tais dados apontavam para a necessidade de fomentar a indústria editorial brasileira, enquanto um dos pré-requisitos para estimular o número incipiente de leitores no Brasil.

As comparações apresentadas no estudo da UNESCO, em relação a produção de livros, podem ser entendidas tendo como referência a teoria da dependência que se estabelece entre países centrais e periféricos e/ou desenvolvidos e subdesenvolvidos. No que se refere ao fato do brasileiro ler pouco, segundo este estudo, o motivo estava na formação deficiente dos

alunos nos primeiros anos da vida escolar, associado à precária indústria editorial brasileira, os responsáveis pelo baixo índice de leitores e pela defasagem do mercado editorial do país, principalmente, em número de tiragens de livros, quando comparado aos países desenvolvidos. O referido estudo atribui ao fato do brasileiro ler pouco, a pouca importância que as escolas davam a formação do hábito de leitura nas séries iniciais. Desta maneira, as escolas não favoreciam o aumento do índice de leitores e assim, distanciavam-se cada vez mais do modelo estabelecido pelos países centrais.

O governo brasileiro também reconhecendo ser o livro destinado ao ensino um instrumento básico para a melhoria de rendimento escolar e a necessidade de suprir a população, este instrumento criou a COLTED com o objetivo de ativar o ritmo do desenvolvimento social do país, propiciando o atendimento a necessidade escolar em matéria de livros técnicos e didáticos, por meio, do fortalecimento e a expansão do parque editorial e gráfico no setor de livros.

Estimou-se que estes alvos deveriam ser alcançados, num primeiro período, em três anos, quando milhões de livros estariam nas mãos dos jovens brasileiros: inteiramente gratuitos para os escolares de nível primário, abaixo do custo para os estudantes de nível médio e a preço de custo para universitários.⁴³

⁴³ BRASIL, Ministério da Educação e Cultura-COLTED, Stepanenko, Aléxis, Documento Básico, s/d, p.1.

Para a viabilização do Programa da COLTED, foram explicitados os seguintes objetivos específicos:⁴⁴

- Facilitar a distribuição e utilização de livros pela criação de bibliotecas escolares e pelo suprimento às já existentes, de um número adequado de livros selecionados pela COLTED.
- Promover, por contrato comercial com as editoras, em decorrência da maior e imediata demanda desses livros, e tendo em vista os termos do Decreto N° 59 355, substancial aumento no número de livros disponíveis nos níveis de ensino primário, médio e superior e sua distribuição oportuna e econômica, através da rede comercial.
- Promover a edição de livros didáticos nas matérias em que não haja publicações em Português, ou quando as disponíveis não atenderem aos requisitos de qualidade exigidos pelo ensino.
- Aperfeiçoar as técnicas da indústria editorial e gráfica e os sistemas usuais de distribuição de livros.
- Estimular os autores e ilustradores brasileiros de livros técnicos e didáticos.
- Difundir entre os três níveis de ensino os meios de aperfeiçoar técnicas didáticas, pelo melhor uso dos livros e dos materiais didáticos e científicos.

Pode-se observar entre os objetivos do Programa o incentivo ao desenvolvimento da indústria editorial nacional.

Uma crítica aos objetivos da COLTED é apresentada por Hallewell (1985). Para o autor, embora os editores e livreiros tenham comemorado que a revolução de 1964 pôs fim a ameaça de o governo assumir a indústria de livros didáticos no país, o setor editorial acalentava algumas contrariedades com o Estado, entre elas, a questão da comercialização do livro. Era evidente o baixo poder de compra da maioria dos estudantes brasileiros, o que no governo militar foi sensivelmente exarcebado pelo impacto da política inflacionária do novo regime. Outra questão apontada por Hallewell (1985) é da concorrência considerada desleal pelos livreiros com o órgão do governo federal, Fundação Nacional do Material Escolar (FENAME), criada em 1956, como Campanha Nacional de Material Escolar, para prover os alunos carentes com material de papelaria barato. Esta iniciativa estava invadindo o mercado dos livros didáticos, por meio, da produção de Atlas, dicionários entre outros livros, que eram

⁴⁴ BRASIL, Ministério da Educação e Cultura- Secretaria Geral - Acordos, Contratos, Convênios, Brasília, 1967. p.578 e 579.

vendidos em postos de venda por preços mórnicos por serem amplamente subsidiados pelo governo. O setor privado sentiu-se prejudicado com tal concorrência. Outro ponto de discórdia, destacado pelo autor residia no tradicional argumento de que uma rede adequada de livrarias para o comércio do livro, em geral, só poderia manter-se se contasse com a segurança do mercado de livros didáticos. Os livreiros queixavam-se que a livre escolha de livros didáticos, obrigava-os a manter estoques desnecessários. O Programa Nacional do Livro Didático, de certo modo, resolveu a questão do livro didático, de modo compatível com a empresa privada. Este programa foi executado pela COLTED.

Observa-se que as questões expostas, relevantes para os editores e livreiros, tinham que ser equacionadas, uma vez que a participação da FENAME era vista como um entrave ao desenvolvimento do setor privado. Contudo, há de se resguardar as devidas proporções, não reduzindo a criação da COLTED, exclusivamente a uma reposta do governo aos editores e livreiros. Mas sem dúvida, de acordo com Hallewell (1985) o setor industrial e o setor comercial do livro foi beneficiado, o Programa da COLTED, “fortaleceria o comércio livreiro em todos os estágios – dos livreiros varejistas até os fabricantes de tinta para impressão” (p.467).

O objetivo do Programa foi viabilizado por meio dos recursos provenientes da receita do governo federal, através do Ministério do Planejamento e da Coordenação Econômica, e da contribuição da Aliança para o Progresso por meio de empréstimos ou doações colocados à disposição da USAID.

conforme foi estipulado na Carta de Acordo de 10 de novembro de 1966, a primeira transferência de fundos da Conta Especial de Contrapartida⁴⁵ será de 10 bilhões de cruzeiros com uma liberação adicional de cinco bilhões de cruzeiros, a ser processada subseqüentemente. Estes fundos serão utilizados conforme o Plano de Aplicação de 155 bilhões de cruzeiros, parte deste convênio a ele anexado. Este orçamento poderá ser alterado quanto aos valores relativos de cada item, mediante concordância mútua da COLTED e da USAID, por escrito. Alterações até 10 por cento do valor de cada item poderão ser feitas pela COLTED, à sua vontade. (p.582)

⁴⁵ Fundo Especial, oriundo do empréstimo 512-L-055, referente ao Convênio entre o Ministério do Planejamento e da Coordenação Econômica, Ministério da Fazenda, Ministério da Educação e Cultura e a USAID/Brasil, em 10/11/1966.

2.2 A Organização do Programa

A organização da COLTED foi definida pela Portaria de N° 69, Art. 3 de 13/03/1967⁴⁶ e conforme este instrumento ela foi composta dos seguintes órgãos:

I Colegiado

II Direção Executiva

O Colegiado Subordinado à Direção Executiva possuía os seguintes serviços:

I Assessoria Técnica

II Serviço Administrativo

III Serviço de Coordenação Executiva

Ao serviço Administrativo estavam subordinadas as seguintes seções:

I Secretaria,

II Contratos;

III Contabilidade

O Serviço de Coordenação Executiva estava encarregada da:

I-Organização Bibliotecas Escolares;

II- Coordenação de cursos e Seminários;

III- Distribuição.

A organização da COLTED é abordada, neste item, priorizando a apresentação do Colegiado e da Direção Executiva.

O Colegiado órgão deliberativo era composto por nove membros natos, sendo eles: O Diretor-Geral do Departamento Nacional de Educação, o Diretor do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, o Diretor do Instituto Nacional do Livro, o Diretor do Ensino Superior, o Diretor Ensino do Ensino Secundário, o Diretor do Ensino do Industrial, o Diretor do Ensino do Comercial, o Superintendente do Ensino Agrícola do Ministério da Agricultura e o Presidente do Sindicato Nacional dos Editores de Livros. No termos do Regimento da COLTED, o Diretor Executivo da Campanha Nacional de Material de Ensino, também podia participar das reuniões do Colegiado, porém, na qualidade de assessor. O Presidente do Colegiado, assim como o seu substituto foi indicado pelo Ministro da Educação.

⁴⁶ A Portaria de N° 69, de 13/03/1967, deliberava sobre o Regimento da Comissão aprovado no dia 9 de março do corrente ano, onde ficaram instituídas: a finalidade e competência, a organização, o Colegiado, a Direção Executiva e a Assessoria Técnica da COLTED.

Ao Colegiado competia estabelecer as Diretrizes gerais da COLTED, se encarregando de examinar e aprovar proposições, emitir pareceres, baixar resoluções e deliberar sobre todas as medidas que fossem necessárias para a viabilização dos objetivos do Programa, bem como, examinar e aprovar relatórios e prestações de contas, encaminhadas pela Direção Executiva, a fim de propor ao MEC a alteração no Regimento da COLTED de acordo com a conveniência técnica ou administrativa. O Colegiado reunia-se ordinariamente, pelo menos uma vez por mês, e extraordinariamente quando convocado pelo seu presidente. Ao presidente do Colegiado cabia receber e comprovar subvenções, auxílios ou quaisquer recursos destinados ao desenvolvimento do programa de livros.

A Direção Executiva era um órgão encarregado da execução, coordenação e planejamento das atividades da COLTED. Ao MEC cabia nomear o Diretor Executivo. A esta Direção competiam várias atribuições, dentre elas, foram priorizadas aquelas consideradas, diretamente, relacionadas a viabilização do livro. Citam-se as seguintes: a coordenação das atividades planejadas, assim como a execução de planos, programas, projetos e normas de trabalho de acordo com as deliberações do Colegiado. O levantamento das necessidades de livros nos três níveis de ensino, em colaboração com outros órgãos do MEC, dos estados e municípios e consultores. A verificação da capacidade editorial e industrial gráfica como também a elaboração que viesse possibilitar o crescimento das condições editoriais e do parque gráfico. A Direção Executiva também, se responsabilizava pela promoção de cursos, seminários e conferências para professores, diretores e técnicos em artes gráficas, editores e livreiros. A formulação e execução de planos para organização de bibliotecas escolares em colaboração com outros órgãos. Foi também promovido o incentivo por meio de prêmios, de bolsas de estudo aos autores e ilustradores de livros didáticos, a fim de ser assegurar a produção de livros de alta qualidade, em todos os níveis de ensino.

2.3 A COLTED em ação

As atividades da COLTED iniciaram-se em 1º de março de 1967, a partir das recomendações explicitadas no Plano de Aplicação. Este Plano parte integrante do Convênio firmado entre MEC, SNEL e USAID, teve como finalidade precípua tornar acessível aos estudantes uma “Biblioteca Básica” em Língua Portuguesa, de acordo com o nível de escolaridade do aluno. Para cumprir essa e outras finalidades, tendo em vista, o máximo

aproveitamento dos recursos e a realidade da indústria editorial nacional, naquele momento, o Plano de Aplicação, na sua fase inicial, definiu a liberação de recursos para concretizar, prioritariamente, os seguintes projetos: 1) a aquisição imediata de títulos já publicados destinados às Bibliotecas COLTED; 2) a programação para Novos Títulos e 3) o planejamento para o programa “Grande Tiragens”.

Vale ressaltar que, com base nos recursos programados em maio de 1967, a COLTED propôs modificar o 1º Plano de Aplicação e foi adiada a execução do projeto Grandes Tiragens da primeira fase por duas razões fundamentais: a primeira devido a impossibilidade material e tempo hábil para executar o referido projeto, incapacidade de atendimento por parte das editoras, em curto prazo, visto que as mesmas teriam quatro meses para produzir cerca de doze milhões de exemplares, o que de acordo com a realidade das editoras no início do programa de livros tornava-se inviável. A outra dificuldade apresentada foi relacionada a própria COLTED diante da dificuldade de adotar, de imediato, um critério de avaliação e seleção de livros para tão vasto programa, tendo em vista, que não existiam dados estatísticos, ou mesmo de consultas nas escolas de diferentes regiões do país, capazes de permitir ao programa informações sobre os livros mais utilizados, nas disciplinas do currículo dos três níveis de ensino. Desse modo, a modificação no Plano de Aplicação foi inevitável e as verbas destinadas ao projeto “Grandes Tiragens” foram transferidas para a formação de mais 15.049 novas Bibliotecas que, somadas as já distribuídas, totalizaram 23.024 Bibliotecas⁴⁷. O aumento no número de Bibliotecas distribuído nas escolas acabou por ampliar a área de amostragem e favoreceu a pesquisa necessária para seleção de novos títulos. Junto com as bibliotecas, as escolas recebiam um questionário avaliativo sobre o acervo.

Para viabilizar os projetos estabelecidos no Plano de Aplicação a COLTED elaborou um Plano Piloto. Tal Plano consistiu na promoção de um curso de treinamento de professores primários, no processo de pesquisa diagnóstica dos livros, na avaliação de títulos indicados, na aquisição e na distribuição de livros. O Plano Piloto detectou ainda a necessidade de uma Comissão permanente de avaliação para análise dos títulos com o objetivo de fornecer elementos para que os próprios autores e editores, alertados para o problema, tivessem a

⁴⁷ Esses dados constam no Relatório do MEC – COLTED da Direção Executiva, enviado ao Ministro da Educação e ao Colegiado da COLTED, 1967.

preocupação de rever e aprimorar as edições dos livros didáticos.⁴⁸ A partir das orientações previstas no Plano Piloto, os livros didáticos adquiridos passaram a ser acompanhados por manuais do professor e dentro do programa de distribuição de livros, foi condição *sine qua non*, cursos de treinamento para professores, a fim de fornecer a estes orientações quanto à utilização dos livros didáticos nas diversas séries e áreas, respeitando as características de cada estado ou região.

Dentro das ações da COLTED, o projeto de seleção Títulos Novos previu requisitos necessários ao desenvolvimento dessa política de livros. A não existência de obras em circulação sobre a mesma disciplina ou matéria, a presença de novidade científico - tecnológicas ou ainda, a adequação da obra ao currículo mínimo estabelecido pelos Conselhos de Educação levou a COLTED a produzir a edição de títulos novos. A publicação de títulos novos foi considerada a médio e em longo prazo a meta mais importante da COLTED. Tal prestígio deveu-se a precária situação do país no que se referia a bibliografia, sobretudo de Nível Superior. A COLTED, em documento⁴⁹, enfatizou que “o processo dos conhecimentos e das técnicas pedagógicas não admitem mais meras reimpressões de textos”. (p.12)

Os projetos foram organizados em três etapas a fim de viabilizar o desenvolvimento do Plano de Aplicação. A primeira etapa foi destinada à formação de núcleos de bibliotecas em todo o território nacional, nas instituições de ensino primário, médio e superior e estava prevista a distribuição de 8.005 bibliotecas divididas nos três níveis de ensino. Durante o andamento desta etapa, constatou-se que o ensino industrial não apresentou o mesmo desempenho de trabalho do nível elementar, devido a atrasos no processo de seleção dos títulos que não foi concluída dentro do prazo previsto. As Bibliotecas relativas ao nível superior, cerca de 530, só foram distribuídas na segunda etapa do Programa. Apesar das dificuldades apresentadas no processo de distribuição, os organizadores apontaram dados sobre os resultados obtidos durante o desenvolvimento da primeira etapa no decorrer do ano de 1967. Tais dados foram considerados significativos, com 7.975 bibliotecas distribuídas nos níveis primário e médio, totalizando 2.563.175 volumes, com o custo de NCr\$ 5.986.221,5.

⁴⁸ BRASIL, Ministério da Educação e Cultura – COLTED, Relatório da Direção Executiva, 1968, p.11.

⁴⁹ Documento Básico da Primeira Semana de Estudos COLTED – Comissão do Ensino Título Novos – 2 a 6/05 de 1967.

O Programa da COLTED compreendeu na sua primeira etapa prioritariamente a distribuição de três categorias de livros: de leitura ou consulta básica, os livros de leitura complementar e suplementar e os livros de referência. Nesta primeira fase a COLTED utilizou a bibliografia existente em circulação no país.

Na segunda etapa o Programa já se encontrava mais solidificado a partir dos anos de 1968 e 1969, e o foco passou a ser o setor do livro didático. Tal setor responsabilizava-se por verificar as necessidades para edição dos livros em colaboração com entidades oficiais e consultores especializados para o planejamento da aquisição de livros e atualização dos cadastros e catálogos referentes às editoras e aos autores nacionais.

Nessa fase do Programa começaram a serem elaborados os critérios de avaliação de títulos novos e normas para aquisição dos mesmos foram estruturadas, a partir, da pesquisa realizada com autores e editoras. A COLTED utilizou fichas, onde eram informados os itens referentes a qualificação do autor, a sua formação, experiência no magistério, sua orientação didática e sua filosofia da educação. A editora também passava pelo crivo da COLTED, por meio da verificação de sua idoneidade. Quando ao livro a pesquisa avaliava o número de edições e a sua aceitação pelo corpo docente. Os aspectos materiais do livro também eram considerados, assim como, o formato, a impressão, ilustrações, índices que davam a idéia da organicidade da obra e da viabilidade de utilização pelos alunos. O conteúdo do livro era examinado quanto ao tema ou assunto, exatidão científica, extensão e profundidade, organização das idéias, exatidão da linguagem de modo geral e técnica; de caráter discursivo ou reflexivo. Observava-se também se a obra estava adequada ao nível do estudante e se o livro enquadrava-se no item atraente e motivador, atualizado e qual a procedência das fontes utilizadas.

A segunda etapa do Programa foi dedicada a seleção de títulos, a expedição de ordens de compra, a entrega de livros às distribuidoras e também a distribuição dos livros para as escolas.

Na terceira etapa do Programa estava prevista: a utilização dos livros pelos professores e alunos, a seleção e avaliação dos títulos e a distribuição dos livros para uso dos alunos. A seleção e avaliação dos títulos foram realizadas no mês de junho de 1968. A edição

dos livros em grandes tiragens aconteceu durante praticamente todo o segundo semestre do mesmo ano. A distribuição dos livros para o uso dos alunos e o último livro entregue ao destinatário estendeu-se até o ano de 1969.

O quadro a seguir mostra a programação das necessidades do Programa de 1971 a 1975. Entretanto, a COLTED foi extinta por decreto presidencial em meados de 1971 (Decreto nº 68.728 de 09/06/1971).

Quadro nº 01

PROGRAMAÇÃO FUTURA: NECESSIDADES DE VERBA-1971/75

Programas			1971	1972	1973	1974	1975
1- Livros para o Aluno	Municípios Prioritários	Ensino Primário	10	10	12	12	15
		Ensino Médio		25	25	25	25
	Reposição de Livros	Capitais (1969)	10				
		Município Priorit. (1970)		5			
		Município Priorit. (1971)			12		
		Município Priorit. (1972)				12	
	Acréscimo de Matrícula	Capitais			2	2	
		Município Priorit. (1970)		1		2	2
		Município Priorit. (1971)		2	2		3
2- Cursos e Seminários		Treinamento de Professores	2	2	3		
		Reciclagem	2	2	3		
3- Biblioteca	Expansão	Primário	24	26	28	30	30
		Médio	5	5	5	5	5
		Superior	5	3	3	3	3
	Complementação	Primário	10	16	22	28	28
		Médio	5	5	6	6	7
		Superior	5	5	6	6	7
LIVRARIAS UNIVERSITÁRIAS			1	2	2	3	3
TOTAL			79	109	131	134	128

Fonte: BRASIL, Ministério da Educação e Cultura - Planejamento da Programação da COLTED, 1970, p.178.

A avaliação da primeira e da segunda etapa do Programa realizada na I Semana de Estudos⁵⁰ indicou que as Bibliotecas escolares foram formadas, inicialmente a partir do

⁵⁰ As Semanas de Estudos são focalizadas no item 2.5.1.

material escolhido na produção editorial existente no país. Apesar, do tempo exíguo para estabelecer critérios de avaliação dos livros adquiridos, a seleção orientada por comissões técnicas das Diretorias do MEC, foi considerada satisfatória. Quanto à avaliação da segunda etapa do Programa, verificou-se a necessidade de se estabelecerem outros critérios e padrões de avaliação e de uso dos livros que poderiam ser definidos, por comissões estaduais, pelos professores e administradores. Jugou-se que tal procedimento evitaria o risco de uma indicação aleatória e arbitrária.

No quadro a seguir são apresentadas a quantidade de escolas e o volume de livros distribuídos na 1ª e na 2ª etapas do Programa referentes ao ano de 1967.

Quadro n° 02

Bibliotecas – Recursos Empenhados

		1° ETAPA		2° ETAPA		TOTAL	
		Quant	Volume	Quant	Volume	Quant	Volume
P R I M Á R I O	INEP	5.000	1.620.000	10.000	3.570.000	15.000	5.190.000
	PAMP	1.000	350.000	1.000	368.000	2.000	718.000
M É D I O	Ginasial	1.000	317.000	1.500	448.500	2.500	765.500
	S						
	e						
	Colegial	500	112.500	500	113.500	1.000	226.000
	o						
	Agrícola	75	33.375	35	13.720	110	47.095
o							
Industrial	100	37.300	100	38.500	200	75.800	
o							
Comercial	300	93.000	300	117.000	600	210.000	
o							
Normal			1.000	362.000	1.000	362.000	
SUPERIOR				589	80.000	589	80.000
MILITAR				25	8.000	25	8.000
TOTAIS		7.975	2.563.175	15.049	5.119.220	23.024	7.682.395

Fonte: BRASIL, Ministério da Educação e Cultura – COLTED, Relatório, 1967, anexo n° 6.

Observou-se que a distribuição dos livros do ensino primário ficava a cargo INEP e do Programa de Aperfeiçoamento do Magistério Primário (PAMP), enquanto os livros para as escolas ginásial, secundária e colegial (agrícola, industrial, comercial e normal) bem como escolas superiores e militares eram enviados diretamente para estas instituições. Foram selecionadas para receber os livros, 6000 escolas do nível primário, sendo 5000 selecionadas pelas Secretarias de Educação dos Estados e 1000 foram selecionadas pelo PAMP. Supõe-se que a parceria com o órgão como o INEP e PAMP para distribuição dos livros, deu-se em função da quantidade expressiva de livros destinados ao ensino elementar e ensino normal. Essas instituições também colaboraram para a seleção dos livros nestes níveis de ensino.

A consulta ao livro não ficou restrita a autores e editores, a pesquisa estendeu-se aos professores. Foi realizado um diagnóstico junto aos professores primários em todo território nacional sobre as preferências dos docentes, sobre o livro didático para uso em classe. Foram distribuídos cerca de 8.940 questionários, dos quais foram apurados 6.992, o que representou 75% do total. A partir dos dados apurados, foi elaborado pela própria COLTED, um levantamento dos títulos apontados segundo a preferência dos professores.

De acordo com o Programa o resultado da pesquisa apresentou um “quadro melancólico” referente a situação do professorado brasileiro. Foi constatado que os professores não estavam preparados para a escolha do livro didático. As indicações realizadas pelos professores mesmo os das capitais, baseavam-se em catálogos de publicidade antigos, não consideravam critérios de qualidade ou de atualização. Muitas das obras sugeridas não eram editadas há mais de vinte anos. Diante de tais resultados, a COLTED estabeleceu critérios técnicos de avaliação para os livros indicados pelos professores. Tais critérios consideraram experiências de seleção do livro didático de países desenvolvidos do mundo ocidental, vale dizer dos EUA.

Tornou-se imprescindível a constituição de uma Comissão permanente de avaliação para dar continuidade aos estudos iniciados, fornecendo elementos aos professores como também aos autores e editores, alertando-os para o problema da qualidade do livro didático, aprimorando e revendo as edições. Determinou-se também que o livro didático, deveria ser acompanhado dos respectivos manuais do professor como também o programa de distribuição de livros deveria ser efetivado com o suporte de cursos de treinamento para professores, a fim

de fornecer “a boa utilização dos livros didáticos nas diversas séries e áreas respeitando-se as características de cada região ou estado”.⁵¹

Para o desenvolvimento do setor de distribuição o Programa contava com a colaboração de técnicos norte-americanos, a fim de orientar e aperfeiçoar as diretrizes para a seleção do livro-texto. A seleção de livros-textos também foi estruturada em âmbito nacional, a partir das recomendações do consultor visitante Kenneth T. Hurst na USAID/Brasil. Os critérios para a seleção dos títulos foram baseados no Relatório da Comissão Conjunta da Associação Nacional de Educação e do Instituto Americano de Editores de Livros-textos⁵² realizado em 30/08/1967, O Relatório recomendava as diretrizes aplicadas nas escolas norte-americanas com o objetivo de “elevar os padrões e a qualidade do livro-texto.” (p.2). A Comissão Conjunta considerou que

Quanto mais ampla a escolha do livro-texto, através do uso de um processo sistematizado abrangendo, membros profissionalmente qualificados, melhores serão os resultados. Nos últimos anos e tendência tem sido um afastamento das adoções de livros únicos, a favor da adoção de uma lista. [...] Estipulações constitucionais nos estados, leis e regulamentos estaduais e locais, e tradições, todos resultam numa extensa variedade de processos de seleção. Não é possível nem recomendável que cada sistema escolar local ou estadual adote um processo de seleção. Entretanto, o mínimo que qualquer sistema escolar deve fazer nestes nossos tempos críticos é rever seus atuais processos e práticas na seleção de livros textos. Qualquer plano revisado de acordo com os princípios e práticas discutidos neste relatório deverá resultar em métodos aperfeiçoados de seleção de livros-textos. (Relatório da Comissão Conjunta da Associação Nacional de Educação e do Instituto Americano de Editores de Livros-Textos, Rio de Janeiro, 30/08/1967, p. 23).

Observou-se a adoção pela COLTED, das sugestões americanas como, por exemplo, a instituição de Comissões de Avaliação Estaduais com membros qualificados, para

⁵¹ BRASIL, Ministério da Educação e Cultura – COLTED, Plano Piloto, 1968, p.11

⁵² Comissão Conjunta da Associação Nacional de Educação e do Instituto Americano de Editores de Livro-Texto foi autorizada em Los Angeles, 1960, aprovada pela Assembléia Representativa da Associação Nacional de Educação a resolução, na qual, a Comissão Conjunta fosse estabelecida com o Instituto Americano de Editores de Livros-textos “para estimular o uso cooperativo dos recursos das duas organização-especialmente no que diz respeito à censura, seleção, distribuição e utilização de material educativo impresso nas escolas americanas; e fica ainda resolvido que tal Comissão seja organizada do mesmo modo que as Comissões semelhantes (conjuntas) com a Legião Americana e a Associação Médica Americana.” Essa Comissão foi composta por oito membros: John W. Letson, de Atlanta pela (co-presidente da Associação Nacional de Educação- A.N. E) e por Wallace S. Girling, de Nova Iorque co-presidente pelo (Instituto Americano de Editores de Livros-Texto-I. A.E.L. T). A Comissão contava com dois elementos de ligação entre esses órgãos, pela A.N.E. Glenn E. Snow e pelo I.A.E.L.T. Austin J. Mc Caffrey. Relatório da Comissão Conjunta da Associação Nacional de Educação e do Instituto Americano de Editores de Livros-texto, 1967, p.2.

estabelecimento de diretrizes para a seleção dos livros. Foi aprovada, em reunião realizada em caráter emergencial em 11/10/1968, a organização de uma equipe de técnicos do ensino primário, em cada estado para realizar a seleção dos títulos e emitir parecer sobre os livros indicados pelos docentes. Desta forma, ficava excluída qualquer possibilidade de aquisição de títulos não aprovados pelos técnicos. As Comissões Estaduais de Avaliação tiveram o objetivo de selecionar, principalmente, os livros do Programa Títulos Novos.

As Comissões Estaduais foram implantadas em todos os Estados e no Distrito Federal e compostas por sete membros, sendo três indicados pela Secretaria de Educação de cada Estado, três indicados pelos Conselhos Estaduais de Educação, e um coordenador representante do MEC. Esses membros poderiam ser assessorados por professores e técnicos nas diversas áreas do ensino. As Comissões Estaduais de Avaliação atuaram junto as Secretarias de Educação, por meio de um representante dos professores, facilitando a seleção de títulos e a distribuição dos livros destinados aos alunos. Essas Comissões tinham a finalidade imediata de levantar o número de escolas existentes e de alunos matriculados, nos níveis do ensino primário e médio e verificar quais livros foram indicados pelos professores de cada escola.

A avaliação realizada pelas Comissões Estaduais de Avaliação estava diretamente relacionada ao Programa Grandes Tiragens. A indicação dos livros para essas tiragens, era realizada em nível regional, com representantes de cada Comissão Estadual de Avaliação, e em âmbito nacional pela Comissão Nacional de Avaliação (CONAC). A Comissão Nacional de Avaliação criada pela COLTED, tinha a competência de avaliar e selecionar títulos; de dar assistência ao Setor de Análise e Orientação da COLTED e de opinar sobre critérios de seleção de títulos didáticos e técnicos finalizando o processo de seleção remetendo diretamente à Direção Executiva as atas de reuniões e relatórios de trabalho.

O ano de 1969 foi um marco para o Programa de Livros aos alunos das Escolas Primárias das capitais. Quando se iniciou a distribuição de livros, entretanto, muitas escolas ainda estavam recebendo “Bibliotecas amostra”. Este processo foi incrementado depois do resultado da apuração do já referido questionário do programa de seleção de “Livros Para Alunos” e também do contrato com as editoras para aquisição de livros. Segundo o Diretor Substituto da COLTED Coronel Leonardo Pereira, o Programa deveria ser realizado dentro

dos prazos estabelecidos. As editoras deveriam organizar-se de modo a cumprir as questões administrativas, até 28/06/1969, a fim de viabilizar a edição dos livros selecionados para a distribuição em 1970.

Quadro n° 03

Livros adquiridos em 1969 para Distribuição em 1970

ESTADO	Nº. ESCOLAS	Nº. LIVROS	Nº. ALUNOS
Acre	32	12.734	6.078
Alagoas	72	22.912	12.856
Amapá	4	3.250	1.447
Amazonas	76	36.508	19.300
Bahia	321	98.933	47.801
Ceará	171	33.875	18.543
Espírito Santo	105	92.708	38.861
Goiás	313	107.539	49.246
Maranhão	86	47.874	20.802
Mato Grosso	85	54.612	25.694
Minas Gerais	306	242.698	116.959
Pará	66	59.048	26.094
Paraíba	156	57.631	28.603
Paraná	163	157.882	69.511
Pernambuco	298	113.886	54.644
Piauí	117	39.682	20.374
Rio G. do Norte	75	39.378	16.254
Rio G. do Sul	134	98.426	38.412
Rio de Janeiro	140	165.539	78.986
Rondônia	11	4.399	2094
Roraima	1	357	147
Santa Catarina	186	84.779	35.897
Sergipe	114	32.516	16.738
Total	3032	1607.166	74534

Fonte: Fonte: BRASIL, Ministério da Educação e Cultura - Planejamento da Programação da COLTED, 1970, p.8.

A continuidade da implementação das ações da COLTED mostrou que foram mantidos cursos, seminários e programa de bolsas de estudo destinadas ao aperfeiçoamento de professores, técnicos de educação, editores, autores, ilustradores e diagramadores. No início do ano de 1970, teve seqüência as discussões sobre a programação de livros para o aluno e sua distribuição às escolas de todo o país. O Programa de Livros para o Aluno obedeceu à política governamental de educação. Para o desenvolvimento foi priorizado o nível primário

com o objetivo de diminuir da taxa de analfabetismo⁵³ e buscou formar “cidadãos capazes de se adaptarem e integrarem na comunidade” (p3)⁵⁴. A seleção de bolsistas para os cursos fora do país foi realizada pela COLTED⁵⁵ com o financiamento de viagens aos EUA pela USAID, nos anos de 1969 e 1970. A partir do ano de 1970, a COLTED criou bolsas de aperfeiçoamento no Brasil. .

2.4 A Biblioteca COLTED a caminho da Escola.

A Biblioteca COLTED era integrada por vários tipos de livros, entre eles: obras de referência, livros de consulta para o professor, livro texto para o professor, livro informativo para o aluno, livro-texto para alunos e guia para professores, livro sobre o ensino na escola Primária, livros-texto no campo da Educação (Psicologia, Currículo, Metodologia, Supervisão, entre outros) e Literatura Infantil.

No Relatório do MEC-COLTED, referente ao ano de 1967, foram apresentadas recomendações sobre o uso e a organização adequada das Bibliotecas. A COLTED elaborou material contendo as normas básicas de biblioteconomia, a exemplo, do manual de Xavier

⁵³ De acordo com Frigotto (2003), na década de 50 e início da década de 60, esboçaram-se em diferentes setores da sociedade brasileira movimentos que apontavam para reformas de base, com destaque para o movimento de cultura popular e a erradicação do analfabetismo, a fim de construir uma sociedade mais democrática e menos submissa ao capital transnacional e às oligarquias (p.38). Esses movimentos não foram bem vistos pelos grupos que representavam o poder instituído, principalmente a partir dos desdobramentos políticos ocorridos em 1964. Desde modo, “cai por terra” toda e quaisquer possibilidades de reforma nos moldes da educação democrática, no sentido de reverter o quadro sócio-cultural, a despeito do número de analfabetos existentes no país. Assim sendo, foi exilada a solução genuinamente nacional de Freire, que buscava por um ponto final no analfabetismo secularizado no país, entre outros movimentos populares como, por exemplo, à experiência também nordestina implantada na cidade de Natal, “De Pé no Chão Também se Aprende A Ler” (1961). O novo governo, implantado em 1964, criou seus próprios Projetos com o propósito de alfabetizar milhões de brasileiros, que não tinham freqüentado os bancos escolares. Sobre as metas de o governo militar de vencer o desafio de alfabetizar a massa de brasileiros. Reis (2002) em seu trabalho acerca da repressão, o desenvolvimento e modernização no governo militar, analisou os “Pacotes” sociais elaborados, por aquele governo, entre, eles destacamos o famoso Movimento Brasileiro de Alfabetização, popularmente conhecido pela sigla – MOBREAL. Este projeto “cuja meta era alfabetizar 8 milhões de adultos entre 1971 e 1974, acabou também sendo melancolicamente abandonado, muitos anos mais tarde. Os alfabetizados do MOBREAL não sabiam ler, sequer assinar o nome”.(p.58) O regime que se instaura no país com os militares, a partir de abril de 1964, privilegiou uma política de educação baseada na ajuda estrangeira. Frigotto, Gaudêncio, *Educação e a crise do capitalismo real*, 5º ed. – São Paulo, Cortez, 2003.

Reis, Daniel Aarão, *Ditadura militar, esquerda e sociedade*, 2º ed., Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., 2002.

⁵⁴ BRASIL, Ministério da Educação e Cultura – COLTED, Planejamento da Programação da COLTED, 1970.

⁵⁵ As Bolsas COLTED/USAID substituíram o programa de Bolsas para Editores/USAID que enviou quatro grupos de com 52 participantes, entre os anos de 1965 a 1968, aos Estados Unidos. Brasil, Ministério da Educação e Cultura – Planejamento da programação da COLTED – 19705, p.56.

Placer⁵⁶, para os professores do nível elementar. O Relatório também, deu ênfase a necessidade de realizar uma Campanha Institucional, nas escolas contempladas com a Biblioteca - COLTED, a fim de preparar os docentes e demais funcionários para receber livros, estantes fichários entre outros materiais indispensáveis para ao funcionamento de uma biblioteca. Tais orientações visavam o melhor aproveitamento das Bibliotecas e, principalmente, o sucesso da implantação.

As Bibliotecas COLTED eram transportadas em caixas de madeira. Ao chegar às escolas essas caixas transformavam-se em estantes para acondicionar o acervo de trezentos e vinte e cinco títulos que compunha essa Biblioteca. Para a identificação desse material, ora caixa, ora estante, a sigla (COLTED) do Programa de Livros, era estampada na parte posterior das estantes, e, junto à sigla havia uma faixa verde e amarela⁵⁷. Tais, marcas não deixavam dúvidas, sobre a procedência daquele material. Já foi referido que em Sala de Leitura de uma escola da Rede Municipal do Rio de Janeiro, existiam estantes da Biblioteca COLTED, existia estante e até mesmo em outras dependências da escola. Verificou-se que as estantes resistiram a ação do tempo, sendo, utilizadas até mesmo para outros fins, que não, mas, o de guardar os livros.

Edson Franco, Secretário Geral do MEC⁵⁸, tendo como Ministro da Educação Tarso Dutra (1968) encaminhou ao Presidente da República, Costa e Silva, o Relatório⁵⁹ do MEC referente ao exercício de 1967, onde constavam informações concernentes à implantação da Biblioteca COLTED. Foram relatados os objetivos, as finalidades e responsabilidades do Programa de distribuição de livros, como também, as metas orçamentárias da COLTED para os três primeiros anos de suas atividades. Foi enfatizada a finalidade de se fazer chegar o livro aos estudantes brasileiros, por meio da Biblioteca COLTED nas escolas em seus diferentes

⁵⁶ BRASIL, Ministério da Educação e Cultura, XAVIER, Placer, s/d.

⁵⁷ Marcas e imagens, alusivas a Pátria, são registros que podem ter uma conotação que vai muito além, de uma simples identificação, podem se parte da estratégia de um projeto de construção da identidade e identificação nacional. Segundo Neto (2001, apud Magaldi, 2003) As imagens podem fazer parte, do “enorme esforço tantas vezes canhestro e limítrofe do ridículo - de criação de novas imagens. Nem sempre tão novas, como também nem um pouco original este esforço de todos os autoritarismos e ditaduras da história humana. A pátria é a primeira vítima dessa proposta de novo imaginário: as imagens poéticas do Hino passam a concretizar em palavras de ordem e frases repetidas e adesivadas” em todos os lugares.”. Neto, Francisco José da Silveira, In: *Educação no Brasil: História Política e Cultura*, Ana Maria Magaldi, Claudia Alves, José Gondra (orgs.) Bragança Paulista: EDUSF, 2003, p.544).

⁵⁸ A COLTED tem por seu presidente nato o secretário-geral do MEC, Relatório da Secretaria Geral do MEC, 1968, p.61.

⁵⁹ Relatório do MEC, item de n° VIII, 1967, p.61e 62.

níveis e modalidades. A Biblioteca COLTED se caracterizava por ser uma biblioteca de caráter experimental, dotada de um determinado número de volumes.

A Biblioteca COLTED teve por finalidade dar ao professor e ao aluno oportunidade permanente de manuseio de melhores livros, instrumentos básicos para lhes facilitar a aprendizagem e o desenvolvimento cultural.

Elza Nascimento (1967) explicitou em documento sobre a utilização das Bibliotecas COLTED, que a biblioteca escolar representa, “dentro da moderna concepção de currículo, um elemento absolutamente indispensável e nenhum esforço deve ser poupado pela administração para torná-lo uma realidade”. (p.6) Apontou também a importância da função do livro na escola, destacando o uso adequado do mesmo, principalmente das obras de referência, na sala de aula e na biblioteca. Enfatizou que a continuidade da COLTED estava relacionada, ao modo pelo qual, professores, diretores, supervisores e alunos utilizariam os livros. Desse modo, foram elaborados alguns critérios e orientações para o melhor uso do livro das bibliotecas escolares. Tais critérios estipulavam que as obras de referência deveriam ficar na biblioteca central da escola; os bibliotecários, os diretores, os orientadores e supervisores educacionais orientariam o uso desses livros. As escolas deviam fazer levantamento das necessidades de livros. Foi sugerida a indicação de um professor responsável pela biblioteca. No caso de não haver bibliotecário, este professor receberia orientações técnicas elementares sobre a organização da biblioteca. Foi sugerida, ainda, a fim de suprir a carência do profissional para o serviço de bibliotecário, em caráter facultativo, a inclusão da cadeira de iniciação à biblioteconomia e de literatura infantil no currículo das escolas normais. Nascimento (1967) finalizou enfatizando que “a COLTED foi criada com um sentido de renovação e estímulo no campo do livro-texto e da biblioteca escolar. Só poderá manter essa diretriz contando com o entusiasmo e a colaboração de quantos esteja envolvido na dinâmica de seu programa de ação.” (p.8).

Para o bom desenvolvimento do Programa de Bibliotecas foi necessária a participação de diversos órgãos do MEC, sobretudo o Instituto Nacional do Livro (INL). Para o desenvolvimento do sistema de distribuição, foram utilizadas as organizações comerciais. A distribuição geográfica dos recursos foi realizada, de acordo com os critérios reguladores do

Plano Nacional de Educação⁶⁰. A contribuição de diferentes órgãos no processo de distribuição visava, garantir que o livro chegasse ao seu destino, a escola, meta principal da COLTED.

O Diretor Executivo da COLTED⁶¹ solicitou que o INEP se incumbisse da seleção de livros para a composição de 1.000 “Bibliotecas-amostra” para as escolas Normais. Para a viabilização das bibliotecas constituiu-se uma Comissão de Especialistas⁶² com dezessete nomes credenciados, nas diversas áreas do Ensino Normal, coordenados por Elza Nascimento (INEP). A comissão conferiu substancial atenção às obras referentes às disciplinas específicas

⁶⁰ Segundo o Documento do MEC COLTED de Avaliação e Utilização do Livro-Texto na Escola Primária – Situação Atual da Escola Primária – 1967: “Os primeiros Planos Nacionais de Educação no Brasil estabeleciam que 100% do grupo de crianças de 7 a 11 anos de idade deveriam estar matriculadas até a quarta série em 1976. Atualmente, o Plano de Metas da Educação é mais flexível. Integrando o Plano Estratégico de Desenvolvimento Econômico, deve constituir-se de um conjunto de iniciativas e realizações educacionais que visem, sob o impulso e a coordenação do Governo-Federal, a realizar os objetivos da política educacional de desenvolvimento. Quanto a matrícula no ensino primário, propõe a generalização progressiva da educação no período da obrigatoriedade escolar, assegurando a todos, sem distinção de qualquer espécie, as condições necessárias à efetiva participação de cada um na vida social e econômica. Para isso, prescreve como meta do ensino primário, na faixa etária de 7 a 14 anos, a garantia da permanência dos alunos na escola, até a conclusão do ciclo educacional, ajustando-se a escolarização à idade e à chamada aos sete anos. Entretanto, segundo o Censo, em 1964, somente 6.2 dos 9.4 milhões deste grupo de idade estavam matriculados, isto é, 66% do grupo de idade total, ou cerca de dois terços de cada grupo de idade individual. Desses 6.2 milhões, 3.7 milhões eram de área urbanas e 2.5 milhões de áreas rurais, a saber, 81% do grupo de idade qualificado na área urbana 3 57% na área rural.” (p.1e2).

⁶¹ O Ofício nº 1.276, 22/09/1967.

⁶² Compunham a Comissão de especialistas: 1. Cândida Luiza Cerne de Carvalho-Técnica de Educação do INEP-Professora de História e Filosofia da Educação da Escola Normal Carmela Dutra. 2. Eunice da Conceição Macedo Rosa-Professora de Português-Integrante da equipe de assistência ao ensino primário MEC-USAID. 3. Heloisa Feital dos Reis-Orientadora de Recreação no Setor de Ensino Primário do Estado da Guanabara - Professora de Educação Física e Recreação no Curso Normal do Instituto de Educação. 4. Leny Werneck Dornelles - Professora de Teoria e Prática da Escola Primária na Cadeira de Prática de Ensino do Curso de Formação de Professores para o Ensino Normal do Instituto de Educação da Guanabara. 5. Maria Augusta Joppert-Professora de Educação Musical da Séc. de Educação e Cultura da Guanabara de 1955 a 1967. 6. Maria Helena Novais-Psicóloga do ISOP da Fundação Getúlio Vargas - Professora de Psicologia da PUC. 7. Maria José Berutti-Professora de Didática de Ciências Naturais da Divisão de aperfeiçoamento de professores do Centro Regional de Pesquisas Educacionais João Pinheiro, de Belo Horizonte. 8. Maria José Penna Firme-Técnica de Educação do INEP-Professora de Psicologia do Colégio Estadual Camilo Castelo Branco. 9. Maria Luiza de Almeida Cunha Ferreira de Psicologia Educacional do CRPE João Pinheiro-Professora Contratada do Instituto Central de Ciências Humanas da Univ. Federal de M. Gerais. 10. Maria Vicentina de Campos Carvalho - Chefe do Setor Técnico da Campanha Nacional de Educação Alimentar em M. Gerais e professora da cadeira “Educação Alimentar” do Curso para Supervisores do Programa de Educação e Assistência Alimentar, B. Horizonte. 11. Maria Onolita Peixoto - Técnica de Ensino e Professora de Didática de Estudos Sociais do CRPE João Pinheiro. 12. Nair Ferreira Tulha-Técnico de Educação do INEP-Professora de Matemática do Instituto de Educação da Guanabara. 13. Newton Dias dos Santos-Professor Catedrático de Metodologia de Ciências Metodologia da História Natural e Ciências da Fac. De Filosofia da Univ. Gama Filho. 14. Norma Cunha Osório - Professora da Séc. de Educação e Cultura do Estado da Guanabara, atualmente integrando a equipe MEC/USAID de assistência ao ensino primário. 15. Maria Yvonne Atalécio de Araújo - Professora de Didática da Linguagem, atualmente integrando a equipe técnica MEC/USAID de assistência ao ensino primário. 16. Lydinéa Gasman-Professora do Colégio Pedro II - Professora de Didática de História da Faculdade Nacional de Filosofia. 17. Terezinha de Jesus Casasanta-Professora de Didática do Curso Colegial Normal do Instituto de Educação de B. Horizonte - Diretora da revista “Criança e Escola”.

do ensino normal. O estudo da Língua Portuguesa foi privilegiado, por constituir o ponto principal de qualquer plano didático destinado a formação de professores primários. Foram, ainda, indicadas obras referidas a uma brasileira básica, com a intenção de proporcionar aos futuros professores fontes para o conhecimento da realidade nacional.

Foi sugerido que fossem criadas bibliotecas de empréstimos em cada universidade. Essas bibliotecas receberiam cerca de 10 exemplares múltiplos de cada título. Entretanto, os alunos deveriam pagar 30% do valor do livro para usar os livros, durante um ano, após este prazo, os livros seriam devolvidos a biblioteca. Esses mesmos livros também seriam vendidos no mercado. No nível superior o esquema de distribuição de livros foi diferenciado, ao contrário, da gratuidade do ensino elementar, os livros destinados as universidades foram vendidos a preço de custo por livrarias universitárias.

O trabalho da Comissão foi concluído em 31/10/1967, tendo sido, selecionados para a composição da Biblioteca COLTED, 290 títulos, distribuídos nas seguintes áreas, conforme o quadro seguinte:

Quadro n° 04

Biblioteca COLTED - Obras e quantidade de títulos

OBRAS	Número de Títulos
Referência	17
História e Filosofia da Educação	11
Psicologia	32
Sociologia	19
Didática Geral	18
Prática de Ensino	16
Didática da Linguagem	16
Ciências Naturais	14
Didática da Ciência	12
Biologia Educacional	06
Estudos Sociais / Didática	19
Estudos Sociais / Conteúdo	23
Matemática / Didática	15
Matemática / Conteúdo	10
Português	25
Literatura Infantil e Folclore	04
Música	13
Recreação	13
Pré-Primário	07
Total	290

Fonte: Nascimento, Elza. Relatório da Comissão de Seleção, Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais - CBPE, 31/10/1967, p.2.

2.5 Semanas de Estudos e Cursos

A COLTED investiu em seminários, cursos, encontros, prêmios, bolsas de estudo visando ao aperfeiçoamento do magistério, com o objetivo de capacitar o professor para o uso adequado o livro didático.

2.5.1 Semanas de Estudo

Observaram-se em diferentes documentos do Programa informações anunciando que a COLTED promoveu três Semanas de Estudos, nos respectivos anos de 1967, 1968 e 1970. Nesses textos foram localizados dados referentes a I Semana e a II Semana de Estudos. Quanto a III Semana que tratou da criação de bolsas de estudo para o aperfeiçoamento de professores e técnicos no país, não foram localizados dados relativos à mesma.

A I Semana de Estudos promovida pela COLTED, realizou-se no período de 2 a 7/05/1967, e foi estruturada com seis Comissões de Estudo, das quais, localizaram-se informações sobre as Comissões relativas aos Títulos Novos, ao Nível Médio, ao Nível Superior e a Distribuição de Livros.

A Primeira Comissão entendeu por Títulos Novos, o livro a ser lançado pela primeira vez no mercado. Para a execução do programa de Títulos Novos, a Comissão deveria considerar alguns aspectos gerais que foram abordados na Semana de Estudos, entre outros itens, destacaram-se: a prioridade da publicação das obras de autores nacionais, entendendo ser importante estimular os novos textos, pois em parte, a inexistência de bons textos nacionais, dava-se devido a falta de incentivo aos professores para sistematizar a sua experiência em forma de livro. Tais livros deveriam atender, principalmente, ao nível elementar que se ressentia de obras especializadas. Foi constatado também, que o livro didático do Ensino Primário, constituía no Brasil, não apenas um problema pedagógico ou cultural, mas, sobretudo, um problema econômico e social e que qualquer plano de ação em prol do padrão profissional do magistério primário deveria considerar o livro. Em se tratando do livro didático, este, não poderia desligar-se da estrutura educativa deveria ser acessível às classes menos favorecida do país. O custo do livro deveria ser minimizado, porém, sem prejuízo do padrão de qualidade do conteúdo e da parte material livro. A COLTED ao receber os originais dos livros novos das editoras, deveria entregá-lo a equipe de especialistas e estes avaliariam o conteúdo, a qualidade técnica e científica e a isenção de preconceito.

A Comissão de Títulos Novos estabeleceu critérios para a apresentação e publicação dos livros, entre as normas estabelecidas destacam-se as seguintes:

- no texto do livro, as inovações de ordem técnica ou científica deveriam ser destacadas e acompanhadas da justificativa que motivou a introdução da inovação;
- o conteúdo do livro deveria conter informações básicas sobre a matéria e o método, refletindo as diretrizes mais modernas;
- as ilustrações deveriam ser objetivas, integradas ao texto de modo a favorecer o desenvolvimento dos conceitos e acompanhadas de legenda explicativas;
- o livro não deveria conter quadros, definições ou conceitos estereotipados ou quaisquer outros recursos capazes de estimular a simples memorização, pois a tarefa de sistematização dos conhecimentos cabe aos alunos, enquanto condição de aprendizagem.

De acordo com as recomendações da I Semana, vale lembrar, que a publicação dos novos títulos não implicaria rejeição de outros títulos já existentes, esses também seriam merecedores do apreço dos professores. Recomendou-se que parte recursos da COLTED fosse investido em equipes de pesquisa para renovar as técnicas de ensino, atualizar o conteúdo dos livros e ajustá-lo a realidade brasileira.

A Terceira Comissão⁶³ relativa ao nível médio dedicou-se ao debate de questões sobre o livro deste nível de ensino. Foram debatidos e indicados critérios que versaram sobre: o padrão gráfico dos livros, as diretrizes para estruturação do conteúdo, a organização do texto que deveria ter linguagem simples, os recursos visuais e nomenclatura técnica e científica. Foram também considerados, os exercícios e tarefas integrados aos textos conduzindo os estudantes a uma leitura reflexiva e a elaboração do guia para o professor com orientação metodológica e sugestões de tarefas não previstas no livro-texto. Muitas dessas orientações sobre o livro do Ensino Médio faziam parte dos critérios relativos aos títulos novos, no caso de uma bibliografia inédita.

⁶³ Participaram da 3ª Comissão: Lafayette Belfort Garcia (Coordenador), Roberto Accioli (relator), João Chrisóstomo de Oliveira, Thomaz Aquino de Queiroz, Roberto Ribeiro, Carlos Goldenberg, Eva M. de Magalhães, João de Jesus de Ales Pupo, Maria Junqueira Schmidt, Raimundo Gonzaga de Freitas Mamede, Darcy Rodrigues da Silva, Edmar Bastos Ferreira da Silva, Lícia Regina Moreira de Souza da Fonseca, Lydmea Gasman, Julio D'Assunção, Antonio Teixeira Guerra, Joaquim Rufino Soares, Amaral Fontoura, Isaias Rom e Meçary Amazonas.

Foram selecionadas algumas das orientações pertinentes a esta Semana de Estudos, entre elas, citam-se:

- os livros didáticos não deveriam obedecer a um modelo rígido, evitando a padronização do ensino.
- os conteúdos deveriam ser apresentados de modo claro e leve acompanhados de uma bibliografia básica acerca dos assuntos tratados;
- a exposição dos conteúdos e dos exercícios no livro-guia para os mestres, deveria compor todas as qualidades de um bom livro, mas que fosse de acordo com a realidade brasileira;
- nos textos dos livros deveriam prevalecer princípios que levassem os estudantes a compreender o mundo no qual, iam viver preparando-os para o futuro;
- ao livro didático se impôs contribuir para o desenvolvimento de hábitos de estudo, desse modo, deveria procurar ser interessante e despertar a curiosidade intelectual dos alunos;
- o livro deveria ser planejado e executado com espírito renovador, sem ser radicalmente revolucionário, afim de que a mensagem nele contida possa ser aceita e compreendida pela maioria dos professores;
- a simples tradução de obras era desaconselhada.

O relator da Comissão de Nível Médio, Roberto Accioli, manifestou-se a respeito do documento de trabalhos produzido, dizendo ser indispensável considerar vários aspectos fundamentais para a realização do Programa de Livros. O ideal seria que o compêndio reunisse todas as qualidades requeridas para um bom livro, acrescentando que não bastava ter recursos para a realização do livro ideal, era necessário ter o material adequado, rotogravuras, mapas coloridos, entre outros recursos. Entretanto, o padrão gráfico nacional, não apresentava condições de executar um livro nesse nível. O relator referiu-se também a questão da tiragem,

da deficiência das bibliotecas oficiais e particulares. Apesar das dificuldades apontadas, relativas aos recursos e deficiências técnicas, Accioli, demonstrou otimismo por acreditar que o livro didático moderno não tardaria a ser editado.

O Coordenador da Comissão Lafayette Belfort reconheceu que a seleção dos livros estava sendo realizada de forma acelerada e, portanto, sujeita as críticas e equívocos. Segundo Belfort, vencendo todas as dificuldades, o Programa teria que cumprir nos primeiros meses, a instalação das primeiras Bibliotecas. Explicou ainda, que a finalidade da COLTED não consistia em dar um livro a cada aluno, mas distribuir bibliotecas em cada escola. Contudo, Belfort, demonstrou otimismo pelo fato dos trabalhos terem sido iniciados.

No entender de Isaias Raw (1967) também participante da Comissão de Nível Médio havia necessidade imprescindível da renovação do livro didático, destacando que essa renovação deveria ser feita por equipes. A COLTED e o MEC deveriam subvencionar autores novos e não se limitarem à compra de livros já existente no mercado, porque com a continuidade dessa prática seria impossível conseguir a renovação do livro didático. Segundo Raw, duas medidas deveriam ser executadas para a renovação dos livros: a primeira, dizia respeito a ajuda a grupos de autores para que pudessem escrever livros que apresentassem novidades. A segunda consistia em dar apoio aos editores que se propusessem a editar esses livros com todos os riscos financeiros que essa obra poderia representar. “Em pouco tempo desapareceriam os livros ultrapassados.” (Documento da 3ª Comissão, 2 a 6/05/1967, p.3).

A Comissão sobre o Ensino Superior tratou das dificuldades de equacionar o Programa do Livro, neste nível de ensino. Segundo ao coordenador da comissão, Francisco Figueiredo Albuquerque, o livro no ensino superior acabou por constituir em problema para as autoridades devido ao número reduzido de matrículas, menos de 155.000, distribuídas em setores variados da formação clássica, das diferentes modalidades de engenharia, das licenciaturas, das ciências biomédicas, entre outros cursos. Essa diversificação de cursos levava a demanda diferente títulos para um mercado restrito.

Foram apresentadas por Haroldo Lisboa da Cunha, relator da comissão, as providências para a questão do livro. Tal providência previa um programa de auxílio ao autor que consistiria em uma ajuda financeira para custear as despesas com as pesquisas

bibliográficas, datilografia de originais, desenhos e clichês. Foi recomendado à COLTED que fizesse uma parceria com a Diretoria do Ensino Superior DESu⁶⁴, devido a experiência bem sucedida desse órgão no auxílio ao autor no preparo do livro-texto. Para participar desse programa poderiam candidatar-se apenas professores universitários, apresentando, trabalhos em forma de livro-texto, estruturados segundo o programa de ensino da matéria, a que se refere, em pelo menos uma Faculdade do país. A seleção das obras era submetida ao exame de uma das Comissões de especialistas criadas na DESu⁶⁵, tendo em vista o plano da obra e as qualificações do autor. Aprovada a obra, a DESu assinava um convênio, com a direção da Escola a que pertencia o professor-autor, e o auxílio então, era pago em duas parcelas. Vale registrar que apesar do envolvimento da faculdade, os direitos pela autoria pertenciam aos autores.

Foi relatado durante a Comissão o fato do pouco interesse do professor brasileiro em escrever. Esse fato foi atribuído à decorrência da situação dispersiva, em que de modo geral, se exercia as funções docentes. Foi concluído também que faltavam condições físicas, ambiente próprio para produção.

O General Propício Alves, Vice-Presidente do SNEL e Diretor do Ao Livro Técnico S. A, que esteve presente nos trabalhos da Primeira Semana, ressaltou que o autor nacional recebia preferência por parte do editor, principalmente, naquele momento. Das obras editadas 50% eram em idioma nacional, diferentemente de anos atrás, quando de vinte livros editados apenas um era nacional. A proposta de dar preferência ao autor nacional foi bem-vinda, mesmo diante das dificuldades técnicas que o mercado enfrentava para produzir livros.

⁶⁴ O Programa de livros da Diretoria do Ensino Superior nasceu da constatação empírica da absoluta indigência da bibliografia brasileira no que diz respeito a textos básicos para a maioria dos cursos universitários, o programa de Livros-textos da DESu, apóia-se em inquéritos sobre o uso de livros-textos que realiza nas Universidades. Os primeiros resultados apurados confirmam amplamente a hipótese inicial do programa. O inquérito já indicou os seguintes: 1) A maioria esmagadora dos livros-textos adotados é estrangeira (no original ou traduzidos); 2) raramente satisfazem aos programas das cadeiras no Brasil; 3) a razão da adoção dos textos estrangeiros é a carência de textos de autores brasileiros especialmente preparados para essa finalidade; 4) atribui-se a inexistência de bons textos brasileiros à falta de estímulos aos professores para colocar em forma de livro sua experiência de ensino, a vista, aqueles professores que investiram na produção de originais jamais conseguiram editá-los. Relatório da Primeira Semana de estudos COLTED – Comissão do Ensino Superior – 2 a 6/05 de 1967, p.2.

⁶⁵ De acordo com a Portaria do MEC n° 187/65.

A Comissão de Distribuição⁶⁶ dedicou-se aos aspectos econômicos e comerciais da produção do livro e da área de distribuição. Esta Comissão apresentou recomendações, a fim de fazer chegar o livro de forma ágil e sem prejuízo aos alunos. Foram apresentadas sugestões, no sentido, de equacionar o programa de distribuição de livros, diante de obstáculos que poderiam prejudicar o bom funcionamento do programa, como por exemplo, a demanda considerável de livros que deveria ser atendida em tempo hábil, as instituições de difícil acesso e a falta de preparação dos destinatários para receber as Bibliotecas COLTED. Diante desses e de outros problemas com a distribuição, a Comissão traçou recomendações. Dentre outras, destacam-se as seguintes:

- a utilização da Força Aérea seria de grande valia nas localidades de difícil acesso;
- a sugestão de que os Correios e Telégrafos reexaminasse a tarifa aplicada aos livros, sobretudo, no Reembolso Postal, tais tarifas colaboram para o aumento do custo do livro, deixando-os inteiramente fora do alcance do comprador brasileiro;
- o grande número de entidades do serviço Público que tinham programa editorial próprios, poderia auxiliar no processo de distribuição da COLTED;
- a execução de parte da distribuição dos livros por distribuidoras privadas;
- a coordenação da distribuição poderia ser atribuída ao Instituto Nacional do Livro;
- a atualização constante do cadastro das instituições de ensino com objetivo de manter o controle sobre a expedição e entrega dos livros as escolas;
- a elaboração de planos para distribuição de livros.

⁶⁶ A 6ª Comissão de Distribuição contou com a presença do Coordenador General Umberto Peregrino (INL), do Relator Décio de Abreu (SNEL), Arnaldo Magalhães de Giacomini (Coordenador Geral para o Ensino Primário), Hélio Vecchio Alves Maurício (Campanha nacional da merenda escolar), Milton Ferreira de Melo (Universidade Federal de Pernambuco), Raul Córdula (Secretaria de Educação da Paraíba), Ocyron Cunha (Confederação Brasileira dos Professores), José Custódio Cordeiro Neto (Banco do Brasil – Carteira de Crédito), K. T. Hursr (USAID – observador), Celso Cunha (Conselho federal de Educação), Leosthenes Chistiano (COLTED) e Nysio Prado Meinicke (Conselho nacional de Geografia).

- a elaboração um plano de emergência que permitisse o aperfeiçoamento de um mínimo de duzentas pessoas que trabalhassem, tanto na editoração como na distribuição de livros, nas áreas pública e privada;
- a livraria como um elo vital na cadeia de difusão do conhecimento, uma vez que sua utilidade cresce com o progresso e estimula as atividades culturais no município por meio dos líderes comunitários;
- a recomendação de que o MEC examinasse junto ao Ministério do Trabalho e Previdência Social a possibilidade de um convênio que permitisse a expansão da rede de bibliotecas com a utilização de recursos do fundo de Salário-Educação.

A I Semana de Estudos COLTED encerrou suas atividades anunciando as recomendações finais acerca da necessidade imediata de distribuir títulos já publicados, que os títulos novos estivessem de acordo com os critérios aprovados nas recomendações específicas de cada Comissão, que fosse dada atenção especial ao programa títulos novos, que fossem realizados estudos básicos para aprimorar o Plano de Aplicação, e que a distribuição de bibliotecas fosse acompanhada de material de orientação das mesmas.

A II Semana de Estudos⁶⁷ COLTED aconteceu no período de 04 a 08/03/1968, com pronunciamento do Diretor Executivo da COLTED, Ruy Baldaque, cujo tema foi “Objetivos Atuais e Futuros da COLTED”. O eixo central dessa Semana foi a necessidade do uso correto do livro didático. Após o pronunciamento do Diretor Executivo, o Coordenador geral de Assistência Técnica, Arnaldo Niskier, convocou os coordenadores, os relatores e os delegados das comissões para iniciar os debates, que nesta Semana dedicaram-se ao estudo das questões

⁶⁷ A II Semana de Estudos COLTED foi integrada por Antonio de Barros Uchôa Cintra - Secretário de Estado dos Negócios, da Educação, Ruy Baldaque-Diretor Executivo da COLTED, Paulino Saraiva-Presidente da Câmara Brasileira de Livros, Leonardo Arroyo-Diretor do Departamento de Cultura da Secretaria de Educação e Cultura do Município de São Paulo, Carlos Correa Mascano-Diretor do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP), Cora Bastos de Freitas-representando o Diretor do Ensino Comercial - Lafayette Belford Garcia, General Propício Machado Alves - representante da Presidência do Sindicato Nacional dos Editores de Livros (SNEL), Alice Huyt Palmer - membros da USAID, Emerson Brown, da USAID-consultor do Governo Americano para o Programa de Livros Didáticos, Nelson França - coordenador do MEC, no Estado do Rio de Janeiro, José Otávio Bertaso-representante do Presidente da Câmara Riograndense do Livro, Mario Fittipaldi-Secretário Geral da Câmara Brasileira do Livro e Arnaldo Niskier-Coordenador Geral da Assistência Técnica da COLTED; Mario Fittipaldi foi o coordenador dessa Semana de Estudos COLTED. (Documento – Sessão de Instalação da II Semana de Estudos – COLTED, 04/03/1968).

referentes a própria COLTED como também a importância e as deficiências do livro didático na educação brasileira. De acordo com Baldaque: “É sabido que a falta de livros impede a caminhada de milhares de estudantes; no sentido de seu desenvolvimento intelectual, e conseqüentemente, limita as possibilidades do progresso do país”.⁶⁸ Referindo-se aos programas escolares afirmou que “não será, pois, a reforma dos programas que decidirá a reforma de livro didático, mas o livro didático renovado, que irá informar programas escolares” (p.6).

As metas do Programa da COLTED foram discutidas e classificadas em qualitativas e quantitativas. A distribuição gratuita de livros nos três níveis de Ensino e a discussão acerca da possibilidade de um livro único ou em volumes separados compreendendo textos de Linguagem, Cálculo e Estudos Sociais, constituiu-se em uma das principais metas quantitativas do Programa.

No que se referem as metas qualitativas esperava-se que o livro didático se tornasse um instrumento dinâmico e responsável pela modernização e reformulação dos programas de ensino nas mãos dos alunos e dos professores. A discussão sobre a avaliação e utilização do livro-texto nas escolas do nível primário e no nível médio foram temas em destaques, nessa Semana de Estudos, pela sua fundamental importância para o Programa.

Observou-se no Relatório da II Semana de Estudos que a função do Programa não estava restrita apenas à aquisição e distribuição de livros. Elevar o padrão do livro constituía-se também um objetivo da COLTED. O Relatório situou, de modo geral, os problemas da primeira etapa já concluída e da segunda etapa em preparação. A síntese da avaliação desses itens já foi abordada neste texto.

O Documento Básico da II Semana foi apresentado por Nair Fortes A. Bu-Merhy, que relatou o tema; “Avaliação e Uso dos Livros em Classe”. Este documento foi o resultado de uma reunião preparatória, onde se verificou a intenção de elaborar um corpo de normas que orientassem a COLTED a adquirir obras a serem utilizadas, em classe, no ensino médio, em geral, bem como, formular sugestões destinadas a orientar professores na melhor

⁶⁸ Conferência pronunciada por Ruy Baldaque Guimarães, Diretor Executivo da COLTED, na II Semana de Estudos, 05/03/1968.

utilização dos livros já distribuídos e a distribuir. A palestrante esclareceu que seriam abordados dois temas. O primeiro relativo à formulação de critérios para orientar a aquisição de livros a serem utilizados em classe, e o segundo a respeito da explicitação de normas orientadoras para a utilização dos livros, pelos docentes. Quanto ao uso do livro em classe foi recomendado que o livro utilizado fosse de três categorias: livros de leitura ou consulta básica, livro de leitura complementar e suplementar e livro de referência. Destacou-se que a “Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional veio dar maior responsabilidade ao professor de nível médio. A rigor, cada qual poderá organizar o programa do curso, indicar o livro didático e apurar o rendimento do estudante.” (Documento Básico, p.1).

Foi sugerido ainda na II Semana que a COLTED seguisse as orientações para o processo de seleção de livros apresentadas por Francis K. W. Drury da American Library Association-USA. Tal orientação baseava-se na demanda de livros em sintonia com os recursos. O primeiro passo desse processo consistia em conhecer o que está sendo publicado, ou seja, levantar a bibliografia disponível, processando-se a seguir a verificação da demanda de livros disponíveis ou não no mercado, porém, não utilizados e a sua qualidade. O segundo passo deveria ser conhecer a clientela, os alunos dos diversos ciclos (ginásial e colegial) e modalidades (secundário, comercial, agrícola, normal, industrial, enfermagem e artístico etc.). Esses dados poderiam fornecer ao Programa a segurança do número exato da demanda, total e por assunto, considerando-se a necessidade de um livro de cada assunto para cada estudante. A fim de melhor atender a essa demanda escolar, foi enfatizada na II Semana, a diferença entre o livro de leitura, a exemplo, do inglês (*readers*) e do compêndio (*text-books*)⁶⁹. No que se refere a clientela seriam atendidas prioritariamente as escolas públicas.

Os gestores da COLTED foram unânimes ao reconhecer que as Semanas de Estudo foram plenamente satisfatórias, pelo debates de questões pedagógicas e de ordem técnica-administrativa e financeira referente ao Programa. Tais debates eram realizados, por meio de comissões que tinham ainda como objetivo propor recomendações e estabelecer critérios, a fim de viabilizar, as determinações previstas no Plano de Aplicação da COLTED a médio e

⁶⁹ A distinção entre os respectivos livros de leitura e o compêndio consta dos dicionários inglês de Pedagogia como, em especial em trabalhos mais profundos, como os Anuários da “*National Society for the Study of Education*”. O Anuário de 1925, dessa Sociedade, tratou, exclusivamente, de leitura e, portanto, dos *readers*. O Anuário de 1931 tratou dos *text-books*, isto é, dos compêndios. Esses dois livros exigem avaliações técnicas diferenciadas. (Documento Básico – Avaliação e Utilização do Livro-Texto na Escola Primária, 1968, p.2).

longo prazo. As Semanas de Estudos também oportunizaram o encontro de representantes dos Estados brasileiros. Esse encontro possibilitou o esclarecimento e trocas de experiências de modo, que os presentes na Semana de Estudos retornaram para as suas cidades conhecendo as finalidades da COLTED, compreendendo os seus objetivos.

2.5.2 Curso de Treinamento para Instrutores e Professores Primários

A COLTED promoveu cursos de treinamento para professores primários dos municípios e das capitais.

Em reunião de 09/08/1968 o Colegiado da COLTED aprovou o Programa de Treinamento de Professores. Este Programa foi iniciado imediatamente, tendo em vista, a complexidade e seu pioneirismo de caráter experimental. Foi elaborado um documento básico para os cursos de instrutores e professores, e propor diretrizes para efetivação dos cursos. Foi criado um Grupo de Trabalho com a participação da equipe técnica da COLTED, técnicos do INEP e professores catedráticos do Instituto de Educação do Estado da Guanabara. O Grupo de Trabalho organizou-se em áreas específicas com o objetivo de elaborar as diretrizes do curso treinamento de professores. Baseadas nas orientações do Grupo de Trabalho a COLTED criou e organizou o Treinamento para Professores com a previsão de levar o curso a cerca de 500 mil professores em todo o território nacional.

O primeiro passo para execução do treinamento foi treinar os instrutores classificados como tipo A⁷⁰. O curso-A além de preparar os outros instrutores (B e C) fornecia aos instrutores-professores subsídios para a utilização do livro didático em classe, a fim de proporcionar maior rendimento pedagógico das aulas e resultados mais eficazes na

⁷⁰ O Curso-A contou com representantes das Secretarias de Educação dos Estados de: Acre, Amazonas, Pará, Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Pernambuco, Alagoas, Bahia, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Guanabara, Paraná, Rio Grande do Sul, Goiás e Distrito Federal. A Secretaria Estadual de São Paulo não enviou representante, porém, a Secretaria Municipal de São Paulo enviou representante que ficou responsável pelo atendimento da rede de escolas municipais e particulares. Participaram do Curso de Treinamento os Estados da Paraíba, do Espírito Santo, de Santa Catarina, do Mato Grosso e dos territórios do Amapá, Roraima e Rondônia, mas sem a presença de um representante das respectivas Secretarias, uma vez que tais redes de ensino não justificavam a presença de um elemento dessas Secretarias, dentro do esquema adotado no planejamento, a presença desses representantes. De acordo com o Plano Piloto os técnicos desses Estados e territórios seriam treinados pelos instrutores do Curso-A. (BRASIL, Ministério da Educação e Cultura – COLTED, Plano Piloto, 1968, p.2).

aprendizagem do aluno, O curso também funcionava como rede de divulgação ao fornecer informações aos docentes sobre o Programa da COLTED.

Os instrutores, convocados pelas Secretarias de Educação, eram técnicos na área do ensino primário, ficavam responsáveis pela execução, supervisão, docência e avaliação dos cursos B e C. Os 446 Instrutores-B nos estados fizeram o curso de capacitação em janeiro de 1969. Os Instrutores-B foram preparados para capacitar em uma terceira fase os 8.953 Instrutores-C, para professores das escolas do ensino elementar.

Os cursos para os Instrutores - A foram realizados em 13 dias totalizando 104 horas/aula, já os cursos destinados aos instrutores B tiveram a duração de uma semana, perfazendo um total de 56 horas/aulas. De modo a abranger o maior número de professores foram realizados 416 cursos para 8.954 instrutores C, ministrados pelos instrutores B, nas várias capitais, com a duração de 5 dias, num total de 40 horas/ aula. E concluindo essa jornada, cerca de 110.000 professores primários, receberam orientações dos instrutores C, que diversas instituições de ensino.

O Curso para Professores Primários utilizou como instrumento de apoio o Manual de Instrução Programada destinado ao aperfeiçoamento do magistério. Foi estimado que cerca de 500 mil professores, manusearam este manual, elaborado por uma equipe de especialistas do Estado de São Paulo. De acordo com os organizadores do curso este manual assegurava “maior eficiência em termos de aprendizagem, oferecendo um denominador comum de conhecimentos básicos imprescindíveis à participação e ao aproveitamento dos professores nos cursos de treinamento sobre a Utilização do Livro Didático”. (Plano Piloto, MEC-COLTED, 1968, p.3). Este manual tinha cerca de 700 páginas, divididas em dois volumes. O conteúdo inicial do livro versava sobre a importância e a organização da COLTED. Tal conteúdo foi apresentado por meio da estratégia da instrução programada⁷¹, buscando levar os professores a se inteirarem da importância do uso do livro em sala de aula, enquanto condição para o progresso do país.

⁷¹ Essa forma de conceber o ato da aprendizagem, por meio da técnica da instrução programada, segundo Freitag (1993) “basea-se na teoria do estímulo e da resposta, desenvolvida por Pavlov na URSS e retomada nos Estados Unidos por Thorndike (teoria do comportamento operante) e Skinner (teoria behaviorista).” (p.43) De acordo com essa vertente da psicologia, o aprendizado se dá através do condicionamento e do reforço de respostas positivas. Essa metodologia constituiu a base do treinamento da COLTED no curso para professores primários.

Após a instrução programada eram apresentadas ao professor as seguintes recomendações:

Agora que você terminou a leitura deste texto, você tem condições de usar o livro didático de modo a obter eficiência consideravelmente maior no ensino. Pratique o que você aprendeu nestas páginas. Em caso de dúvida, faça uma nova leitura.

Lembre-se: o progresso do Brasil depende da cultura do seu povo. E a cultura desse povo se alicerça no ensino primário. O livro didático permite a você tornar o ensino primário mais eficiente.

Use livros para o progresso do Brasil!⁷²

O curso de treinamento para professores primários podia ser entendido, como uma estratégia de levar o Programa de Livros até os professores das mais longínquas cidades brasileiras. Vale destacar o caráter de persuasão do curso, levando os professores a aceitarem e adotarem o Programa de livros didáticos.

Os instrutores deveriam seguir atentamente alguns aspectos como manter, até o último estágio de treinamento, o conteúdo essencial do primeiro curso, de modo a favorecer uma nova atitude do professor no momento da seleção e utilização do livro-texto. O uso preferencialmente de recursos didáticos que levassem os professores a refletir sobre as questões relacionadas com o livro-texto, também deveria ser executado, de modo promover mudanças de comportamento nos professores, contribuindo para o aperfeiçoamento do livro. Os professores também deveriam ser motivados para a utilização do Manual de Instrução Programada, a leitura das apostilas e da bibliografia indicada.

Segundo a Professora Elza Nascimento (1968) organizadora do material do curso de treinamento para professores, os instrutores deveriam estar atentos para essa responsabilidade, pois, seriam facilitadores e promotores de uma nova mentalidade em relação ao livro-texto. “Assim, a seleção de pessoal que prosseguirá na orientação do programa de treinamento deverá ser feita com maior cuidado, de modo a se recrutarem elementos que, por sua competência e entusiasmo possam realmente obter os resultados desejados”. (Curso sobre utilização do Livro-Didático, Rio de Janeiro, 1969, nível elementar, p.5).

⁷² BRASIL, Ministério da Educação Cultura – COLTED. *Manual de Instrução Programada para professores Primários*, livro 2, Rio de Janeiro, 1969, p. 725.

O Manual de Instrução Programada (1969) dedicado aos professores primários apresentou algumas perguntas-resposta e considerações, que de acordo com o material, compreendiam as dúvidas mais comuns entre os professores sobre o Programa. Dentre elas citam-se aquelas que se supõe que demonstram a intenção da COLTED de apresentar o quanto o Programa de Livros é importante para os professores e alunos brasileiros:

Meus alunos terão livros didáticos gratuitos?

Para que o professor possa aproveitar as vantagens que o livro didático oferece, é necessário que todos os seus alunos tenham livros didáticos. Mas muitos alunos não podem comprar livros. Por essa razão, o Governo Federal, por intermédio do MEC, elaborou um plano que, posto em execução, colocará livros didáticos gratuitos nas mãos de todas as crianças das escolas primárias brasileiras. Esses livros serão distribuídos às escolas públicas e particulares e deverão ser usados sob a orientação dos professores.

Um Plano Nacional de Distribuição de Livros

O Governo Federal criou, por intermédio do MEC, um organismo encarregado do planejamento e execução da ajuda aos alunos e professores no campo do livro didático e técnico. Esse organismo é a Comissão do Livro Técnico e do Livro Didático – COLTED. A sede é no Rio de Janeiro. A COLTED é órgão do MEC.

A participação do Professor.

Professores que contam com livros didáticos para todos os alunos, e sabem usar tais livros adequadamente, verificam, em pouco tempo, as vantagens do uso do livro didático na sala de aula. À medida que verificam essas vantagens, eles ficam mais exigentes quanto ao tipo de livro didático que consideram conveniente.

Enviando suas indicações de livros e sugestões à COLTED, os professores contribuíram para a seleção de livros didáticos cada vez melhores em todas as áreas-linguagem, estudos sociais, aritmética e ciências. A COLTED baseada nas informações dos professores procura remeter os livros que melhor atendam às sugestões dos mesmos. (Manual de Instrução Programada para Professores Primário – livro 2 s/p.)

Segundo Oliveira (1984 apud Freitag 1993) “o livro didático é parte do arsenal de instrumentos que compõem a instituição escolar, parte esta por sua vez, da política educacional, que se insere no contexto histórico social” (p.24). Nos instrumentos dos cursos de Treinamento de Professores foram observadas, as marcas da intencionalidade de persuasão dos gestores da COLTED, sobre os professores para a disseminação da política do livro apresentada.

Capítulo III

O Livro nas mãos dos estudantes brasileiros: dificuldades e divergências

Os percalços do Programa de Livros foram observados na documentação do MEC e em depoimentos recentes de integrantes das instituições que compuseram o Convênio MEC/SNEL/USAID.

Este capítulo destaca algumas dificuldades administrativas, divergências, críticas que se manifestaram durante a implantação e o desenvolvimento da COLTED como, por exemplo, as questões consideradas no âmbito da segurança nacional. São abordados ainda no capítulo os problemas referentes à implantação do Programa acompanhados de algumas sugestões e dúvidas entre professores que participaram das comissões de estudo promovidas pela COLTED.

O capítulo tem nas análises de Romanelli (1978), Hallewell (1985) e Freitag (1993) entre outros o referencial sobre a História do Livro Didático na Educação Brasileira.

De acordo com Freitag (1993) o “material disponível sobre a política do livro didático no Brasil pode a, *grosso modo*, ser dividido em duas grandes categorias:” (p.28). A primeira consiste em decretos, leis, justificativas, exposições de motivos entre outros, fornecidos e divulgados pelo governo central para regulamentar o livro didático, assegurar sua produção e distribuição pelo Brasil. Neste sentido, os documentos do MEC examinados, neste capítulo, podem ser enquadrados nesta categoria. Fazem parte da segunda categoria apontada pela autora as discussões e intervenções de parlamentares, registradas em atas do Congresso, entre outras fontes que questionaram de alguma forma a política do livro didático.

Este capítulo mostra no material disponível, o posicionamento e outras interpretações sobre Programa. A dificuldade, de encontrar registros que explicassem oposição ou não a COLTED, pode ser justificada, ao considerar o contexto político nacional, quando a COLTED foi implantada.

3.1 Críticas ao Conselho do Livro Técnico e do Livro Didático - Decreto n° 58.653 de 16/06/1966

Observou-se que anteriormente a instituição da Comissão do Livro Técnico e do Livro Didático - COLTED no MEC,⁷³ este Ministério criou o Conselho do Livro Técnico e do Livro Didático-COLTED pelo Decreto n° 58.653 de 16/06/1966. Esse decreto foi revogado poucos meses depois de sua criação. Supõe-se ser relevante sinalizar algumas críticas apontadas pelo INEP⁷⁴ a este Conselho por acreditar que estas contribuíram para a sua revogação e para motivar a criação imediata da Comissão do Livro Técnico e do Livro Didático foco deste estudo. Uma hipótese que se levanta neste momento da pesquisa é que as críticas apontadas indicam a necessidade de uma comissão mais ampla apoiada também por um maior volume de recursos. Possivelmente foram sugestivas para a assinatura de convênios para obtenção de recursos da USAID.

O Diretor do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP) – Carlos Correa Mascaro manifestou críticas⁷⁵ ao Conselho do Livro Técnico e do Livro Didático - COLTED, (Decreto n°58.653 de 16/06/66) respaldado pela sua experiência no INEP na elaboração de livros em programas anteriores ao do referido Conselho.

Mascaro⁷⁶ de certo modo, anteviu a possibilidade do Conselho do Livro Técnico e do Livro Didático não dar conta de um Programa tão vasto, correndo o risco de naufragar antes mesmo desenvolver os objetivos de gerir e aplicar recursos destinados a financiamento e realização de programas e projetos de expansão do livro escolar e do livro técnico. Tais atribuições estavam previstas no Art. 1° do Decreto n°58.653 de 16/06/1966.

O Conselho acumulava as responsabilidades sobre as atividades pedagógicas, decisões de ordem administrativas relativas às adaptações dos textos aos programas adotados, aos direitos autorais, ao planejamento gráfico das obras, questões de fórum econômico entre

⁷³ O Decreto n° 59.355 de 4/10/1966, institui no MEC, a Comissão do Livro Técnico e do Livro Didático - COLTED e também revogaram o Decreto n° 58.653 de 16/06/1966.

⁷⁴ Ofício n° 828 de 29 de junho de 1966, do Diretor do INEP, Carlos Correa Mascaro, ao Ministro da Educação Raymundo Moniz de Aragão.

⁷⁵ Foi manifesta a oposição do INEP, por meio do Ofício n° 828 de 29 de junho de 1966, do Diretor do INEP, Carlos Correa Mascaro, ao Ministro da Educação Raymundo Moniz de Aragão.

⁷⁶ Ofício 828 de 29/07/1966 do Diretor do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP) ao Ministro da Educação e Cultura.

outros aspectos sobre a edição, produção e distribuição dos livros. Este somatório de funções atribuídas ao Conselho e a experiência exercida pelo próprio INEP em programas anteriores de assistência levaram este Instituto a tecer considerações, a fim de alertar o Conselho sobre possíveis dificuldades.

O INEP refutou o fato da Direção Executiva da Comissão, que além de centralizar tantas atribuições, delegava sobre decisões que deveriam ser tratadas na esfera ministerial, a exemplo, da celebração de convênios ou acordos.

Segundo o Diretor do INEP⁷⁷

Não nos parece cabível de modo algum, em matéria de tal relevância, que se possa centralizar num administrador a soma de atribuições de que trata o Art. 6º: gerir, administrar e representar o organismo; movimentar conta, ordenar pagamentos e assumir obrigações; celebrar convênios e ajuste com autores, tradutores, editores, gráficos, distribuidores e livreiros; firmar acordos de assistência técnica com organizações nacionais e internacionais. Todo esse elenco de funções para ser desempenhado por um funcionário que deveria ser investido nas funções de Diretor Executivo, tendo um colegiado constituído de Diretores do Ministério – presidido pelo Ministro, insista-se - apenas para dar-lhe cobertura as decisões.

Tendo em vista, a experiência do INEP que se iniciou em 1953, com as Campanhas do Livro Didático e Manuais de Ensino (CALDEME)⁷⁸ e de Inquéritos e Levantamentos do

⁷⁷ Ofício n° 828, 1966, do Diretor do INEP, ao Ministro da Educação e Cultura, p.5.

⁷⁸ [...] Dentro da estrutura do Ministério da Educação e Cultura, compete, com efeito, ao Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos o estudo da educação e seus métodos e conteúdos, nos seus diversos ramos e níveis, nas diferentes regiões do país. Além dessa função precípua de estudo e pesquisa, veio, posteriormente, pela Lei n.º 580, de 30-7-938, a lhe ser atribuído um programa de assistência técnica e de aperfeiçoamento do magistério dos Estados. Para dar cumprimento a essa dupla tarefa de estudo e assistência técnica, este Instituto vem, desde 1953, ampliando as suas atividades, buscando realizar, pela C.I.L.E.M.E. (Campanha de Inquéritos e Levantamentos do Ensino Médio e Elementar) e pela CALDEME (Campanha do Livro Didático e Manuais de Ensino), estudos e pesquisas sobre o ensino em cada um dos Estados da Federação, sobre programas escolares, sobre as matérias do curso médio, e a elaborar para uso do magistério manuais de ensino destinados a consolidar conquistas pedagógicas ou renovar-lhe os métodos. Procurado, em face desse programa de pesquisa educacional em todo o país e de assistência pedagógica aos Estados, pelos órgãos de cooperação internacional, pôde o Instituto articular com a UNESCO uma colaboração, pela qual receberia o auxílio de especialistas estrangeiros para o melhor aproveitamento do seu programa. Já se acham trabalhando conosco os professores Bertram Hutchinson e Andrew Pearse e, no próximo ano, deverão vir os professores Havighurst, Jacques Lambert e Otto Klineberg. Além disto, o professor Charles Wagley, da Columbia University, já, por duas vezes, esteve conosco, em períodos de três meses, prestando sua alta colaboração no campo da antropologia. A colaboração desses especialistas estrangeiros vem-se somar à dos nacionais, que integram o corpo central de pesquisadores e técnicos dos Centros. No ano que ora se encerra, deram-se vários passos na concretização desse plano de trabalho, que deve estender-se a todo o país com a instalação de um centro brasileiro de pesquisas educacionais aqui no Rio e cinco centros regionais, localizados no Recife, na Bahia, em Belo Horizonte, em São Paulo e em

Ensino Médio e Elementar (CILEME), o Diretor do INEP Carlos Correa Mascaro, foi de opinião que o a formulação de um programa de incentivo a produção e edição de livro, deveria ser submetido a estudos e pesquisas de modo a sondar o mercado do livro, avaliando o custo da produção como também criando mecanismos para estimular redes de distribuição. “Por toda essa respeitável soma de obrigações bem se pode avaliar o vulto e a complexidade dos encargos que se pretende atribuir a esse órgão.” (Ofício. N° 828 de 29/07/1966, p.3).

O Diretor INEP constatou que o Decreto n°58.653 não explicitou qual a política editorial a ser adotada pela Comissão. Nos termos em que foi colocado no referido Decreto “poderá descambar para uma estatização do livro técnico e didático, ao arrepio da política de inspiração democrática, em que se acha empenhado o Governo de estimular, não restringir a liberdade de ação da iniciativa privada”. (p.3) O INEP alertava para a possibilidade de o Estado passar a ser concorrente da indústria do livro, o que teria conseqüências desastrosas, pois muito dos capitais que poderiam ser investidos na indústria se retrairiam, migrando para outros setores. Segundo o Mascaro “a experiência brasileira esta cheia de malogros quanto se invade setores de produção tradicionalmente ocupados pela empresa privada.” (Ofício. N° 828 de 29/07/1966, p.4).

Outro item apontado pelo Mascaro INEP era o setor de distribuição de livros, que poderia ser o “calcanhar de Aquiles” do programa. O Diretor ratificou a importância da presença do Estado no processo de distribuição como um órgão regulador do mercado e vigilante da política editorial. Entretanto, enfatizou que a livre concorrência deveria ser estimulada, pois poderia beneficiar o programa com a melhoria na qualidade do serviço e na redução do custo do livro. Tais observações demonstraram a preocupação do INEP com o Conselho que se instituía no MEC.

Na opinião do diretor do INEP, deveria também estar expresso no Decreto n°58.653 de 16/06/1966 a defesa do autor nacional. A publicação de autores estrangeiros deveria ficar restrita às traduções e adaptações de matérias em que não houvesse a bibliografia nacional ou

Porto Alegre. Tais centros, que deverão absorver as atividades de estudo e documentação do I.N.E.P. e das suas respectivas campanhas (CALDEME e C.I.L.E.M.E.) e ainda as de assistência técnica correspondente ao seu programa de aperfeiçoamento do magistério, deverão completar a sua instalação e entrar em pleno funcionamento em 1956 [...]. TEIXEIRA, Anísio. Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. Rio de Janeiro, v.25, n.61, jan./mar. 1956. p.145-149.

que fosse escassa. Segundo Mascaro (1966) o estímulo a produção brasileira é um assunto por demais conhecido, mas devia sempre ser lembrado “quando se procura atingir um conjunto de normas para disciplinar uma boa política editorial.” (Ofício. N° 828 de 29/07/1966, p.4).

A direção do INEP destacou, como exemplo a ser seguido, a orientação positiva de cunho prático e econômico que foi adotada na Universidade de São Paulo - EDUSP⁷⁹ que deveria ser seguida por outras instituições em prol do livro. A universidade paulista instituiu uma Comissão Editorial, a fim de viabilizar o objetivo de editar livros de real valor para os estudantes universitários. O trabalho da Comissão optou por aproveitar da melhor forma possível os recursos disponíveis, para a execução das atividades editoriais, utilizou dois caminhos. O primeiro consistiu em editar, por conta, exclusiva da Universidade, obras de real interesse da academia que ainda não estivessem comprometidas para edição com as editoras particulares. E o segundo, tratava-se de colaborar na edição de outras obras, de igual valor, aprovadas por editoras privadas, mediante o compromisso de aquisição de certo número de exemplares. As editoras privadas podiam, desta forma, ter a segurança de que a edição das obras, com a cooperação da a EDUSP, não seria um fracasso econômico.

Para o INEP a Comissão Editorial da universidade apresentava-se como um meio dos mais viáveis de levar o livro a baixo custo às mãos dos estudantes e professores. O custo do livro poderia ser negociado com cerca de 30% de desconto sobre o preço de venda. As editoras em cooperação com a Universidade acabavam sendo beneficiadas com a garantia de um mercado certo. O auxílio da Universidade permite ainda, às empresas privadas diminuir o

⁷⁹ A indústria editorial semelhantes aos das aquisições vultosa e regular da COLTED feitas por órgão governamental como a COLTED deu-se a época com as co-edições entre as editoras e instituições educacionais. O primeiro foi o estabelecido por Mario Guimarães Ferri, quando assumiu a presidência da EDUSP, Editora da Universidade de São Paulo, em 1963. Os autores ou editor que desejasse apoio na comercialização de um livro sobre qualquer assunto especializado de possível interesse da Universidade se submetido ao crivo da Comissão Editorial da EDUSP, composta de cinco membros, todos eles preeminentes acadêmicos, porém a Comissão quando necessário se valia do parecer de outros especialistas, até mesmo de fora da Universidade. As negociações entre a EDUSP e a editora baseavam-se no compromisso da EDUSP adquirir, com desconto de até 50% , certo numero de exemplares a combinar (raramente menos de 200 ou mais de um terço da tiragem), a ser pago em trinta dias após a publicação, em troca da liberdade de revenda os exemplares assim adquiridos nas livrarias do campus da Universidade, com 30% a 40 % de desconto. “A Universidade pôde, assim, abandonar inteiramente sua produção editorial própria, investir seus recursos em um numero bem maior de títulos (até setembro de 1984 havia publicado nada menos que 1.787 obras), e evitar tanto os inconvenientes dos processos de concorrência pública como quaisquer entendimentos de natureza técnica, sempre complexa, com as gráficas, embora a editora devam submeter, para aprovação previa o projeto gráfico geral. O esquema da Universidade de São Paulo foi amplamente difundido sendo de certa forma, imitado nas demais universidades do país, mas diferentemente da USP, incluíam apenas os trabalhos de seu próprio quadro de docentes e estudantes.” HOLLEWELL, Laureasse. *O Livro no Brasil: sua história*. São Paulo. EDUSP, 1985, p.471 e 472.

custo do livro lançado no mercado, de modo, a favorecer o público em geral. Uma outra vantagem desse sistema está na doação de livros à biblioteca de instituições públicas e particulares, nacionais e estrangeiras, o que proporcionou o aumento significativo do acervo das universidades brasileiras.

Segundo o Diretor do INEP, o sucesso da Comissão Editorial da USP - EDUSP estava na execução de suas ações de acordo com as normas estabelecidas no Regimento disciplinado que visava beneficiar estudantes, professores e leitores em geral. A facilitação do processo editorial, incentivava o mercado, dava orientação aos editores e reduzia o custo do produto final. Ao contrário, de como se apresentava a Comissão do Livro Técnico e do Livro Didático, um órgão complexo e oneroso para os cofres públicos.

O Diretor do INEP, Carlos Correa Mascaro, conclui as ressalvas acerca do Decreto nº58.653, justificou que não parecia prudente continuar apontando falhas e riscos a qual o Programa estaria submetido, no decorrer do Decreto em análise. Mas segundo aquela direção não se poderia calar a impressão resultante da sua leitura do Decreto. (...) nossa proposta e no sentido de que, pelo menos, com as cautelas da prudência, seja revista a matéria.” (p.6).

Não nos parece que devemos insistir na análise das falhas e na indicação dos riscos que, a nosso ver, poderão decorrer da execução do decreto, mas não podíamos calar a impressão que em nosso espírito resultou de sua leitura desde que, como Diretor do INEP, está-me reservado um lugar no Colegiado. (Carlos Correa Mascaro Diretor do INEP, Ofício nº 828, 1966, p.6).

3.2 O Impacto da Implantação

De acordo com o Documento Básico Método de Implementação do Programa da COLTED de autoria de Alexis Stepanenko, da assessoria do Ensino Superior da COLTED, o Programa priorizou o planejamento das atividades na primeira etapa de trabalho, começando pela definição de objetivos, e a hierarquização dos mesmos. Inicialmente o objetivo maior da COLTED foi ativar o ritmo do desenvolvimento social e econômico do país, propiciando o atendimento às necessidades da população escolar em matéria de livros técnicos e de livros didáticos e o fortalecimento expansão do parque editorial e gráfico no setor de livros para a educação. O segundo passo tratava-se de criar condições para viabilizar tais objetivos a partir

da ordenação e organização dos recursos materiais e humanos necessários ou disponíveis para equacionar e executar essa implementação.

Em pouco tempo, logo na primeira etapa do Programa, foram sentidas mudanças na recepção da distribuição e da comercialização do livro “no tradicional sistema de ensino brasileiro” (Stepanenko, p.3). Os professores e alunos mostraram-se surpresos com a novidade. Na indústria editorial, o comportamento não foi diferente, editores, livreiros e autores não podiam acreditar no ritmo acelerado da implantação.

Várias empresas que inicialmente estabeleceram contactos com a COLTED através de modestos vendedores ficaram atônitas quando começaram a receber pedidos de mais de NCr\$ 1.000.000,00 (Hum milhão de cruzeiros novos), e imediatamente saíram de suas salas para continuar os contactos pessoalmente e em nível de gerência e diretoria.

Em alguns casos o parque editorial não foi capaz de atender as demandas que partiam da COLTED. Por outro lado a rede comercial de distribuição não demonstrava condições capazes de satisfazer às necessidades da COLTED, de modo que esta viu forçada, por concorrência pública, a escolher uma empresa que cuidasse especificamente distribuição.

Brasil, Ministério da Educação e Cultura. Documento Básico - *Método de Implantação*, s/d. p. 3.

De uma forma ou de outra, a indústria do livro teve que se organizar de acordo com a demanda imposta pela nova política do livro, criando mecanismos para adaptar e atender as necessidades do mercado que se abria. Constata-se que, tal tarefa, ficou bastante facilitada a partir da injeção de mais de NCr\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de cruzeiros novos) com o financiamento pelo Convênio MEC/SNEL/USAID. O impacto causado no setor livreiro não se deu somente em função do volume de investimentos e adaptações impostas pela dinâmica do trabalho. Segundo Hallewell (1985) um outro aspecto deixou os editores apreensivos. Este consistiu na possibilidade de “uma repetição da idéia de Jânio Quadros de padronizar o livro didático, pelo menos de que se desviassem as vendas de livros dos canais regulares do comercio livreiro.” (p.467). Apesar da participação ativa do SNEL junto a COLTED os editores temeram que o MEC passasse a vender o livro didático.

No entanto, de acordo com Kenneth T. Hurst (1967) assessor da USAID houve, na verdade, um significativo aumento das vendas do setor livreiro. A COLTED, não só contribuiu para a indústria editorial como também viabilizou a publicação da primeira

bibliografia atualizada de livros didáticos e livros técnicos brasileiros, em 1969, pelo SNEL. Nesta bibliografia foram relacionados 5.986 títulos à venda, um aumento substancial se comparado com a marca de 2.500, em 1968. Há de se considerar que “alguns dos novos títulos eram traduções de livros universitários e técnicos (americanos) de interesse local, que a COLTED estimulava as editoras brasileiras a publicar nos casos em que não houvesse publicação brasileira apropriada”. (Hallewell, 1985 p.467 e 468)

Nas escolas, o impacto não foi menor. O Programa foi divulgado mas a comunicação foi insatisfatória. De acordo com o Documento Básico, a COLTED divulgou pelos caminhos institucionais e formais da burocracia educacional brasileira, as suas finalidades e sua forma de atuação. Entretanto, estes mecanismos não foram eficazes em transmitir os objetivos do Programa de Livros. Em diferentes destinos, a mensagem não chegou ou foi parcialmente compreendida, revelando desse modo, que os trâmites burocráticos não responderam as exigências do próprio Programa. Os gestores da COLTED tomavam conhecimento que, em diferentes recantos do país, os professores desconheciam a novidade-Biblioteca da COLTED.

Pode-se imaginar, apenas a guisa de exemplo, a surpresa de uma professora de Eurinepe, no Amazonas, ou de Porto Murtinho em Mato Grosso, ao receber inexplicavelmente 324 volumes, acondicionados em estantes especiais da Biblioteca da COLTED. Houve professora, no Norte do país, que abriu a estante a machadadas!”(STEPANENKO, Aléxis. Brasil, Ministério da Educação e da Cultura. Brasília. s/d. p.3).

Devido à falha no processo de comunicação do Programa até o seu destino (escolas), a COLTED constatou que tais problemas contribuíram para a formação de imagens e atitudes deturpadas, provocando a utilização incorreta, por exemplo, de sua Biblioteca. A destruição de uma caixa de livros a machadadas significou a destruição de uma estante de livros. A compreensão equivocada do programa foi motivo de preocupação pela Direção Executiva da COLTED, pois colocou em risco o seu sucesso. No depoimento de Stepanenko (s/d p.4) o emperramento, e por vezes a fragilidade dos canais usuais da burocracia brasileira, demonstraram que esta não conseguiu digerir exatamente aquilo que a COLTED desejava e precisava transmitir.

O impacto e a surpresa diante do material enviado pela COLTED a muitas cidades brasileiras, levaram os professores a insistente pergunta: “Afiml, o que é exatamente a COLTED?”(Stepanenko (s/d p.4) A pergunta foi indicativa para a COLTED pode constatar a ineficiência da administração educacional em várias esferas em assimilar e transmitir a todos os escalões a finalidade do Programa. Observou-se que em muitas secretarias de educação houve muita dificuldade em se elaborar listas com endereços das escolas que deveriam ser contempladas com as Bibliotecas, em outras não se sabia exatamente o que fazer com as tais bibliotecas recebidas. A maioria dos canais de comunicação que poderiam ser utilizados na estrutura e organização do sistema escolar brasileiro mostrou-se inoperantes para o Programa.

Segundo Huberman (1973) o sucesso de uma inovação não depende do custo e tão pouco do grau e sofisticação da tecnologia. O êxito da mudança na escola está vinculado a aspectos importantes que deverão ser desenvolvidos, como diminuir o hiato entre as teorias e as práticas de sala de aula, não esquecer que valores e comportamentos humanos não são modificados por decretos administrativos e considerar a importância da contribuição pedagógica dos professores em todas as etapas da mudança. O sucesso reside na percepção, participação e adesão do corpo docente. A implantação de uma inovação poderá estar sujeita as variáveis como custo, comunicabilidade e principalmente a relação entre a fonte da mudança e as pessoas envolvidas. A introdução de inovações em qualquer setor e, principalmente, na escola precisa considerar as mudanças dos indivíduos em primeiro lugar. É importante não esquecer toda a dinâmica que envolve as escolas, repleta de interferências, que incidem sobre o comportamento das pessoas envolvidas no processo de mudança.

A partir de Huberman podem-se supor outras dificuldades em relação ao âmbito da escola. Tais, considerações nos levam a refletir também sobre as dificuldades de implantação além da escola, no momento em que as comunicações e os meios de transportes em um país de dimensões continentais, constituíam-se em obstáculo para o desenvolvimento Programa de Livros.

3.2.1 Aspectos avaliados no Programa

O avaliador da COLTED, Aléxis Stepanenko, fez recomendações para que fossem corrigidas falhas apontadas no processo de implantação do Programa. Tais falhas estavam

relacionadas, principalmente com a divulgação do próprio Programa e com a distribuição e uso do livro.

Segundo Stepanenko, como já foi referido, apesar de todo o esforço de divulgação da COLTED, o programa não foi devidamente compreendido. Afirmou o avaliador que a divulgação era um dos itens mais importantes a ser considerado pelo programa. A COLTED devia divulgar as suas ações e os seus serviços de modo a criar atitudes e imagens positivas em cada um dos seus usuários ou clientes. “A imagem é o retrato mental que se estrutura numa determinada pessoa devido a um estímulo específico. A eficiência da atuação da COLTED dependerá do grau de semelhança, das atitudes e imagens existentes entre ela e seus usuários.” (p.4). Evitar distorções, condicionar imagens e atitudes positivas, motivar a cooperação e criar condições de receptividade na opinião pública, eram aspectos a ser considerados pela COLTED, a fim de manter a “intocabilidade de seus fins”.

O Programa precisou estabelecer uma infra-estrutura nacional capaz não só de absorver as suas tarefas rotineiras em âmbito regional, como também de intervir na comunicação entre a direção central e secretarias de educação e as escolas. O primeiro passo dado nesta direção foi ampliar as funções do Setor de Assistência Técnica da COLTED, para viabilizar a tarefa de ministrar cursos, convocar seminários e ampliar a divulgação. Quanto à divulgação, a ação conjunta daquele setor juntos às empresas especializadas em publicidade, levou à realização de uma série de campanhas de esclarecimentos sobre o uso adequado do livro didático e das bibliotecas. Nesta etapa, a participação da indústria do livro foi fundamental. Foram selecionadas duas linhas de transmissão com os Estados: a própria COLTED, por meio do fortalecimento das Comissões Estaduais de Avaliação e o sistema existente.

Stepanenko sugeriu ainda o aproveitamento de instituições já existentes por meio de convênios para dar suporte as ações da COLTED, como por exemplo, o INEP-CBPE, por meio dos Centros Regionais de Pesquisas Educacionais⁸⁰, Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural (ABCAR), Campanhas Nacional de Educandários Gratuitos, Instituto

⁸⁰ O INEP possuía centros regionais de pesquisa na Bahia, Minas Gerais, Pernambuco, Rio Grande do Sul e São Paulo.

Brasileiro de Bibliografia e Documentação, Movimento de Educação de Base⁸¹, Serviço Social da Indústria, Associações de Profissionais e Escolares, Universidades entre outros órgãos. E naturalmente, as respectivas Diretorias do MEC.

Na avaliação do processo de divulgação foi identificado que o Programa não tinha o conhecimento adequado do seu público alvo. Foi proposto pelo avaliador uma estratégia para identificação e o agrupamento das categorias envolvidas nas várias etapas⁸² do Programa. Tais, categorias classificaram os clientes e usuários do Programa, como: 1) estudantes - objetivo final da COLTED, divididos em níveis de ensino, faixa etária, estruturas psico-sociais, econômicas e culturais; 2) professores - alvo imediato, também distribuído de acordo com os níveis de ensino, as especialidades sócio-culturais e econômicas; 3) bibliotecários; 4) administradores, subdivididos em três grupos: burocráticos, técnicos e executivos; 5) legisladores (vereadores e deputados); 6) membros dos Conselhos Estaduais e Municipais de Educação e Cultura; 7) editores - encarregados pela produção de livros; 8) distribuidores - responsáveis pela comercialização do livro; 9) livreiros - responsáveis pelas vendas no varejo; 10) autores e ilustradores; 11) profissionais da imprensa, rádio e televisão - divulgação para o grande público; 12) publicitário - encarregado pela divulgação e publicidade e 12) massa - grande público, os componentes humanos da sociedade brasileira.

A equipe gestora da COLTED esteve atenta na tomada de medidas para concretizar as sugestões apontadas na avaliação realizada por Stepanenko. Foi considerado, nos mecanismos de transmissão aos alunos, professores e administradores, que a divulgação não devia ser uma simples remessa rotineira de mensagens, mas algo que promoveria a participação ativa dos envolvidos. Dentro desta perspectiva, o importante era que a divulgação não se confundisse com “a propaganda de apelos a comportamentos inconscientes”. (Documento Básico de Avaliação, p.6).

No estudo realizado cada parcela do público alvo mereceu uma atenção especial e cuidadosa, a partir da seleção de instrumento adequados de comunicação, seguindo o critério

⁸¹ O Movimento de Educação de Base (MEB) foi o único movimento de educação e de cultura popular que sobreviveu ao golpe de Estado de 1964, por força do convênio com a União que fixara as datas-bases de 1961-65. Com o recuo da hierarquia da Igreja face às novas condições políticas, em 1966, o MEB “perdeu as suas características de Movimento de Educação Popular e tornou-se uma forma tardia de Educação Fundamental”[...] CUNHA, Luís Antonio, Moacyr Góes. *O Golpe na Educação*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1985, p. 28.

⁸² As etapas do Programa foram explicitadas no capítulo II.

efetivo para transmitir, principalmente aos professores e estudantes, os problemas já constados. Este estudo foi analisado com mais profundidade na II Semana de Estudos COLTED na qual, foi discutida a melhor forma de transmitir aos professores e alunos as instruções de utilização correta dos livros da biblioteca COLTED.

Os cursos e seminários promovidos pela COLTED foram meios eficientes de divulgação do Programa junto aos professores. O núcleo regional das Comissões Estaduais de Avaliação se encarregou de formar o pessoal de nível intermediário, supervisores, técnicos em cursos intensivos, nos quais, foram ministradas matérias relativas a utilização da Biblioteca COLTED e do uso correto do livro texto. As recomendações propostas no documento Básico de Avaliação garantiram que após a efetivação do treinamento de professores, em alguns meses, as escolas contempladas pela COLTED estivessem preparadas para utilizar de forma adequada o livro.

Embora os meios de comunicação, devam estar enfocados principalmente na direção de professores, estudantes e administradores, é salutar que atinjam o grande público. No momento em que a opinião pública fixar a imagem de que a finalidade da COLTED é permitir o acesso do livro às crianças e aos jovens e que, a Biblioteca é a resposta para as necessidades culturais da pessoa humana como ser livre e consciente, então, e somente então, estará assegurada a continuidade e sobrevivência de NOSSO PROGRAMA COLTED. (STEPANENKO, Aléxis. Brasil, Ministério da Educação e da Cultura, s/d, p.10). (grifo do autor)

O Programa durante o desenvolvimento de seus projetos mostrou a dificuldade dos professores para selecionarem títulos novos e também das editoras para atenderem o nível de exigência da COLTED com relação a “alta qualidade”⁸³ na produção dos livros. Tais dificuldades foram atribuídas a falta de definição de critérios no início do programa para nortear a seleção dos livros e para orientar as editoras. Para solucionar as dificuldades, foram instituídas comissões encarregadas de avaliar vários aspectos necessários a escolha e produção dos livros. Equipes de dirigentes da COLTED estabeleceram, a exemplo de outros países, critérios técnicos de avaliação dos livros. Uma pesquisa realizada com os professores

⁸³ Segundo Freitag (1993) na Nova República, a condição da qualidade e do controle dos livros, pouco mudou em relação as políticas anteriores. A legislação de 1985, não previu uma Comissão específica nos moldes dos governos autoritários, no entanto, “a seleção de livros foi feita por listas de livros fornecidas por pela Diretoria do Livro Didático da FAE. “A inclusão de um título nesta lista feita é hoje em relação ao custo do livro”. Freitag, Bárbara. *O livro didático em questão*, 2º edição, São Paulo: Cortez, 1993, p.28.

em todo o território nacional apontou a falta de preparo dos docentes ao indicar livros, considerados de má qualidade e ultrapassados.

De acordo com Freitag (1993) existe uma dificuldade teórica e técnica de definir a qualidade de um livro didático, o que dificulta a elaboração de critérios adequados de avaliação, de forma a adaptar os conteúdos ao conhecimento e aprendizado dos alunos. Somam-se à questão da aplicabilidade dos assuntos tratados no livro, outros itens a serem avaliados tais como a apresentação física do livro; a qualidade da impressão, a capa, a ilustrações; além de quesitos relacionados à fundamentação psicopedagógica; atualidade dos dados em relação ao avanço do conhecimento em uma determinada área de atuação específica até os elementos ideológicos que podem ser apresentados de forma implícita ou explícita.. Observou-se na equipe gestora da COLTED uma preocupação com a qualidade do livro, ao mobilizar comissões para dedicar-se a este aspecto.

Foi instituída na I Semana de Estudos da COLTED, a Comissão de Títulos Novos que determinou diretrizes e elaborou critérios para a seleção dos títulos, de modo que o livro didático deveria estar de acordo com o currículo da escola e o livro técnico tinha que visar o adestramento humano para o trabalho. “Os dois precisam possuir certa dose bem prudente quanto profunda de formação de um capital humano só conseguido pela educação” (p.2)⁸⁴

A história da política do livro, no Brasil, no que se refere a qualidade e controle do livro didático, segundo Freitag (1993) não apresentou significativas mudanças nas últimas décadas do século XX. Desde a implantação mais efetiva de uma política do livro em 1938, durante o Estado Novo, até 1985, na Nova República, as políticas públicas em torno do livro foram mantidas sob tutela do governo sejam estes autoritários ou de viéses democrático. No Estado Novo somente podiam entrar nas escolas públicas e privadas (no caso das escolas particulares que pleiteassem o reconhecimento oficial do governo) livros recomendados e obviamente aprovados pela Comissão Nacional do Livro Didático (CNLD).

Supõe-se poder afirmar que a COLTED nos primeiros anos do governo militar apresentou função similar àquela desempenhada pela Comissão Nacional do Livro Didático

⁸⁴ BRASIL, Ministério da Educação e Cultura – COLTED, Relatório da 1ª Comissão - Títulos Novos, 1967.

(CNLD) no Estado Novo. Embora os técnicos e os políticos responsáveis pela implantação da COLTED fizessem questão de distingui-la de outras políticas de livro.

As posições em relação à qualidade e controle do Livro Técnico e Didático se dividem entre os adeptos da centralidade do processo, e os autores que defendem a descentralização, posicionamento, no qual Oliveira (1984 apud Freitag 1993) acredita ser o mais adequado para ser adotado em relação a política do livro didático. O autor sugere que “além dos estados e municípios também as escolas (diretores, professores, os pais e alunos) participem do processo decisório, cabendo ao professor regente de classe a indicação final do livro didático com o qual pretende trabalhar”. (p.32)

A dificuldade do Programa de adotar inicialmente, um critério de seleção de livros, foi abordada no Relatório da COLTED do ano de 1967. Esta dificuldade provocou adiamento do projeto Grande Tiragens, o que levou o Diretor Executivo da COLTED a lamentar a inviabilidade desse projeto. “Tal programa, exequível de imediato, teria a vantagem de proporcionar melhor amostragem para o futuro problema das tiragens de livros a serem distribuídos para os alunos.” (Baldaque, 1967, p.9).

Na avaliação da implementação do Programa, Stepanenko, não apontou problemas sobre a precária estrutura física e material da sede da COLTED, no Rio de Janeiro, o que leva a supor que tais limitações haviam sido superadas. Mas, vale registrar, este fato, pelas conseqüências ocasionadas inicialmente ao Programa. Tais dificuldades constam do Relatório do ano de 1967, enviado pelo Diretor Executivo do Programa (Ruy Baldaque), ao Colegiado da COLTED e ao Ministro da Educação. Baldaque solicitou a reavaliação do Plano Aplicação no ano de 1967, a fim de prover recursos para viabilizar os Projetos em andamento, mas entre as reivindicações do Diretor Executivo destacaram-se as precárias condições de trabalho, diante, da falta de mesas para os funcionários, máquinas de escrever, de somar, mimeógrafos, arquivos e demais equipamentos indispensáveis ao desenvolvimento do Programa. O programa também contava com um número restrito de recursos humanos para atender ao expediente e a demanda do serviço.

Julgamos oportuno ressaltar nesta oportunidade, que a COLTED, pelas suas origens e condições peculiares de funcionamento, foge aos princípios inerentes à natureza dos órgãos públicos, devendo assemelhar principalmente a velocidade que tem, obrigatoriamente, de imprimir à solução de seus problemas inclusive àquele de ordem técnica, relacionado com a seleção, distribuição, editoração, aquisição de livros, tradução, compra de direitos autorais, etc. Baldaque, 1967 (p.4 e 5) ...

Observou-se nos objetivos e nas falas do presidente da COLTED, a grandiosidade do Programa e o tom ufanista⁸⁵, já referido no capítulo anterior. O desenvolvimento das atividades do Programa mostrou que tornar disponível cerca de 51 milhões de livros aos estudantes brasileiros no período de três anos, implicou viabilizar uma estrutura além das expectativas da Comissão, haja vista, os problemas apontados no documento, intitulado “Visão geral dos problemas da COLTED”, produzido na II Semana de Estudos (1968). Esse documento analisou a primeira etapa do Programa, naquele momento, já concluída. Entre os problemas foi considerado a comunicação deficiente entre as orientações da COLTED e os professores, falha impossibilitou a seleção adequada do livro-texto, também por “defeitos na burocracia administrativa” (p.1). Foi detectado que na primeira fase das atividades da COLTED não foram estabelecidos critérios adequados para seleção dos livros, entretanto, concluiu-se que o programa tinha a previsão de colocar nas mãos dos alunos - livros, por meio de grandes tiragens, com base na indicação dos próprios professores. Mas os dados mostraram que esta, nesta etapa não foi estruturada de modo a efetivar esse objetivo.

Os avaliadores⁸⁶ questionaram a forma pela qual a COLTED pretendeu desempenhar a tarefa de levar livros de qualidade aos estudantes brasileiros: “Indicação sobre que bases? Sob que critérios? Os da rotina, ou de outros interesses que não sejam os de melhor técnica e elevação do nível da produção dos livros escolares?” De acordo com as conclusões do documento de avaliação todo o trabalho da COLTED ficaria perdido, pois se estabeleceria um “circulo vicioso: livros maus, ou de menor qualidade, dando origem a grandes tiragens... E as maiores tiragens serão sempre de livros de leitura básica, ou simplesmente “séries de leitura” de classe” [...] (p.2).

⁸⁵ Segundo Neto, as mudanças e reformas promovidas na educação a partir de 1964, surgem como uma aposta tecnicista na modernização já marcada pela mundialização do mercado, como também, uma aposta na criação de uma imagem de Brasil potência, dotado de potencialidades à espera de competências técnicas para desenvolvê-las. *Educação no Brasil: História*, NETO, Francisco Jose da S. Lobo, IN: Política e Cultura; Ana Maria Magaldi, Claudia Alves, José Gondra (orgs.), Bragança Paulista, EDUSP, 2003, p.556.

⁸⁶ “Visão geral dos problemas da COLTED”, II Semana de Estudos (1968)

Foi sugerido no documento, “Visão geral dos Problemas da COLTED” (1968), que a seleção dos livros deveria ser analisada de forma criteriosa e que devido à relevância do assunto, não podia ser defendida em reuniões de curta duração, como as da Semana de Estudo COLTED. As recomendações deviam ser consideradas como subsídio para uma análise mais ampla e profunda dos problemas. Sendo necessário, portanto, “que essa entidade encomende a uma comissão de seus próprios técnicos, ou estranhos a ela, um pequeno guia de orientação escrito em linguagem acessível, a fim de que eles se tornem mais habilidosos a julgar tanto os livros de leitura, como os compêndios.” (p.3).

As Comissões Estaduais de Avaliação instituídas pela COLTED foram responsáveis pela a seleção de livros. Tais Comissões foram implantadas durante o ano de 1968⁸⁷. Portanto, supõe-se que o projeto de seleção de livros foi prejudicado pela falta de orientação aos professores, a não determinação de critérios de escolha dos livros e a precária estrutura administrativa, durante o ano de 1967 e parte de 1968.

As limitações apontadas neste item colaboraram para atrasos e desencontros no Programa.

3.3 A COLTED em questão

Os participantes da II Semana de Estudo promovida pela COLTED utilizaram a oportunidade que lhes foi dada para se manifestarem, a fim de esclarecer dúvidas sobre o Programa diretamente com o seu Diretor Executivo, Ruy Baldaque. Nessa perspectiva, após o pronunciamento do Diretor Executivo, em 5/03/1968, o plenário foi colocado à disposição dos presentes que não hesitaram em sabatar o Diretor. Dentre algumas manifestações são destacadas as que se seguem.

A professora Laura Russo indagou sobre a viabilização do objetivo primeiro do Programa de colocar livros diretamente em mãos de estudantes, e não apenas em simples bibliotecas. Baldaque respondeu que os livros seriam distribuídos em breve, ainda, no

⁸⁷ Conferência proferida pelo Diretor Executivo da COLTED, na II Semana de Estudos, em 05/03/1968, p.5.

corrente ano, 1968. Ficou a cargo das Comissões Estaduais de Avaliação a atribuição de levar o livro ao seu destinatário, o aluno.

O professor Samuel Pfrom Neto estava interessado em saber sobre a escolha da política do livro, indagou se o livro seria único. Ruy Baldaque esclareceu que a COLTED era radicalmente contra o livro único, e que as Comissões de Avaliação dos estados também se empenhariam por mais essa atribuição, decidir sobre a escolha dos títulos a serem comprados de acordo com as diferenças de cada região. As comissões estaduais deviam, também observar o aspecto econômico das tiragens de livros. Pode-se considerar a opção pelo livro diversificado um aspecto positivo do Programa.

As perguntas sobre o desenvolvimento do Programa continuaram a ser realizadas demonstrando que já decorridos mais de um ano da instituição da COLTED, ainda havia muitos pontos a serem esclarecidos.

A professora Lúcia Marques Pinheiro, estava interessada na escolha dos livros e indagou: “até que ponto a Comissão” pode interferir ou modificar a escolha quando feita por professores despreparados; se a Comissão Nacional de Avaliação julgava o livro pelo seu valor intrínseco ou pelos resultados obtidos com sua utilização, esclarecendo que há livros tão bons que estão acima do nível do professor, não os utilizando por falta de conhecimento. A resposta foi de que ficava sob a responsabilidade da Comissão de Seleção, avaliação de todos os aspectos para se obter um bom livro, inclusive o gráfico, o técnico e o econômico. O aspecto pedagógico não foi mencionado por Baldaque. Foi enaltecido o mérito da COLTED em poder fornecer ao aluno e ao professor, o livro que melhor os atendesse.

O professor João Jesus de S. Pupo, referiu-se ao problema do custo dos livros, especialmente no que diz respeito ao ensino médio e superior. Através das grandes tiragens o custo dos livros, automaticamente, seria reduzido pelos editores. Observou-se que a direção executiva atribuiu ao projeto grande tiragens a responsabilidade pela engrenagem do Programa, pois somente, por meio desse projeto e de uma distribuição eficiente o Programa poderia atingir o seu objetivo.

A professora Jandira Ávila do estado de Santa Catarina conclui o ciclo de perguntas com uma observação e um questionamento. A professora relatou que no seu estado havia um grande desinteresse, por parte dos seus colegas de profissão pelos assuntos discutidos naquela Semana de Estudos, no que se refere a questão do livro. A professora enfatizou a necessidade de a COLTED mudar este quadro, por meio de seminários para os integrantes das Comissões Estaduais de Avaliação, para o melhor preparo das equipes. Perguntou se a escolha dos membros das Comissões Estaduais era feita em bases políticas. Ruy Baldaque respondeu que a COLTED era um organismo técnico, que desejava cumprir os seus objetivos. A seleção era realizada a partir do exame do curriculum vitae dos representantes nos estados.

As perguntas dirigidas ao Diretor Executivo da COLTED apesar do tom justificador das respostas indicavam que era necessário equacionar também os problemas na seleção, na divulgação e na distribuição dos livros para executar os seus projetos com o mínimo de atrasos e prejuízos.

O encontro da direção executiva com os professores, na II Semana de Estudos (1968) possibilitou a revelação de dúvidas sobre o Programa e denunciou o quanto a COLTED precisava melhorar o seu canal de divulgação.

Vale ressaltar, que a direção executiva da COLTED em outro documento (1968) ao Ministro da Educação demonstrou a insatisfação sobre o custo dos livros. Segundo Baldaque, o fato da COLTED efetuar compras em quantidade maciça, regularmente pagando a vista, proporcionava estímulo a atividade editorial. “Seria, assim, de esperar que ampliação tão considerável da demanda, em um campo relativamente restrito, já tivesse produzido os seus frutos por uma redução significativa nos preços do produto, tornando a mercadoria acessível ao maior numero possível de escolares.” (p.1 e2). O Diretor Executivo enfatizou que apesar do mercado que se abriu com a COLTED os preços continuaram elevados por muito tempo ainda. Este fato constituía-se em obstáculo para o Programa cumprir o seu objetivo de difundir a cultura, por meio dos livros. Não só o processo inflacionário era o vilão por preços altos, foram atribuídos tais preços a expectativa de maiores lucros, por uma categoria reduzida de editores fortes que controlavam o mercado editorial, uma vez que as demais empresas desse setor eram inexpressivas e não ofereciam condições de concorrer com as demais. Foi

levada ao Ministro da Educação a questão do custo do livro como sendo um ponto de “estrangulamento” no cumprimento dos objetivos do Programa.

Segundo Romanelli (2003) os acordos MEC/USAID, exerceram influência sobre o conteúdo geral do ensino, por meio, do controle de publicações e distribuição de livros técnicos e didáticos.

Na documentação analisada o INEP entra em cena novamente no ano de 1969. Neste ano o Coronel Ary Leonardo Pereira, Diretor Executivo da COLTED solicitou em caráter de urgência informações acerca dos princípios filosóficos adotados na elaboração do manual do curso de treinamento de professores – *O Livro Didático e sua utilização em classe*, organizado no INEP pela professora Elza Nascimento Alves. De acordo com o Diretor Executivo o livro continha base socialista radical, materialista. Tais bases contrariavam os princípios democráticos, explicitados na Constituição Brasileira (1967).

Segundo o Diretor Executivo da COLTED:

Parece, outrossim, oportuno perguntar por que um trabalho destinado a orientar o emprego de livros didáticos assume a grave responsabilidade de fixar, para professores, bases filosóficas da educação? E mesmo o fazendo, porque não se limitou aos fundamentos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Nº 4.024 de 20/12/1961), expostos no seu Art. 1º? Isto porque, se os fundamentos dessa lei ignoram as implicações filosóficas do Preâmbulo da Constituição 1946, não autorizam, contudo, a subordinação da educação apenas aos interesses da sociedade, com rebaixamento do indivíduo, e não afirmam a crença apenas em valores passageiros (materialismo). Pregação ideológica? (BRASIL, Ministério da Educação e Cultura - COLTED, 1967, p.1) (grifo do autor)

O Diretor Executivo da COLTED foi enfático ao apresentar argumentos, refutando a base socialista-radical do livro e tomou por base outras publicações do MEC, editadas em épocas, considerada por ele como “tristes para a nação”, a exemplo, da obra *História Nova do Brasil*” de autoria de Nelson Werneck Sodré.

Elza Nascimento no documento resposta, de 27 de junho de 1969, à direção executiva da COLTED, acusou o recebimento do ofício, contendo observações sobre os conceitos filosóficos do Manual “*O Livro Didático: sua utilização em classe*” e fez

considerações acerca do documento. A professora atentou para o fato, de que a denúncia não tinha assinatura da autoridade competente e comentou o fato da Direção Executiva ter encaminhado uma acusação anônima⁸⁸. A autora observou, ainda que ao analisarem o Manual *O Livro Didático Sua Utilização em Classe* foi ignorada a totalidade da obra, sendo selecionados trechos estanques, restringido a parte relativa a princípios gerais de responsabilidade da mesma e afirmou com veemência que os trechos apontados na obra como sendo de conteúdo de base radical-socialista não constavam da referida publicação, constituindo-se em mera interpretação do autor.

Quanto ao conceito de educação explicitado na obra *O Livro Didático Sua Utilização em Classe*, Nascimento argumenta que, a educação se refere ao processo social pelo quais os indivíduos adquirem os modos, crenças e padrões de sua sociedade. Como a sociedade é algo dinâmico que muda, se transforma e evolui, não é possível pensar em conservadorismo educacional, pois os modos, crenças, conhecimentos e padrões estão sujeitos ao mesmo dinamismo.

A autora acrescentou que “não há nestes, textos nem nos demais parágrafos do manual, nenhum conteúdo expresso ou latente que pudesse levar o autor a tais interpretações, que ele apresenta como agravante de tentar confundi-la com afirmação por nós emitidas”. (p.2) A professora esclarece que mesmo isolado do contexto geral que explica, limita e define, o conceito acima expresso é fundamentalmente diverso do apresentado pelo autor do documento denúncia.

Concluiu a professora que ao censor carece de informações sobre a “perspectiva do desenvolvimento das teorias pedagógicas, tendendo ele para uma visão redutivista do fenômeno educacional.” [...] “Em lógica qualquer interferência é válida quando justificada pelas evidências apresentadas em seu apoio. Por sua vez é verdade quando exprime os fatos como eles são.” O autor do “documento crítico” expedido pela direção executiva da COLTED, segundo Nascimento, não se enquadrou em nenhuma das condições,” não sendo, por isso nem válido nem verdadeiro.” (p. 10).

⁸⁸ Análise do *O Livro Didático Sua Utilização em Classe*, reservado e urgente do MEC – COLTED, junho de 1969 encaminhada em anexo.

Em resposta ao Coronel Ary Leonardo Pereira que solicitou o envio de outras obras de autoria da professora e de seus colaboradores nos trabalhos realizados para a COLTED. Nascimento, respondeu que não possui nenhum outro trabalho de sua autoria sobre os Princípios Filosóficos da Educação.

Não foram encontrados nos documentos analisados registros de resposta à professora Elza Nascimento ou sanção ao seu livro.

3.4 Impasse SNEL e a COLTED

Na Reunião do Colegiado da COLTED de 05/08/1968⁸⁹, Candido Guinle Paula Machado, quanto a dificuldade de cumprir os prazos estabelecidos pelo Programa, devido ao volume de trabalho, e ao comprometimento da agenda dos editores nesse período do ano. Supõe-se que o presidente do SNEL estava se referindo à terceira etapa do programa que concentrou várias atividades, entre elas, a edição dos livros em grandes tiragens que foi prevista para o período de 31/07/ a 30/11/ 1968.

O Presidente do SNEL reivindicou da COLTED o atendimento aos itens do Convênio que recomendava que a venda de livros fosse feita pela iniciativa privada, por meio da rede comercial de livrarias. A COLTED não vinha considerando a esta recomendação.

O SNEL sugeriu que a distribuição das verbas destinadas à aquisição de livros, fosse feita diretamente às diretorias das escolas. Tal sugestão obteve recusa imediata do grupo, sob a alegação das dificuldades que teria a COLTED de controlar os planos de aplicação de cada uma das dez mil unidades escolares.

O Presidente do SNEL perguntou se a COLTED atenderia realmente a seleção de livros pelos professores ou se ela se “arvoraria em determinar que livros as escolas receberiam”. (Ata da reunião do Colegiado da COLTED, 5/08/1968, p2). O Diretor-Executivo

⁸⁹ Presentes a reunião de 05/08/1968: o Presidente da COLTED e também Secretario Executivo do MEC, Ruy Baldaque, Diretor Executivo da COLTED, Candido Guinle Paula Machado, Presidente do Sindicato Nacional dos Editores de Livro (SNEL), representantes do Ensino Superior, Industrial, Comercial, Secundário, representante do Instituto Nacional do Livro (INL) e do INEP e a Diretora do programa de Publicações Didáticas da USAID, Miss Alice Palmer.

declarou que a orientação da COLTED se voltava para a pesquisa junto às escolas sobre as obras desejadas e por meio da Comissão Nacional de Avaliação e das Comissões Estaduais de Avaliação, o livro poderia ser rejeitado ou não, caso da indicação do livro ser julgada inadequada.

Em outra reunião, 09/08 no mesmo ano, o SNEL retomou a questão do orçamento para as escolas do Rio de Janeiro, São Paulo e de Belo Horizonte, sugerindo que as mesmas administrassem a compra dos livros. O Presidente do Sindicato leu um documento onde expressou a sua oposição ao sistema de distribuição adotado que desconsiderava a rede comercial. O Diretor-Executivo da COLTED mais uma vez foi terminantemente contrário, a tal esquema reforçando a posição já estabelecida na reunião do dia 5/08/1968. Nessa reunião, o SNEL foi voto vencido, na questão referente ao sistema de distribuição dos livros. O Presidente do Sindicato leu um documento onde expressou a sua oposição ao sistema de distribuição adotado que desconsiderava a rede comercial.

3.5 Alguns depoimentos

Em depoimento por escrito obtido em 2006, do Prof. Arnaldo Niskier, este apontou alguns aspectos significativos na atuação da COLTED. Foi percebido no seu discurso um sentimento de decepção de sua parte diante dos problemas que foram verificados. É importante esclarecer que Niskier, segundo suas declarações e verificado na própria documentação do MEC (II Semana de Estudos) pertenceu aos quadros da COLTED nos seus dois primeiros anos como coordenador de cursos e seminários, durante a gestão de Rui Baldaque. Niskier declarou que muitas reuniões foram realizadas para orientar os professores e destacou o montante surpreendente de 58 milhões de dólares destinados à compra de livros didáticos. Exaltou o pioneirismo da COLTED, sua organização e o reconhecimento da necessidade de treinar previamente os professores, onde ele atuava.

Num tom menos saudosista e demonstrando decepção, Niskier lembrou que com a saída da Alice Palmer⁹⁰ do Programa, os livros passaram a ser “largados nas salas de aula”, sem qualquer treinamento prévio aos professores. Para Niskier, “isso foi péssimo para a

⁹⁰ Representante da USAID no Brasil.

Educação porque sobraram livros, ou não eram distribuídos e/ou ainda se perdiam em expedições amazônicas”. Totalmente sem controle, “uma lástima”.

Para Niskier, houve um grande “engodo” quando o Programa determinou que os professores através das suas Secretarias de Educação, por intermédio das Coordenadorias do Livro Didático, escolhessem os livros: Niskier destacou as dificuldades para se fazer chegar o livro a todos os professores. Exemplifica com o fato de que o MEC mandava rodar 250 mil guias para a escolha do livro didático a ser enviado aos docentes e o Brasil já tinha 1 milhão de professores. Outro problema apontado por Niskier foi o “livro imposto” por interesse das grandes editoras que faziam propagandas agressivas dos seus lançamentos, neutralizando assim as gráficas de porte médio ou pequeno.

Quando perguntado sobre o desempenho do INEP, Arnaldo Niskier ressaltou que o Instituto estava voltado, na época, para outras preocupações, editava sua revista, censurava autores à vontade e não se metia na problemática do livro.

Vale destacar, que ao contrário do depoimento enfático de Niskier com relação a não participação do INEP no programa da COLTED, nos vários documentos consultados, foi observado a presença assídua do INEP, por meio do seu diretor ou técnicos. Há registros da participação do INEP em diferentes atividades do Programa. A professora Elza Nascimento, já citada nesse capítulo, entre outros técnicos colaboraram na elaboração de materiais para os cursos e os seminários. O diretor desse Instituto constava entre os presentes às sessão de instalação das Semanas de Estudos da COLTED e era membro nato do colegiado da Comissão. Supõe-se que diante das fontes consultadas que a participação do INEP não tenha sido tão inexpressiva como afirma Niskier, entretanto a documentação reunida para investigação não permitiu visualizar a participação do INEP de modo mais completo.

Em entrevista no dia 14/03/06, o General Propício Alves, que acumulou as funções de Vice-Presidente do Sindicato Nacional dos Editores de Livros (SNEL) e de Presidente da Editora ao Livro Técnico, falou da inovação que a COLTED representou e comentou sobre a incipiente indústria editorial nacional que havia no país quando da implantação dessa Comissão. O General como era e, é tratado na atualidade, enfatizou que quando assumiu a direção da Editora e do Sindicato, já pertencia ao quadro de reserva do Exército desde o ano

de 1958. Ressaltou que não foi militar de tropa, mas sim um professor do Instituto Militar de Engenharia - IME, daí a sua intimidade com os livros técnicos.

Os cargos que ocupou o General Propício credenciaram a participar diretamente do desenvolvimento da COLTED, desde a sua implantação. Foi um ativo representante do seu Sindicato, estava presente em várias reuniões da COLTED, nos documentos consultados foram encontrados registros da sua presença e falas.

Quando entrevistado o Gal. Propício destacou que os editores ficaram incentivados pelo mercado certo que o Programa proporcionou aos mesmos. As editoras contavam com o seu maior cliente o governo (MEC). Comentou também que as verbas vindas do EUA, foram significativas, “muito dinheiro foi injetado no Programa”.

Em seu depoimento, o Gal. Propício, contou com segurança, que o MEC não tinha estrutura física e tão pouco recursos humanos para enfrentar o Programa proposto; as orientações da COLTED esbarravam nas Secretarias Regionais e lembrou das dificuldades na distribuição dos livros: “teve-se notícia de livros transportados em lombo de burro”.

No entanto, para o Gal. Propício, o Programa deslanchou, foi um “*Boom*” na Indústria Editorial. Todos os editores tinham interesse naquele mercado. Havia, segundo ele, uma lista de livros baseada nos catálogos das grandes editoras. Mas, ele sempre opinava sobre o conteúdo da lista. O Sindicato prezava pela qualidade dos livros, tanto no que se refere a parte gráfica, quanto o conteúdo. Para o Gal. Propício, o Programa melhorou com a assessoria do INL.⁹¹

Outra consideração relevante sobre o Programa, na interpretação do Gal. Propício é que não houve interferência da USAID ou de qualquer agência americana no Programa, no sentido de impor idéias. “Miss Palmer, estava presente na maioria das reuniões do Sindicato, mas não interferia”. “Foi Miss Palmer que começou com todo esse movimento da indústria editorial”. Em tom de satisfação, o ex-representante do SNEL, contou que “antes mesmo de

⁹¹ De acordo com as recomendações da I Semana de estudos, maio de 1967, o Instituto Nacional do Livro – INL passou a ser aproveitado como um dos Centros de Distribuição, devendo para isso ser fortalecido com recursos capazes de modernizar o seu aparelhamento e a sua organização, como distribuidor.

ser criada a COLTED, Miss Palmer, fez contato com o Sindicato para firmar o Convênio SNEL/USAID. O MEC entrou depois e criou a COLTED, para viabilizar o Convênio”. Ao falar da COLTED, não demonstrou a mesma satisfação, ao contrário, enfatizou pontos negativos da Comissão, desde primeiro ano de sua existência. Nas palavras do ex-vice presidente do SNEL, a COLTED não foi o sucesso esperado. A distribuição dos livros era o nó do Programa, muitos livros nunca chegaram ao seu destino, muitas caixas ficavam fechadas nas Secretarias dos Estados. O Convênio dos americanos com o SNEL esse sim foi, uma coisa muito boa para as editoras.

Os depoimentos obtidos sobre a execução da COLTED indicaram que as ações resultaram, principalmente, no fortalecimento e expansão da indústria do livro. O aperfeiçoamento do sistema de distribuição para que o livro chegasse a todo o território nacional, a reativação da rede de bibliotecas escolares existentes, para que os livros se tornassem disponíveis a professores e alunos, parece que não foram efetivados de acordo com os objetivos determinados pelo Programa.

Observou-se no depoimento do Gal. Propicio certa, sublimação, da presença dos americanos no contexto do acordo MEC/SNEL/USAID. Os Relatórios do MEC apresentaram orientações e participações efetivas dos consultores norte-americanos observado no capítulo anterior deste estudo. Supõe-se que a posição do representante do SNEL pode ser interpretada, a partir da transferência educacional, presente no contexto da ajuda externa que sugere a necessidade dessa interferência que acaba por ser naturalizada.

Uma das grandes contribuições da COLTED, segundo os seus organizadores, foi o Programa de distribuição de Bibliotecas, embora a distribuição de livros para o universo de alunos brasileiros, não tenha cumprido todas as suas metas. A COLTED nas palavras dos seus organizadores orgulhava-se do seu pioneirismo e do seu gigantismo.

Uma das grandes contribuições da COLTED é a distribuição, às escolas de todo o Brasil, de um conjunto de 352 livros didáticos, técnicos, dicionários, livros de história, Atlas, etc., acondicionados em caixas que servem de estantes para os mesmos. Tais estantes e livros formam as Bibliotecas COLTED, para uso de mestres e alunos. As Bibliotecas COLTED foram distribuídas a mais de 25 mil escolas primárias de todo o Brasil, indicadas pelas Secretarias de Educação dos Estados e Territórios. A distribuição dessas bibliotecas e a realização de cursos, palestras e reuniões em vários pontos do País estão facilitando o contacto dos professores com grande número de livros didáticos, ajudando-os a escolher os livros adequados para o ensino. (Brasil, Ministério da Educação e Cultura, COLTED, *Manual de Instrução Programada para Professores Primários*, livro. N° 2, Rio de Janeiro, 1969).

Considerações Finais

Ao chegar ao final deste estudo, a sensação de que os arquivos não foram esgotados me acompanha. Os documentos encontrados permitem novos olhares, talvez, por isso, sinto que o sentimento de continuidade é maior do que o de finalização.

O estudo teve como ponto de partida as minhas inquietações de professora do ensino fundamental, no período em que era responsável pela pequena Sala de Leitura da Escola Municipal Churchill e quando, entrei em contato com os vestígios do que foi a Biblioteca da COLTED. Senti a necessidade de investigar. Tais investigações ganharam *status* de pesquisa no curso de pós-graduação que comecei, no ano 2004.

O estudo envolveu muitas idas e vindas à Biblioteca Nacional, à Biblioteca Anísio Teixeira da UFRJ, à sede do MEC no Rio de Janeiro, à Biblioteca do Itamaraty, também no Rio de Janeiro, à Biblioteca da UERJ e da UFF, à Escola Municipal Churchill e ao Colégio de Aplicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, em busca de fontes sobre o Programa de Livros da COLTED. Diante dos poucos dados obtidos, tais buscas, nem sempre foram contempladas com o êxito esperado. Mas após o contato telefônico com o Centro de Informações e Biblioteca em Educação (Cibec) INEP, com sede em Brasília, o acesso a variados documentos do Programa do Livro técnico e do Livro Didático, foi viabilizado e dados disponíveis possibilitaram a ampliação do estudo. Favorecido, assim, ficou o encontro da pesquisa com as questões iniciais levantadas neste trabalho. Contribuições que alavancaram a pesquisa, o que favoreceu a melhor interpretação de outras questões relativas à política do livro didático no país.

Diante daquelas fontes, recém chegadas do Cibec-INEP, deparei-me com o desafio de selecionar, entre decretos, ofícios, relatórios, atas, recomendações de consultores, artigos, livros, palestras e outros aqueles documentos que se aplicariam ao estudo. A intenção da escolha dos documentos, embora estivesse determinada por certa objetividade, foi envolvida

por significativa dose de subjetividade. Procurei seguir o bom senso, inspirando-me em Bourdieu (1989) ao referir à seleção de técnicas para a pesquisa quando sugere que devemos tentar “mobilizar todas as técnicas que, dada a definição do objeto, possam parecer pertinentes e que, dadas as condições práticas de recolha dos dados, são praticamente utilizáveis.” (p.26). Tal orientação conduziu a seleção dos documentos de modo a fazê-lo mais abrangente possível

Decorridos 40 anos da implantação da COLTED, as marcas dessa história resistiram na memória de alguns dos seus representantes. Tais marcas presentes nos depoimentos orais recentes revelaram momentos cotidianos da época.

A metodologia utilizada propiciou condições para interpretar a COLTED. Do cruzamento dos registros do MEC com os depoimentos, foram realizadas algumas relações entre a política do livro didático instituída e o contexto histórico (nacional – internacional) e situações cotidianas apresentadas, baseadas na oposição e impasses produzidos entre o Convênio MEC/SENL/USAID. Tal circunstância me levou a problematizar a instituição da COLTED no panorama da educação nacional, a partir do contexto da ajuda externa pelas agências internacionais, que foi intensificado no país, no contexto histórico dos anos 60 do século XX. Para esta análise, busquei interpretações recentes sobre a conjuntura interna do país no período em que os militares assumiram o poder (1964) em consonância com o panorama da Guerra Fria, com destaque para a bipolarização do mundo.

O estudo teve o propósito de descrever o Programa de Livro Técnico e Didático, no período de 1966 a 1971, quando o Brasil era governado pelos militares e os americanos “salvaguardavam” a América Latina da ameaça comunista.

A existência da COLTED no panorama educacional brasileiro não foi um fenômeno isolado, constamos com Romanelli (2003) que os acordos com a USAID abrangeram todos os níveis da educação nacional. Assim como a transferência educacional, a partir da assessoria efetiva dos estrangeiros (vale dizer americanos), em meados dos anos 50 do século XX

constituiu o PABAE que apresentou uma estrutura de treinamento de professores organizada com produção de material didático, orientada sob a perspectiva tecnicista. Observamos que na COLTED não foi diferente, a implantação de treinamentos para professores primários, em molde tecnicista, foi a estratégia eleita para levar o Programa em todo território nacional.

Esse estudo procurou não só explicitar a organização interna da COLTED como também verificar as relações no contexto político em que o Programa estava inserido. A primeira preocupação, portanto, foi observar a dimensão histórica externa e interna. Para isso foi necessário, no primeiro capítulo, considerar a Guerra Fria sob a perspectiva da defesa, da intervenção, da segurança nacional e dos aspectos ideológicos que praticamente reorientaram o mundo após a Segunda Grande Guerra e que se estendeu até a queda do muro de Berlim. Consta-se nesse período que o mundo assistiu a momentos de extrema tensão devido a bipolarização, por vezes “suavizados” por armistícios e programas de ajuda externa que se manifestaram de diferentes maneiras, a exemplo, dos Acordos MEC/USAID. Na análise de Munhoz (2004) verificamos que a Guerra Fria interferiu no cotidiano das pessoas comuns. Os países que passavam por processos revolucionários foram sensivelmente atingidos pelos efeitos da guerra que podiam ser sentidos nas alianças com os blocos, fosse de orientação socialista ou capitalista.

Foi necessário recorrer a algumas questões referentes ao governo militar, na qual selecionamos a análise de Germano (2005), com destaque para o discurso do Estado Militar, em prol da educação escolar. O autor mostrou o conflito entre discurso e ações devido a alguns impedimentos característicos do sistema educacional. Tais impedimentos oscilaram entre problemas de ordem material, e quando dispunha de recursos a forma como os esses recursos eram aplicados pelo Estado que acabava por priorizar setores vinculados à acumulação de capital em detrimento da educação. Germano ajudou-nos a observar que a prioridade real do Estado consistia na prática da acumulação.

Vimos também que o Estado Militar não prescindiu do controle ideológico do sistema educacional e, para tanto, não poupou da repressão professores e alunos que não se enquadravam nas diretrizes daquele regime. O governo também contribuiu para a inserção do

sistema educacional em uma educação de acordo com o modelo liberal, responsável pela formação do capital humano. A hegemonia do grupo favorável ao interesse capitalista, foi facilitada no governo militar, ao propiciar o processo de modernização a partir do modelo de desenvolvimento proposto pela Aliança para o Progresso, que se intensificou após a Revolução Cubana (1959), quando a “paranóia” norte-americana com relação ao comunismo atingiu o ponto máximo, no continente americano.

“Abrindo arquivos, desvendando a COLTED”, trata da descrição de momentos que julgamos ser os mais significativos do Programa de Livros. Vale aqui a ressalva que a aparente pretensão do título não se traduz em certezas inabaladas e rígidas⁹² e, tão pouco, na possibilidade de desvendar a totalidade do Programa, mas no encontro com fontes tão específicas, e até certo ponto de difícil acesso, que o exame das mesmas permitiu a realização deste estudo. Uma vez que sem este material, abordar parte da história da Comissão do Livro seria praticamente inviável. Pudemos conferir a estrutura do Programa e observar que o modelo educacional refletia o modelo político-econômico do país e, a despeito das propostas pedagógicas, as políticas públicas se sobrepõem principalmente em se tratando de governos ditatoriais. A determinação da criação e da extinção da COLTED no MEC, por decretos presidenciais, pode configurar um exemplo das políticas públicas.

A necessidade de aumentar o número de livros para tornar o Brasil uma “grande potência”, e ser igualado aos países desenvolvidos, conduziu o “gigantismo” do Programa da COLTED. O Programa visou atingir grandes tiragens em edições de livros, pois dentro daquela lógica o número de leitores aumentaria, por meio da distribuição de livros de norte a sul do país e conseqüentemente diminuiria o número de analfabetos. Todas essas metas demandaram ações grandiosas como também, obstáculos na mesma proporção. É nesse contexto que Romanelli (2003) ajudou-nos a compreender que a assinatura dos convênios entre o MEC/USAID: o país “entregou a reorganização do sistema educacional aos técnicos

⁹² [...]a pesquisa é coisa demasiado seria e demasiado difícil para se poder tomar a liberdade de confundir a rigidez, que é o contrário da inteligência e da invenção, com o rigor, e se ficar privado deste ou daquele recurso entre os vários que podem ser oferecidos pelo conjunto das tradições intelectuais da disciplina - e das disciplinas [...] Apetecia-me dizer: “É proibido proibir” ou “Livrai-vos dos cães de guarda metodológicos”. Evidentemente, a liberdade extrema que eu prego, e que me parece ser de bom senso, tem como contrapartida uma extrema vigilância das condições de utilização das técnicas, da sua adequação ao problema posto e as condições do seu emprego. BOURDIEU, Pierre. *Sobre o Poder Simbólico*, Editora Bertrand, Rio de Janeiro, 1989, p.26.

americanos AID.” (p.197) O Convênio MEC/SNEL/USAID era parte integrante do “pacote” proposto pela AID.

Neste momento, verificamos a opção do governo instaurado em 1964. Foi por um modelo de investimento em educação a fim de minimizar a crise do sistema educacional, voltada para a orientação dos técnicos da USAID, em detrimento de outras propostas que contrariavam a ideologia daquele governo. Assim, foram abortadas campanhas e projetos localizados, como a Campanha de Pé no Chão se Aprende a Ler, entre outras formas de erradicar o analfabetismo, apontados por Góes e Cunha (1985).

O Programa de livros mostrou-se complexo, apesar do otimismo dos gestores nas suas falas e depoimentos. Observamos que a indústria do livro foi beneficiada em todas as suas etapas do papel, da matéria prima para a impressão do livro a comercialização. Foi identificado que a COLTED acelerou o precário mercado editorial brasileiro. Entretanto, o mesmo êxito julga-se que não foi observado na distribuição das Bibliotecas COLTED e também não foram encontrados dados acerca da redução da taxa de analfabetos em função do Programa de Livros. De acordo com os dados fornecidos pela UNESCO, apontados no “Manual do curso de Professores Primários”, o país necessitava expandir a sua tímida tiragem de livros, de acordo com esta lógica, em se aumentando a quantidade e a qualidade de livros no país, diminuiria o índice de analfabetos. A linearidade desta lógica pode ser discutida.

Ao cruzar informações expressas nas opiniões, posições e críticas com os objetivos propostos pela Comissão, ocorreu-me que seria possível articular algumas considerações e relacionar perguntas e sugestões para outros estudos.

A COLTED teve dificuldades de atingir todo o território nacional. Problemas na implantação, que foram avaliadas no decorrer do Programa, apontaram para esta possibilidade. É possível afirmar que a seleção e a distribuição apresentaram o grande obstáculo da Comissão, o que levou a modificação no Plano de Aplicação, adiando o projeto “Grandes Tiragens” e, conseqüentemente, provocou atraso no cronograma do Programa.

Os americanos marcaram presença no sistema educacional brasileiro, por meio do financiamento o Convênio entre a MEC/SNEL/USAID e da assessoria técnica, uma vez que as recomendações dos seus técnicos foram notórias no desenvolvimento da COLTED. Os militares controlaram o sistema educacional brasileiro e a censura se manifestou na confecção do material dos cursos dirigidos aos professores primários.

Observou-se que as Bibliotecas COLTED, criadas para proporcionar às escolas em todo o Brasil uma amostra de livros de variados tipos em caráter experimental, parece ter sido o que mais expressou o Programa de distribuição de livros técnicos e didáticos. Isto devido ao cumprimento da primeira etapa do Programa em 1967, quando foram utilizados livros já publicados. O livro chegou parcialmente às mãos dos alunos. Os recursos significativos provenientes da USAID e do próprio governo brasileiro não significaram garantia de sucesso do Programa, outras variáveis, que não só econômicas, perpassam no caminho da inovação. Mas de certo, a COLTED favoreceu a indústria editorial.

Referências bibliográficas

- ARAPIRACA, José Oliveira. “A USAID e a Educação Brasileira”. Rio de Janeiro: FGV/IESAE, 1979. Dissertação de Mestrado.
- ALVES, Márcio Moreira. *O Beabá dos MEC/USAID*. Rio de Janeiro: Editora Gernasa, 1968.
- BANDEIRA, Moniz. *Presença dos Estados Unidos no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1973
- BERGER, Manfredo. *Educação e dependência*. São Paulo: Difel, 1976.
- Boletim Informativo Centro Regional de Pesquisas Educacionais João Pinheiro (INP-MEC)*, nº 79, maio e junho de 1968.
- BOURDIEU, Pierre. *Sobre o poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.
- BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. *Sessão de Instalação I Semana de Estudo COLTED*, 1967, Comissão de Títulos Novos.
- _____. Ministério da Educação e Cultura. *Sessão de Instalação I Semana de Estudo COLTED*, 1967, Recomendações Finais.
- _____. Ministério da Educação e Cultura. *Sessão de Instalação I Semana de Estudo COLTED*, 1967, Comissão de Nível Superior.
- _____. Ministério da Educação e Cultura. *Utilização da Biblioteca da COLTED*, 1967.
- _____. *Manual de Instrução Programada para Professores Primários: Como Utilizar o Livro Didático*. Rio de Janeiro: COLTED – Comissão do Livro Técnico, 1969.
- _____. Ministério da Educação e Cultura. *COLTED: como organizar sua biblioteca COLTED*. Rio de Janeiro, 1968.
- _____. Ministério da Educação e Cultura. *Sessão de Instalação II Semana de Estudo COLTED*, 1968.
- _____. Ministério da Educação e Cultura. *Sessão de Instalação I Semana de Estudo COLTED*, 1967, Comissão de Distribuição de livros.
- _____. Ministério da Educação e Cultura – Sessão de Instalação I Semana de Estudo COLTD, 1967, Comissão de Ensino Médio.

- _____. Ministério da Educação e Cultura. *Acordos, Contratos e Convênios*, 1967.
- _____. Ministério da Educação e Cultura. *Ata de Reunião Colegiado da COLTED*, 09/08 /1968.
- _____. Ministério da Educação e Cultura. *Ata de Reunião Colegiado da COLTED*, 05/08 /1968.
- _____. Ministério da Educação e Cultura. *Avaliação e Uso do Livros em Classes Documento Básico*, por Nair Fortes A. Bu-Merhy, 1968.
- _____. Ministério da Educação e Cultura. *Avaliação e Utilização do Livro Texto na Escola Primária*, s/d.
- _____. Ministério da Educação e Cultura. *C.B.P.E., Ofício n° 1.276*, de 22/09/1967.
- _____. Ministério da Educação e Cultura. *COLTED. Conferência Proferida pelo Diretor Executivo*, 05/03/1968.
- _____. Ministério da Educação e Cultura. *COLTED: Documento Básico: Método de Implantação do Programa da COLTED*, 1967.
- _____. Ministério da Educação e Cultura. *COLTED: Normas Internas de Serviços da COLTED*. Rio de Janeiro, 1969.
- _____. Ministério da Educação e Cultura. *COLTED: visão geral dos problemas*, 1968.
- _____. Ministério da Educação e Cultura. *Como Utilizar o Livro Didático*, por Elza Nascimento, 11/1968.
- _____. Ministério da Educação e Cultura. *Documento do Diretor Executivo da COLTED*, para Elza Nascimento, 1969.
- _____. Ministério da Educação e Cultura. *I Semana de Estudo Documento Básico*, 05/1967.
- _____. Ministério da Educação e Cultura. INP/DNE. *Livros para Bibliotecas das Escolas Primárias*, 1967.
- _____. Ministério da Educação e Cultura. Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP), Anuário Brasileiro de Educação 1965–1966. Rio de Janeiro, 1970, v. II.
- _____. Ministério da Educação e Cultura. *Livro Escolar e Livro Técnico*. Minuta do Decreto n° 58.653, de 16/07/1968.
- _____. Ministério da Educação e Cultura. *Livro para Aluno Aquisição*, 1969.

- _____. Ministério da Educação e Cultura. *Ofício 828*, de 29/07/1966, do Diretor do INEP para o Ministro da Educação.
- _____. Ministério da Educação e Cultura. *Livro para Aluno Aquisição*, 1969.
- _____. Ministério da Educação e Cultura. *Planejamento da Programação da COLDET*, 1970.
- _____. Ministério da Educação e Cultura. *Plano Piloto*, 1967.
- _____. Ministério da Educação e Cultura. *Relatório 1967, COLTED*.
- _____. Ministério da Educação e Cultura. *Relatório Direção Executiva*, 1968.
- _____. Ministério da Educação e Cultura. Relatório do Consultor da USAID, Kenneth T. Hurst, 04/05/1967.
- _____. Ministério da Educação e Cultura. *Relatório do Diretor Executivo COLTED*, 1968.
- _____. Ministério da Educação e Cultura. *Relatório do presidente da COLTED para o Ministro da Educação*, 09/08/1968.
- _____. Ministério da Educação e Cultura. *Relatório Financeiro*, 1968.
- CARNOY, Martin e LEVIN, Henry. *Escola e trabalho*. São Paulo: Cortez Editora, 1987.
- CARVALHO, Delgado de . *Relações internacionais: nível superior*. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 1978.
- CHOMSKY, Noam. *Contendo a democracia*. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2003.
- CUNHA, Luiz Antônio. *O golpe na educação*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.
- Curso de introdução às relações internacionais: problemas contemporâneos das relações internacionais*. 2 ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1983.
- Diário Oficial dos Estados Unidos do Brasil* 14/07/1966. Portaria de 13/03/1967.
- Diário Oficial dos Estados Unidos do Brasil*, 05/10/1966. Decreto 59.355, de 04/10/1966.
- Diário Oficial dos Estados Unidos do Brasil*, 14/03/1966. Portaria de 13/03/1967.
- Diário Oficial dos Estados Unidos do Brasil*, 19/07/1966. Decreto nº 58.653, de 16/06/1966.
- DREYFUS, René Armand. *A conquista do estado*. Petrópolis: Vozes, 1981.
- FAUSTO, Boris. *História geral da civilização brasileira*. São Paulo: DIFEL, 1986.

- FENELON, Déia Ribeiro. *A Guerra Fria*. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucilia (orgs.). *O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, v. IV.
- FREITAG, Bárbara. *O livro didático em questão*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1993.
- FRIGOTTO, Gaudêncio (org.). *Educação e crise do trabalho: perspectivas de final de século*. Petrópolis: Vozes, 1998. [Coleção Estudos Culturais em Educação.]
- FRIGOTTO, Gaudêncio. *Educação e a crise do capitalismo real*. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2003.
- GERMANO, José Wellington. *Estado militar e educação no Brasil (1964-1985)*. São Paulo: Cortez Editora, 2005.
- HALLEWELL, Laurence. *O livro no Brasil: sua história*. Tradução de Maria da Penha Villa Lobos e Lólio Lourenço de Oliveira. São Paulo: T. A. Queiroz/Ed. da Universidade de São Paulo, 1985.
- HOBBSAWM, Eric J. *Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991*. Tradução de Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- HOROWITZ, David (org.). *Revolução e repressão*. Rio de Janeiro: Zahar, 1969.
- HUBERMAN, A. M. *Como se realizam as mudanças em educação: subsídio para o estudo do problema da inovação*. São Paulo: Cultrix, 1973.
- JUNIOR, José Augusto Dias e ROUBICEK, Rafael. *Guerra Fria: a era do medo*. 2 ed. São Paulo: Ática, 2003.
- MAGALDI, Ana Maria et al. (orgs.). *Educação no Brasil: história, política e cultura*. Bragança Paulista: EDUSF, 2003.
- MAY, Ernest (org.). *Os debates da política exterior norte-americana*. Rio de Janeiro: Record, 1964.
- MOREIRA, Antonio Flavio Barbosa (org.). *Currículo: políticas e práticas*. Campinas: Papyrus, 1999. [Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico.]
- MOREIRA, Antonio Flavio Barbosa. *Currículos e programas no Brasil*. Campinas: Papyrus, 1990. [Coleção Magistério, Formação e Trabalho Pedagógico.]
- MORRAY, J. P. *Origens da guerra fria*. Rio de Janeiro: Zahar, 1961.

- PAIVA, Edil Vasconcellos de e PAIXÃO, Lea Pinheiro. *PABAAE (1956 – 1964): a americanização do ensino elementar no Brasil?* Niterói: EdUFF, 2002.
- RAMANELLI, Otaíza. *História da educação no Brasil (1930-1973)*. 28 ed. Petrópolis: Vozes, 2003.
- REIS, Daniel Aarão. *Ditadura militar, esquerdas e sociedade*. 2 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.
- Relatório da Comissão Conjunta da Associação Nacional de Educação e do Instituto Americano de Editores de Livro-Texto*. Diretrizes de Seleção do Livro-Texto, 1967.
- Secretaria Municipal de Educação. *Multieducação Núcleo Curricular Básico*. Rio de Janeiro, 1996.
- SILVA, Francisco Carlos Teixeira (org.). *O século sombrio: guerras e revoluções do século XX*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.
- SILVA, Jorge Graças de Alcântara. “Educação e Hegemonia: um estudo sobre os papéis desempenhados pela EPEM e pelo PREMEN, a partir da década de 60”. Rio de Janeiro: UFRJ, 1984. Dissertação de Mestrado.
- Sindicado Nacional dos Editores de Livros, Circular 29/68 de 19/07/68, Bibliografia COLTD, Nível Médio e Superior.
- SOUZA, Antonio Cícero. “Cinema e Política: o anticomunismo nos filmes sobre a guerra fria (1948-1969)”. Niterói: UFF, 2002. Tese de Doutorado.
- TOLEDO, Caio Navarro. *O governo Goulart e o golpe de 1964*. Brasília: Brasiliense, 1991.
- WENDZEL, Robert L. *Relações internacionais: o enfoque do formulador de políticas*. Tradução de João de Oliveira Dantas, Julio G. e Pantaleão S. de Barros. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1980. [Coleção Pensamento Político.]

Lista de Siglas

AI - Ato Institucional

ABCAR - Associação Brasileiro de Crédito Assistência Rural

AID - Agency for Internation Development

ANE - Associação Nacional de Educação

CA - Classe de Alfabetização

CALDEME - Campanha do Livro Didático e Manuais de Ensino

CBPE - Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais

Cibec - Centro de Informações e Bibliotecas em Educação

CIEP - Centros Integrados de Educação Pública

CILEME - Campanha Inquérito e Levantamentos do Ensino Médio e Elementar

CNLD - Comissão Nacional do Livro Didático

COLTED - Comissão do Livro Técnico e do Livro Didático

CONAC - Comissão Nacional de Avaliação

CRE - Coordenadoria de Educação do Rio de Janeiro

CREP - Centro de Referência da Educação Pública da Cidade do Rio de Janeiro

EDUSP - Editora da Universidade de São Paulo

EPEM - Equipe de Planejamento do Ensino Médio

EUA - Estados Unidos da América

FENAME – Fundação Nacional do Material Escolar

FOM - Fundação Otávio Mangabeira

IAELT - Instituto Americano de Editores de Livros-textos

Inep - Instituto de Estudos Pedagógicos

INL - Instituto Nacional do Livro

IPES - Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais

JK - Jucelino Kubitschek

MEB - Movimento de Educação de Base

MEC - Ministério da Educação e Cultura

MOBRAL - Movimento brasileiro de Alfabetização

NSC - National Security Council

ONU - Organização das Nações Unidas

PABAE – Programa de Assistência brasileiro-americana ao Ensino Elementar

PAMP - Programa de Aperfeiçoamento do Magistério Primário

PLID - Programa do Livro Didático

PREMEN – Programa Expansão e Melhoria do Ensino Médio

SME - Secretaria Municipal de Educação

SNEL – Sindicato Nacional dos Editores de Livro

SNI - Serviço Nacional de Informações

UERJ - Universidade do Estado do Rio de Janeiro

UFF - Universidade Federal Fluminense

UFRJ - Universidade do Federal do Rio de Janeiro

UnB - Universidade de Brasília

UNE - União Nacional dos Estudantes

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.

URSS - União das Repúblicas Soviéticas

USAID - United States Agency for International Development

USP - Universidade de São Paulo

Anexos

1- Fotos da Escola Municipal Churchill

2- Fotos da Estante – COLTED, localizada na Escola Municipal Churchill

3- Fotos de livros da Biblioteca da COLTED, localizada na Biblioteca do Colégio de Aplicação da UFRJ

4- Acordo MEC/SNEL/USAD

5- Organograma COLTED

1- Fotos da Escola Municipal Churchill - agosto / 2006

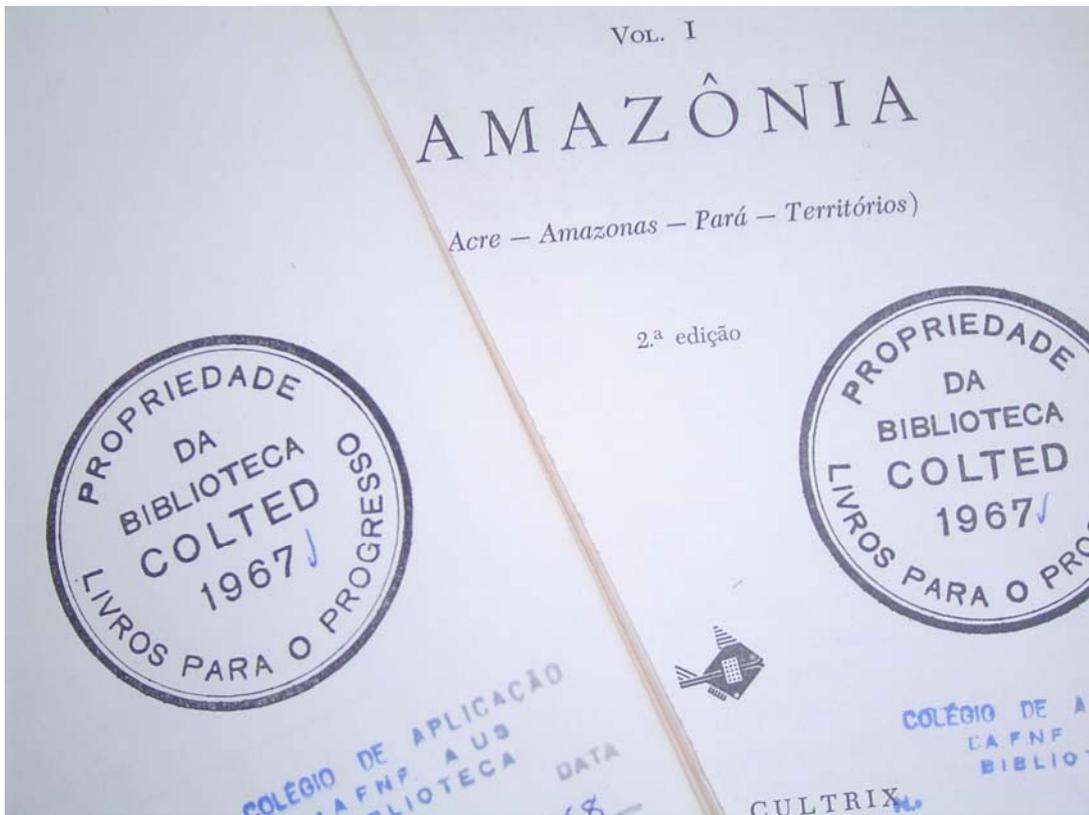
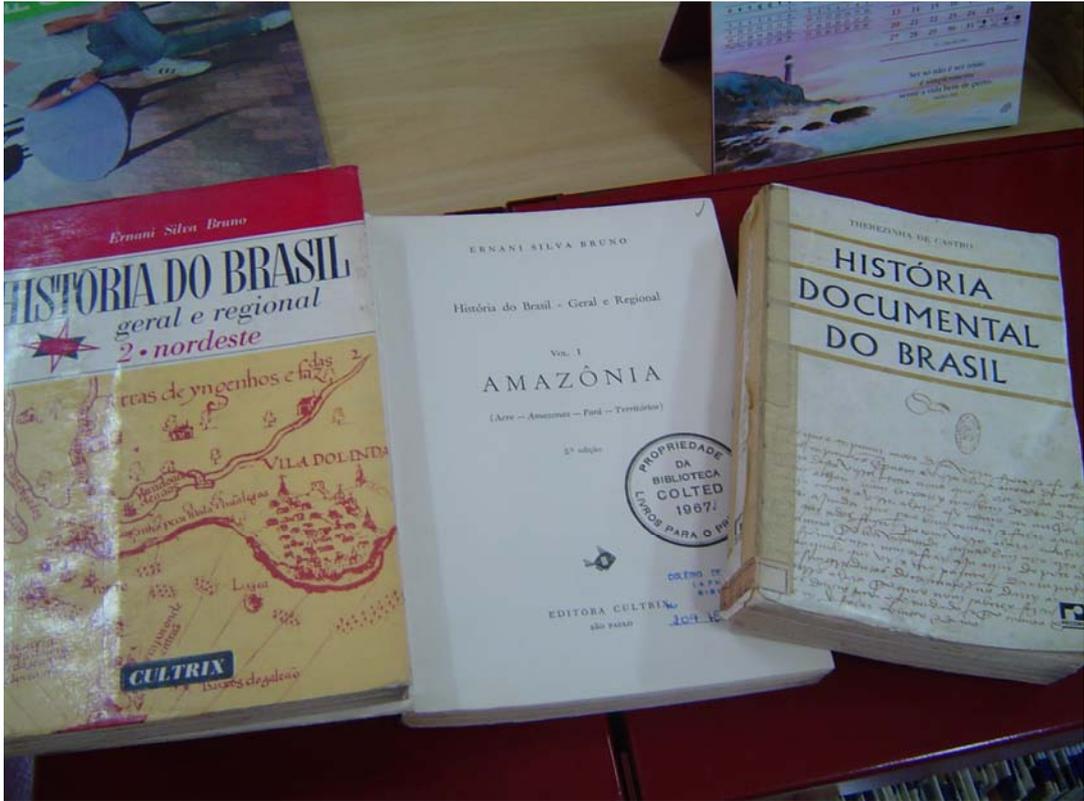


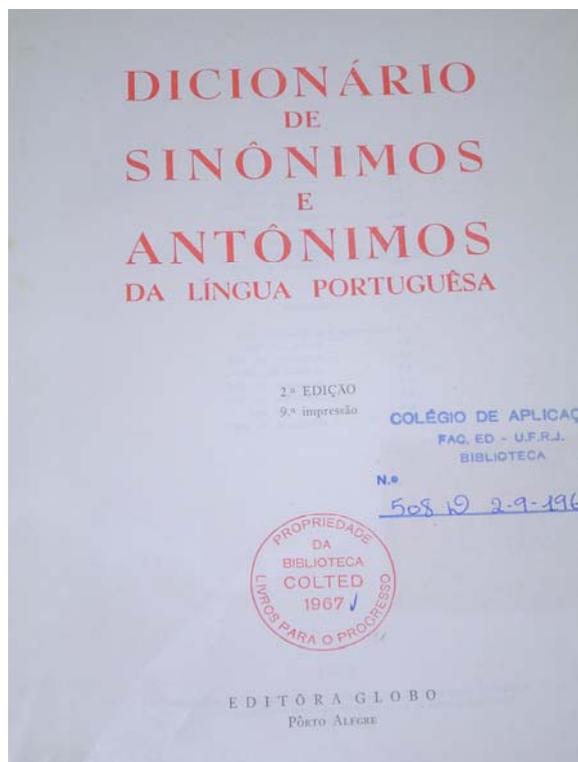
2- Fotos da Estante – COLTED, Escola Municipal Churchill



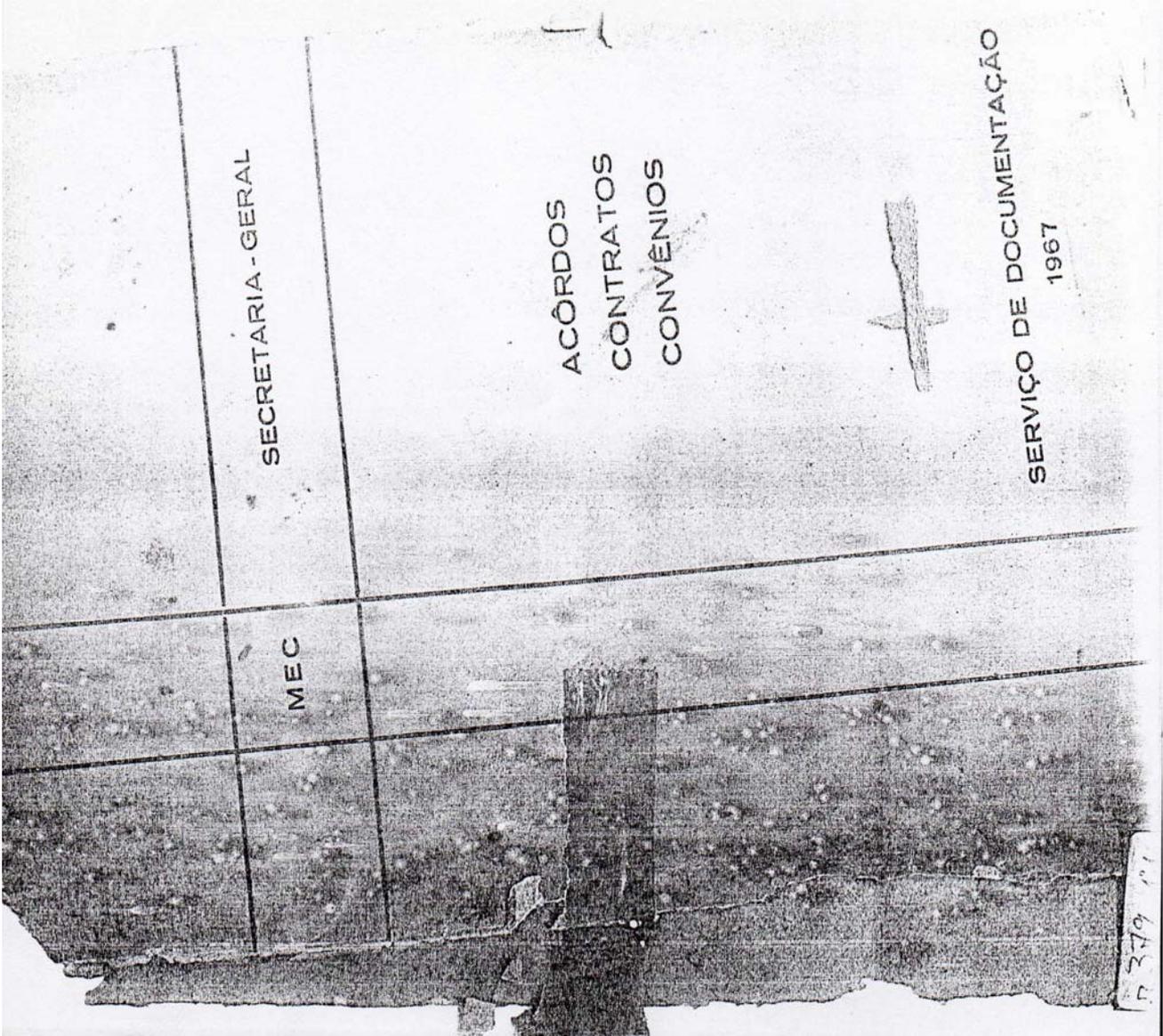


**3- Fotos livros da Biblioteca da COLTED, Biblioteca do Colégio de Aplicação da UFRJ
agosto / 2006**





4- Acordo MEC/SNEL/USAD



SECRETARIA - GERAL

ACÓRDOS
CONTRATOS
CONVÊNIO

MEC

SERVIÇO DE DOCUMENTAÇÃO
1967

D 279 p. 1



PRESIDENTE DA REPÚBLICA
MARECHAL ARTHUR DA COSTA E SILVA
MINISTRO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
DEPUTADO TARSO DUTRA

Chefe do Gabinete
DR. FAVORINO MERCIO

Secretário-Geral

PROF. EDSON RAYMUNDO PINHEIRO DE SOUZA FRANCO

Diretora do Serviço de Documentação
MARIA DE LOURDES COSTA E SILVA DE ABREU

Diretor-Geral do Departamento Nacional de Educação
PROF. CELSO OTAVIO KELLY

Diretor do Ensino Superior
DEPUTADO EPILOGO DE GONÇALVES CAMPOS

Diretor do Ensino Agrícola
PROF. ERB VELEDO

Diretor do Ensino Industrial
PROF. JORGE ALBERTO JACOBUS FURTADO

Diretor do Ensino Secundário
PROF. GILDÁSIO AMADO

Diretor do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos
PROF. CARLOS CORREA MASCARO

Diretor da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro
PROF. ADONIAS AGUIAR FILHO

Superintendente da Campanha Nacional de Alimentação Escolar
GENERAL JOSÉ PINTO SOMBRA

Diretor-Exec. da Comissão do Livro Técnico e do Livro Didático
PROF. RUY BALDAQUE

COMISSÃO DO LIVRO TÉCNICO E DO LIVRO DIDÁTICO

C O L T E D

•

CONVÊNIO MEC/SNEL/USAID

São partes deste Convênio o Ministério da Educação e Cultura (MEC), o Sindicato Nacional dos Editores de Livros (SNEL) e a Agência Norte-Americana para o Desenvolvimento Internacional (USAID/BRASIL), com o assentimento do Representante do Governo Brasileiro para a Comissão Coordenadora da Aliança para o Progresso (COCAP) e o Escritório do Governo Brasileiro para Cooperação Técnica.

I — INTRODUÇÃO

Com o propósito de atender às necessidades educacionais da crescente população escolar do Brasil, aumentando-se substancialmente a distribuição gratuita de livros didáticos às escolas de níveis primário e médio, e tornando-se disponíveis aos estudantes de nível superior livros didáticos, em número cada vez maior e a baixo custo, o Presidente da República criou, pelo Decreto nº 59 355 de 4 de outubro de 1966, a Comissão do Livro Técnico e do Livro Didático (COLTED) no Ministério da Educação e Cultura, com a responsabilidade de coordenar e executar um programa de livros técnicos e de livros didáticos, que torne disponíveis cerca de 51 milhões de livros nos próximos três anos, pela rede editorial e de distribuição existente, e estimule o fortalecimento e a expansão de uma indústria editorial de livros técnicos e didáticos, auto-suficiente e economicamente sólida no Brasil, que pela expansão do mercado reduzirá o custo do livro.

A Carta de Acôrdio datada de 10 de novembro de 1966, assinada pelos Ministros do Planejamento e da Coordenação Econômica, da Fazenda e da Educação e Cultura, ao Ministro-Diretor da USAID/BRASIL, faz parte integrante deste Convênio.

De conformidade com o que foi acordado através da supra-

- 5 — Aperfeiçoar as técnicas da indústria editorial e gráfica e os sistemas usuais de distribuição de livros.
- 6 — Estimular os autores e ilustradores brasileiros de livros técnicos e didáticos.
- 7 — Difundir entre os três níveis de ensino os meios de aperfeiçoar técnicas didáticas, pelo melhor uso dos livros e dos materiais didáticos e científicos.

III — RESPONSABILIDADES

A. O Ministério da Educação e Cultura concorda em:

- 1 — Coordenar este programa por intermédio da COLTED — Comissão do Livro Técnico e do Livro Didático, com o objetivo de aperfeiçoar o sistema educacional e beneficiar o maior número possível de estudantes, nos três níveis de ensino;
- 2 — Nomear para a COLTED um Diretor Executivo com as atribuições estabelecidas no Decreto nº 59 355;
- 3 — Iniciar e completar, em três meses aproximadamente, o levantamento, com a colaboração do SNEL, dos livros atualmente disponíveis nos diversos níveis educacionais, para determinar deficiências e necessidades e estabelecer uma base adequada para o planejamento de todo o programa. Este levantamento relacionará, nos diversos níveis educacionais, as matérias que requirem novos livros, pela inexistência ou deficiência dos títulos existentes;
- 4 — Indicar para cada disciplina, depois de consultados especialistas nas diversas matérias, títulos considerados merecedores de compra pela COLTED, por meio de contrato com os respectivos editores;
- 5 — Publicar editais de convite aos autores e às editoras nacionais para apresentarem novos textos que supram as deficiências verificadas e que se enquadrem nos padrões estabelecidos pelos objetivos deste programa;
- 6 — Estabelecer, sob a direção da COLTED, um programa de incentivos, prêmios, bônus e bolsas de estudo para autores e ilustradores brasileiros de livros didáticos, a fim de ser assegurada sua colaboração na produção de livros de alta qualidade, em todos os níveis de ensino.

itada carta, a importância de Cr\$ 15 bilhões do Fundo Especial de Contrapartida oriundo do empréstimo 512-L-055, do Programa de 1966, deverá ser posta à disposição do Ministério da Educação e Cultura, para financiar este programa nos primeiros nove meses, aproximadamente.

II — OBJETIVOS

Considerando-se ser o livro destinado ao ensino, instrumento básico para o progresso sócio-econômico, de fundamental importância para o desenvolvimento do país; considerando-se a necessidade de suprir-se a população estudantil brasileira de livros adequados, tanto em quantidade como em qualidade; e considerando-se a necessidade de se disciplinar a maneira pela qual serão aplicados e controlados os fundos para esse fim disponíveis, acima mencionados, as partes interessadas convencionam os termos de sua cooperação na consecução dos seguintes objetivos:

- 1 — Colocar livros didáticos e técnicos ao alcance da população estudantil, pondo-se à sua disposição, pelos recursos deste Convênio, aproximadamente 51 milhões de livros, nos próximos três anos. Estes livros serão distribuídos gratuitamente às escolas, para uso de seus alunos. Pelo aumento da produção e distribuição cada vez mais eficiente, tencionam-se também tornar disponíveis livros a preços reduzidos a todos os estudantes.
- 2 — Facilitar a distribuição e utilização de livros pela criação de bibliotecas escolares e pelo suprimento às já existentes, de um número adequado de livros selecionados pela COLTED.
- 3 — Promover, por contrato comercial com as editoras, em decorrência da maior e imediata demanda desses livros, e tendo em vista os termos do Decreto nº 59 355, substancial aumento no número de livros disponíveis nos níveis de ensino primário, médio e superior e sua distribuição oportuna e econômica, através da rede comercial.
- 4 — Promover a edição de livros didáticos nas matérias em que não haja publicações em português, ou quando as disponíveis não atenderem aos requisitos de qualidade exigidos pelo ensino.

3 — Conforme foi estipulado na Carta de Acôrdo de 10 de novembro de 1966, a primeira transferência de fundos da Conta Especial de Contrapartida será de 10 bilhões de cruzeiros com uma liberação adicional de 5 bilhões de cruzeiros, a ser processada subseqüentemente. Estes fundos serão utilizados conforme o Plano de Aplicação de 15 bilhões de cruzeiros, parte deste Convênio a êle anexado. Este orçamento poderá ser alterado quanto aos valores relativos de cada item, mediante concordância mútua da COLTED e da USAID, por escrito. Alterações até 10 por cento do valor de cada item poderão ser feitas pela COLTED, à sua vontade.

4 — Os livros selecionados pelos organismos do Ministério da Educação e Cultura serão recomendados à COLTED para aprovação.

5 — De acôrdo com o Decreto nº 59 355, o Banco Central exercerá as funções de auditoria sobre os fundos que serão atribuídos a este programa. A USAID terá também o direito de examinar os registros contábeis, obter relatórios, fazer auditoria e verificar a utilização dos fundos de contrapartida fornecidos para este programa de acôrdo com os termos do Acôrdo de empréstimo da AID, 512-L-055.

6 — Caso os recursos fornecidos por este Convênio não sejam devidamente aplicados nas finalidades aqui autorizadas, o Govêrno do Brasil, mediante solicitação por escrito, reembolsará imediatamente os Fundos de Contrapartida dos montantes de quaisquer despesas indevidas ou em desacôrdo com os termos e as condições do presente Convênio.

7 — As partes do presente Convênio darão ampla publicidade do andamento e realizações deste programa pela imprensa, rádio e outros meios de difusão, identificando-o especificamente como parte da Aliança para o Progresso.

8 — Este Convênio entrará em vigor na data da última assinatura abaixo aposta e vigorará até 31 de dezembro de 1969, a menos que seja alterado ou cancelado anteriormente àquele data.

Em 6 de janeiro de 1967.

(a) Raymundo Moniz de Aragão
Ministro da Educação e Cultura

- (a) Cândido de Paula Machado
Presidente — Sindicato Nacional dos Editôres de Livros
- (a) Stuart H. Van Dyke
Diretor, USAID/BRASIL
- (a) Joaquim Faria Góis
Representante do Govêrno Brasileiro para a Comissão Coordenadora da Aliança para o Progresso
- (a) Francisco de Assis Grieco
Escritório do Govêrno Brasileiro para Cooperação Técnica.

583

1

5- Organograma COLTED

COLTED

ORGANOGRAMA
ANEXO Nº 2

